

Cadernos IHU em formação

A família mudou

Uma reflexão sobre as novas formas de organização familiar

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 5 – Nº 33 – 2009

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Gilberto Dupas (*) – USP – Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS – Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

Introdução	5
O pai moderno dilapidado: efeito do declínio do modelo patriarcal <i>Entrevista com Mário Fleig</i>	7
O pai continua sendo necessário? <i>Entrevista com Philippe Julien</i>	18
A função paterna autorizada pela mãe <i>Entrevista com Edna Galvão</i>	21
Declínio da autoridade do pai é patente hoje <i>Entrevista com José Martinho</i>	25
A condenação do pai e o declínio da clínica <i>Entrevista com Marcelo Veras</i>	28
“O pai não está desaparecendo: o que temos é uma transformação de papéis” <i>Entrevista com Miriam Pillar Grossi</i>	32
Pais: meros instrumentos do mercado? <i>Entrevista com Beatriz Gang Mizrahi</i>	35
Novos arranjos familiares: qual é o papel do pai na família contemporânea? <i>Entrevista com Andréa Seixas Magalhães</i>	38
“Os papéis de pai e mãe são muito relevantes” <i>Entrevista com Marcelo Spalding Verdi</i>	40
“A mudança nos paradigmas da família reflete-se nos vínculos de parentalidade” <i>Entrevista com Cláudia Valle Sigaran</i>	43
Transformações na paternidade: quem é o pai na família do século XXI? <i>Entrevista com Marilene Marodin e Tânia Vanoni Polanczick</i>	46
Homoparentalidade: novas concepções de família <i>Entrevista com Elizabeth Zambrano</i>	51
Deus é pai ou mãe? Uma reflexão <i>Entrevista com André Musskopf</i>	53
Há uma produção em série de pais imaginários <i>Entrevista com Charles Elias Lang</i>	57

“As modificações da estrutura familiar clássica não significam o fim da família” <i>Entrevista com Mario Fleig</i>	62
“Paternidade é uma função, e não um papel derivado da sexualidade” <i>Entrevista com Luiz Edson Fachin</i>	67
O olhar teológico sobre a paternidade <i>Entrevista com João Batista Libânio</i>	70
A violência tem sexo <i>Entrevista com Sócrates Álvares Nolasco</i>	73
“A paternidade é uma definição cultural” <i>Entrevista com Carla Almeida</i>	78
“Nenhuma mulher está a salvo em uma sociedade patriarcal e misógina” <i>Entrevista com Montserrat Sagot</i>	83
“A mulher mais pobre é a que mais denuncia a violência” <i>Entrevista com Yara Stockmanns</i>	86
“A violência está em todos os cantos e é em todos os lugares e esferas da vida social que ela deve ser combatida” <i>Entrevista com Lilia Schraiber</i>	88
A desigualdade de gênero como constituinte das ações de violência <i>Entrevista com Martha Narvaz</i>	91
A cada 15 segundos, uma mulher sofre violência no Brasil <i>Entrevista com Stela Soares de Farias Cavalcanti</i>	94
“A melhor fonte de cultivo para a violência é a diferenciação, a assimetria, a desigualdade e a dominação” <i>Entrevista com Lupicínio Iñiguez Rueda</i>	97
“Não basta o socorro físico. É preciso atuar nas causas da violência” <i>Entrevista com Romeu Gomes</i>	99
<i>Jogo de cena – Mulheres contam suas histórias de vida</i> <i>Por Stela Meneghel</i>	102
O preço do silêncio: mulheres que se calam sofrem consequências violentas nas relações conjugais <i>Entrevista com Sonia Maria Bley</i>	105
O cotidiano de uma família brasileira <i>Por André Dick</i>	108
“Não estamos numa guerra de sexos com a nossa luta feminista” <i>Entrevista com Renata Pimenta Domingues</i>	111
Os componentes do amor e a satisfação com o relacionamento conjugal <i>Entrevista com Maycoln Leôni Martins Teodoro</i>	115

Introdução

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU, nesta edição do **Cadernos IHU em formação** n° 33, sob o título *A família mudou. Uma reflexão sobre as novas formas de organização familiar*, traz para o debate o papel do pai e da mãe na família contemporânea. Veremos, segundo estudiosos e pesquisadores de diversas áreas, que a família, hoje, tornou-se refém do modelo capitalista, sofrendo as influências da evolução das ciências, das novas tecnologias e do mundo consumista, que afetam os valores e alteram as relações interpessoais e sociais, a ponto de se questionar o valor da própria família como instituição.

Neste sentido, o psicanalista português José Martinho afirma que as sociedades mais desenvolvidas querem esquecer ou deixar para trás o passado e, por conseguinte, “as maneiras de viver, as lendas e as religiões de onde partiram”. Para ele, isso acontece como efeito “do modo de produção capitalista, da tecnociência e do conforto pelo consumo. Foi este último que se tornou, desde então, a prioridade humana, derrubando os velhos valores, nomeadamente, os da família”.

A antropóloga Miriam Pillar Grossi, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), discute as mudanças no exercício da função paterna e introduz “o conceito de parentalidade para quebrar o paradigma de que apenas homem é pai e mulher é mãe”. Este conceito de parentalidade, segundo a professora, visa contemplar as rápidas e profundas mudanças que ocorreram nos últimos anos, tanto na paternidade quanto na maternidade. Grossi sustenta que as funções de pai e mãe podem ser realizadas por pessoas que estão desenvolvendo o papel de cuidar do filho, independente de sexo, pois, o parentesco é “uma construção social”. “Mesmo que as pessoas não

tenham vínculo biológico com as crianças, elas cuidam delas como se fossem seus filhos”, explica a pesquisadora.

Para Andréa Seixas, psicóloga e professora da PUC-Rio, as mudanças aceleradas na sociedade contemporânea e as consequentes transformações nos padrões tradicionais familiares fizeram surgir diferentes arranjos familiares na atualidade, como famílias monoparentais (feminina ou masculina), biparentais (hetero ou homossexuais) e reconstituídas, que desafiam o exercício da paternidade. “Nos múltiplos arranjos familiares encontrados, as regras familiares, os valores, o modo de expressão dos afetos, a hierarquia, assim como as metas familiares, constituem-se diferentemente”, observa a professora. Ela ressalta também que “o tipo de arranjo familiar não determina a possibilidade de criar filhos emocionalmente saudáveis. Contudo, as diferentes condições familiares influenciam o modo de exercer a paternidade”. Com a separação conjugal, continua Seixas, dissolve-se o subsistema conjugal, mas o subsistema parental permanece, apesar das alterações que este sofre. Isso quer dizer que existe “ex-marido e ex-mulher, mas não há ex-pai e ex-mãe”. Os papéis parentais devem ser preservados no sistema familiar, pois “os pais necessitam compartilhar decisões importantes sobre criação dos filhos, sobre projetos e metas educativas, assim como estar presentes em muitos momentos importantes da vida desses”. Com a separação conjugal, normalmente o pai separado enfrenta dificuldades para manter um contato mais próximo com os filhos (no caso em que não tem a guarda dos filhos) e vê-se na necessidade de desenvolver tarefas que, anteriormente, eram atribuições da mãe, alerta a professora. “Uma das funções mais importantes

do pai divorciado é fortalecer o vínculo parental, mantendo uma relação afetiva, íntima e segura com seus filhos”, finaliza Seixas.

Frente às mudanças rápidas da sociedade e as diversas configurações familiares que dali decorrem como novas possibilidades de experiência familiar, as psicólogas Marilene Moradin e Tânia Vanoni Polanczick, da Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação, de Porto Alegre, se perguntam: Que consequências implicam estas novas estruturas familiares para o bem-estar dos seus integrantes? Como é sua interação com outros segmentos da sociedade? Como podemos entender e trabalhar com estas diversidades e com as variações encontradas no interior das novas famílias?

Considerando as dificuldades nas relações interpessoais e sociais, somadas à desestruturação familiar e ao surgimento de novos arranjos familiares, a questão da violência, principalmente contra a mulher, também adquire novas formas de manifestação. É o que explica Montserrat Sagot, socióloga e professora na Universidade da Costa Rica, “A violência contra as mulheres possui uma gran-

de diversidade de formas na sociedade contemporânea. Algumas delas são a violência física, a sexual e a psicológica. Mas a forma mais extrema de violência contra as mulheres é o femicídio ou o assassinato misógino. Geralmente, estas formas de violência adquirem o formato de uma espiral. Ou seja, uma mulher que sofre violência cotidianamente em geral experimenta todas as formas de violência e corre o risco de que ela aumente”. Mesmo que nas últimas décadas tenha ocorrido um aumento na consciência social sobre a problemática, com a implantação de programas, leis e políticas, “a forma mais comum de uma mulher lidar com a violência é mantê-la na intimidade ou recorrer a pessoas próximas ou familiares. Ou seja, ainda é uma minoria de mulheres que recorre a algum dos serviços existentes ou denuncia a violência sofrida”, esclarece a socióloga.

Estas e outras questões abordadas por psicólogos, psicanalistas, sociólogos, antropólogos, filósofos e teólogos tornam o tema desta edição do *Cadernos IHU em formação* nº 33 uma reflexão instigante.

O pai moderno dilapidado: efeito do declínio do modelo patriarcal

Entrevista com Mario Fleig

Mario Fleig é graduado em Psicologia, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e pós-doutor em Ética e Psicanálise, pela Université de Paris XIII (Paris-Nord), França. É autor de, entre outros, **O desejo perverso** (Porto Alegre: CMC Editora, 2008). Atualmente, Mario é professor do curso de pós-graduação em Filosofia da Unisinos e membro da Associação Lacaniana Internacional.

“A introdução da função paterna para uma criança é o que permitirá sua humanização, ou seja, sua entrada na linguagem e na socialização”, considera o psicanalista Mario Fleig.

“A concepção lacaniana de pai, em seus três registros (pai imaginário, pai simbólico e pai real), a noção de metáfora paterna e de função paterna, a pluralidade dos nomes-do-pai e as formas inventivas de suplência da carência do pai seriam operadores suficientes para uma adequada leitura dos impasses sociais e subjetivos da nossa contemporaneidade?”. Essas questões são levantadas pelo professor Mario Fleig, em entrevista concedida à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 267, de 4 de agosto de 2008, ao analisar a questão da paternidade a partir do pensamento de Lacan. Para ele, “a criança, entregue ao desejo materno

onipotente e sem o recurso do significante paterno, retrata a imagem perfeita da angústia”.

Outras entrevistas concedidas por Mario Fleig à **IHU On-Line** podem ser acessadas pela página eletrônica www.unisinos.br/ihu:

- ☞ **As modificações da estrutura familiar clássica não significam o fim da família.** Publicada na edição número 150, de 8 de agosto de 2005, cujo tema de capa é **O pai desautorizado: desafios da paternidade contemporânea; Freud e a descoberta do mal-estar do sujeito na civilização.** Publicada na edição número 179, de 8 de maio de 2006, cujo tema de capa é **Sigmund Freud. Mestre da suspeita;**
- ☞ **O declínio da responsabilidade.** Publicada na edição número 185, de 19 de junho de 2006, cujo tema de capa é **O século de Heidegger;**
- ☞ **O delírio de autonomia e a dissolução dos fundamentos da moral.** Publicada na edição número 220, de 21 de maio de 2007, cujo tema de capa é **O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?;**
- ☞ **“Querer fazer o mal parece algo inerente à condição humana”.** Publicada na edição número 265, de 21 de junho de 2008, cujo tema de capa é **Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie.**

IHU On-Line – Em que sentido a concepção de paternidade a partir de Lacan contribui para o entendimento da figura do pai na contemporaneidade?

Mario Fleig – A concepção de paternidade proposta por Lacan¹ retoma a que já fora elaborada por Freud², como lemos na conclusão central de Totem e Tabu,³ que a moralidade, a religião e a sociedade, assim como o núcleo de todas as neuroses, confluem num único ponto: “a relação do homem com o pai”. Lacan foi pioneiro em propor um retorno a Freud, e sua originalidade consiste em ter visto que a questão do pai perpassa toda a obra de Freud e que sua formalização permitiria uma interpretação tanto do sintoma individual quanto uma leitura da mutação cultural própria da época da ciência moderna e de seus efeitos subjetivos. Neste sentido, a formalização do que seja um pai, por meio da noção de função paterna, permite a Lacan especificar a problemática do pai na contemporaneidade ao diferenciar a figura, a imago ou o papel do pai de sua função. Lacan, em seu artigo “A família: os complexos familiares na formação do indivíduo”,⁴ de 1938, já discutia os efeitos sociais e subjetivos do que denominava de “declínio social da imago paterna”, sugerindo que as formas de neuroses dominantes estão inti-

mamente relacionadas com as mudanças nas condições da família, especialmente o que denomina de “a grande neurose contemporânea”, que é a depressão.⁵ Roland Chemama,⁶ em novembro de 2007, apresentou na Unisinos uma conferência a partir desta perspectiva introduzida por Lacan, desenvolvida em seu recente livro *Depressão, a grande neurose contemporânea* (Porto Alegre: CMC, 2007), ressaltando a dimensão de impotência e as soluções em formas utópicas que passam a dominar nas modalidades de depressão que corroem o lugar paterno.

O pai carente, ausente, humilhado, dividido e postiço

Neste momento inicial de suas formulações da questão do pai, a partir da concepção freudiana, Lacan insiste no papel central desempenhado pela personalidade do pai contemporâneo: sempre carente, ausente, humilhado, dividido e postiço. Este pai moderno dilapidado e aviltado é efeito do declínio do modelo patriarcal, progressivamente substituído pelo modelo horizontal moderno, igualitário, fraterno e autônomo. Contudo, isso não significa deplorar o abandono do modelo

¹ Jacques Lacan (1901-1981): psicanalista francês. Lacan fez uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor (descartando os impulsos sexuais e de agressividade, por exemplo). Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas esta é apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. (Nota da **IHU On-Line**)

² Sigmund Freud (1856-1939): neurologista e fundador da Psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudava pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da Psicanálise. Freud, além de ter sido um grande cientista e escritor, realizou, assim como Darwin e Copérnico, uma revolução no âmbito humano: a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias, e seu tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam muito debatidos hoje. A edição 170 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, e a edição 207, de 04-12-2006 o tema de capa *Freud e a religião*. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*. Todos os materiais estão disponíveis para download no site do IHU (www.unisinos.br/ihu). (Nota da **IHU On-Line**)

³ Freud (1913, 185-6): “Ao concluir, então, esta investigação excepcionalmente condensada, gostaria de insistir em que o resultado dela mostra que os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte convergem para o complexo de Édipo. Isso entra em completo acordo com a descoberta psicanalítica de que o mesmo complexo constitui o núcleo de todas as neuroses, pelo menos até onde vai nosso conhecimento atual. Parece-me ser uma descoberta muito surpreendente que também os problemas da psicologia social se mostrem solúveis com base num único ponto concreto: a relação do homem com o pai.” (Nota do entrevistado)

⁴ Publicado em J. Lacan, *Outros escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. (Nota do entrevistado)

⁵ Roland Chemama examina a estrutura da depressão em seu livro *Depressão, a grande neurose contemporânea* (Porto Alegre: CMC, 2007). (Nota do entrevistado)

⁶ Roland Chemama: psicanalista francês, membro da Association lacanienne internationale, organizador do *Dicionário de Psicanálise* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007). (Nota da **IHU On-Line**)

tradicional, mas antes tentar encontrar os operadores da estruturação de um sujeito e de uma dada cultura, ou seja, o que determina o social e o individual. A pista lançada por Freud, que localiza a questão do pai como o organizador fundamental da subjetividade e da cultura, é retomada a partir da introdução da noção de função paterna. Lacan, com a utilização da noção lógico-matemática de função, oriunda de Frege,⁷ como operador fundamental no qual se inclui então a função paterna, nos permite compreender que o pai, antes de qualquer outro atributo, é uma função. Deste modo, a queda do rei, o declínio do modelo patriarcal, o descrédito nos deuses, o pai humilhado etc., não coincide necessariamente com a destruição das condições de operação da função paterna. Entretanto, a mutação cultural que especifica o Ocidente determina a produção de uma nova economia psíquica, que certamente tem correlação com a nova economia mundializada.

Que lugar ainda restará para este personagem, o pai?

Então, como é que operação da função paterna, fundamental para a estruturação do sujeito, se dá nesta nossa contemporaneidade? Se vivemos numa espécie de ressurgimento do matriarcado, com um aumento de famílias recompostas em torno da mãe, assim como acompanhamos os avanços biológicos nas formas de procriação que dispensam o sexual (e com isso a participação do pai) e na identificação inequívoca do pai biológico, que lugar ainda restará para este personagem, o pai? Creio que é neste ponto que a originalidade da concepção de paternidade de Lacan pode nos indicar algum rumo na confusão em que estamos jogados. Lacan insiste que o pai é um significante e que a mãe, em sua função primordial de ser o Outro para o bebê, não dispõe deste significante, ou seja, ele lhe falta. E este significante tem um nome: é o nome-do-pai, efeito da operação da metáfora paterna e que designa aquilo que Lacan

reconhece nas grandes religiões, ou seja, o efeito simbólico de um puro significante.

Os dois tempos da operação da metáfora paterna

A formalização da operação da metáfora paterna consiste em um jogo de substituição na cadeia significante que antecede a entrada na linguagem do novo sujeito, e comporta dois tempos distintos. O primeiro tempo realiza a suspensão do desejo da mãe, substituindo-o pela função do pai, por meio do apelo a seu nome, induzindo a identificação com o pai e a quebra da posição de assujeitamento ao desejo e à demanda da mãe. Esse primeiro tempo introduz o sujeito na dialética edipiana, ou seja, rompe com o contínuo do campo materno e inscreve o sujeito na dimensão fálica, apontando-lhe um lugar e um tempo. O espaço e o tempo se organizam vetorizado por um significante denominado de falo, ou seja, há como avaliar o valor fálico de cada ente. No segundo tempo da operação da metáfora paterna, o significante nome-do-pai duplica o lugar do Outro e confronta o sujeito com o significante fálico, de modo que possa se instituir a fala e também possa ser introduzido na dialética do desejo e na sexuação. Estes tempos de estruturação do sujeito pela operação da metáfora paterna querem dar conta do processo de humanização da cria humana: como é que se estrutura o desejo na criança? O que faz uma criança falar? O que quer dizer falar? Ora, Lacan, ao lembrar que o desejo do sujeito é o desejo do Outro, tanto no sentido subjetivo de desejar o Outro quanto no sentido objetivo de ser o desejo do Outro, ressalta que o desejo é prescrito pelo Outro, e implica uma obrigação para o sujeito: reconhecer a dívida simbólica e sua obrigação em inscrever seu desejo segundo seu sexo. Em outras palavras, o significante nome-do-pai reúne, ao mesmo tempo, a instância do desejo (instaura uma falta) e a instância da Lei (a mãe está interdita).

⁷ Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925): foi um matemático, lógico e filósofo alemão. Trabalhando na fronteira entre a filosofia e a matemática, Frege foi o principal criador da lógica matemática moderna, sendo considerado, ao lado de Aristóteles, o maior lógico de todos os tempos. (Nota da **IHU On-Line**)

As perguntas cruciais perduram: a concepção lacaniana de pai, em seus três registros (pai imaginário, pai simbólico e pai real), a noção de metáfora paterna e de função paterna, a pluralidade dos nomes-do-pai e as formas inventivas de suplência da carência do pai seriam operadores suficientes para uma adequada leitura dos impasses sociais e subjetivos da nossa contemporaneidade?

IHU On-Line – Na concepção de Lacan, qual é a importância do discurso da mãe para a afirmação da figura e do papel do pai?

Mario Fleig – Lacan, especialmente em seu seminário de 1956-1957, “A relação de objeto”, propõe uma concepção de estruturação psíquica da criança que rompe com as ideias dominantes da época (as famosas fases instintivas). Ele postula como fundamental o lugar central da falta na subjetividade, e, graças aos três registros, real, simbólico e imaginário, ele define e articula entre si os três tipos de falta pertinentes: privação, frustração e castração. Ora, a introdução da criança na dimensão da falta se dá precisamente na forma de endereçamento em que esta é tomada no discurso do seu Outro primordial, o Outro materno. A quem a mãe endereça seu bebê? Com quem a mãe teve este bebê? Estas perguntas não se resolvem pela aferição de quem é o pai biológico. Trata-se de saber a posição do desejo materno. J. Bergès e G. Balbo, em *Atualidades das teorias sexuais infantis* (Porto Alegre, CMC, 2001) e *Há um infantil da psicose?* (Porto Alegre: CMC, 2002), ao retomarem a noção freudiana das teorias infantis à luz da noção lacaniana do inconsciente como sendo o discurso do Outro, chamam a atenção para a questão do endereçamento do bebê feito pela mãe. É o endereçamento materno, presente em seu desejo, que determinará o desencadeamento da operação da função simbólica do pai. O significante pai, para que a função paterna seja colocada em operação, precisa ser reconhecido como faltante no discurso materno, o que determina que a mãe dê testemunho de sua falta para seu bebê, ou seja, que possa apresentar ao seu bebê o que lhe falta (em termo freudiano, isso significa reconhecer sua não completude, ou seja, sua castração). Assim, uma mulher, ancorada em

sua teoria sexual infantil, pode ter “o desejo de fazer um filho na mãe” (“*der Wunsch ..., der Mutter ein Kind zu machen*”), como Freud se refere em 1933 na conferência “A feminilidade” (*Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Studienausgabe. Frankfurt am Main, Fisher Verlag, 1982, v. I, p. 551*). Assim como a posição sexual de um sujeito se define não por uma suposta identidade, mas pela oposição ao sexo ao qual se endereça, também a instauração do lugar paterno, para um sujeito em estruturação, se dá pelo reconhecimento do pai real, do pai imaginário e do pai simbólico operado no discurso materno. Aquele que é paciente, presente, carinhoso etc. pode preencher o lugar do pai imaginário. Aquele que introduz a criança em uma filiação, uma linhagem, um nome, é o pai simbólico. E aquele a quem esta mulher, mãe da criança, deseja mais do que a plenitude da maternagem, aquele homem que a confronta com o sexo, é o pai real, que introduz o que é traumático para todo novo sujeito: o sexual.

IHU On-Line – O que é para um filho/filha ter um pai? O que faz com que um sujeito diga que tem ou teve um pai?

Mario Fleig – O que um filho ou uma filha dizem de seu pai? Se pudermos escutar o que um sujeito tem a dizer de seu pai, saberemos o que é ter um pai para este sujeito. As respostas mais frequentes indicam que os filhos só têm queixas: o pai é sempre insuficiente, falho, ausente, pecaminoso etc. Nas queixas sobre as falhas do pai, podemos também ler o pedido de um pai que pudesse garantir o lugar do sujeito e dar o apoio a seu desejo. Tomemos o caso de Hamlet, que sabe que seu pai foi assassinado, sabe quem o assassinou e sabe que lhe cabe mover uma ação contra o criminoso, e, no entanto, não age. O que paralisa Hamlet? Qual é a causa de seu desânimo? O motivo de sua melancolia se encontra no que lhe revelou o espectro: o amor mais puro foi traído, visto que o pai altamente idealizado carrega uma dívida inexpiável, ou seja, é um pai pecaminoso. Hamlet se confronta com a total ausência de garantia no Outro, figurado pelo pai em falta, de modo que um dos apoios fundamentais para o desejo, o ideal paterno a ser seguido, se desmorona. O outro apoio para o de-

sejo estaria articulado com o objeto faltoso, na dependência do desejo materno: mas aqui Hamlet se defronta com uma mãe que não conhece o luto, uma mãe que permaneceu onipotente, e ele se abole diante desse desejo materno. Somente com a morte e o enterro de Ofélia ele poderá fazer o luto (por meio do luto de Laerte) de ser o falo para sua mãe (aqui ele estava equiparado a Claudius), e então romper com sua inibição. Hamlet é emblemático do sujeito contemporâneo na particularidade de não encontrar no pai um apoio para seu desejo. Podemos lembrar de outros exemplos clássicos, como a trilogia de Paul Claudel,⁸ que apresenta a imagem chocante do pai humilhado, assim como a história que Freud relata de seu próprio pai, que lhe conta como fora humilhado na rua por ser judeu. Freud vê, naquele instante, seu pai idealizado ruir e, sem saber o que pensar, suspende qualquer julgamento: não saberia mais se seu pai era um covarde ou um herói. Kierkegaard⁹ também se debate a vida inteira com a decepção que lhe causa a revelação da pecaminosidade de seu pai idealizado.

IHU On-Line – Existe alguma contribuição exclusiva do pai no sentido de humanizar o filho?

Mario Fleig – A criança, entregue ao desejo materno onipotente e sem o recurso do significante paterno, retrata a imagem perfeita da angústia: estar completamente à mercê do Outro, sem saber o que o Outro quer de mim e o que eu possa ser para ele. A demanda do Outro materno, quando não interdita, figura a goela devoradora, diante

da qual o sujeito se encontra prestes a ser abocanhado, aspirado, engolido. Esta boca aberta insaciável tanto pode se especificar na oralidade desmedida, expressa nas formas atuais de anorexia, bulimia, toxicomania etc. quanto no real do sexo feminino. Trata-se de um buraco que exerce esse efeito de aspiração. Ora, a função paterna, como função interditora, exerce um efeito pacificador e civilizador. O pai tem a função de domesticar esse lugar para torná-lo apto ao gozo sexual, ou seja, um gozo parcial e organizado na linguagem. Assim, podemos afirmar que a introdução da função paterna para uma criança é o que permitirá sua humanização, ou seja, sua entrada na linguagem e na socialização. Realizar o trabalho civilizador é dar aos filhos o acesso ao gozo sexual, por meio da interdição ou da Lei, que proíbe e ao mesmo tempo autoriza. O pai, enquanto função, é o que interdita a mãe e autoriza o acesso a um lugar sexuado.

IHU On-Line – A partir da concepção laciana de paternidade, como fica a questão da autoridade paterna, considerando a característica da autonomia dos indivíduos de nosso tempo?

Mario Fleig – Charles Melman,¹⁰ em seu livro *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio* (Porto Alegre: CMC, 2003), levanta a hipótese de que na contemporaneidade nos encontramos em uma nova economia psíquica e esta corresponde à mutação cultural que consiste em que nós nos supomos liberados da referência paterna. Ligado a isso, também ocorre uma recusa de que esteja

⁸ Paul Claudel (1864-1955): poeta e diplomata. Um dos maiores expoentes da literatura de sua geração. Foi embaixador da França no Brasil (Nota da *IHU On-Line*).

⁹ Soren Kierkegaard (1813-1855): filósofo existencialista dinamarquês. Alguns de seus livros foram publicados sob pseudônimos: Víctor Eremita, Johannes de Silentio, Constantín Constantius, Johannes Climacus, Vigilius Hafniensis, Nicolás Notabene, Hilarius Bogbinder, Frater Taciturnus y J, Anticlimacus. Filosoficamente, faz uma ponte entre a filosofia de Hegel e aquilo que viria a ser o existencialismo. Kierkegaard negou tanto a filosofia hegeliana de seu tempo, bem como aquilo que classificava como as formalidades vazias da igreja dinamarquesa. Boa parte de sua obra dedica-se à discussão de questões religiosas como a natureza da fé, a instituição da igreja cristã, a ética cristã e a teologia. Autor de *O conceito de ironia* (1841), *Temor e tremor* (1843) e *O desespero humano* (1849). A respeito de Kierkegaard, confira a entrevista “Paulo e Kierkegaard”, realizada com o Prof. Dr. Álvaro Valls, da Unisinos, na edição 175, de 10-04-2006, da *IHU On-Line*. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁰ Charles Melman: psicanalista francês, aluno de Lacan. É membro fundador da Association Freudienne Internationale e diretor de ensino na antiga École Freudienne de Paris. Escreveu dezenas de livros. De 17 a 19-05-2007, Melman esteve na Unisinos proferindo o ciclo de conferências *Como alguém se torna paranóico? De Schreber a nossos dias*, numa promoção do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Ele também abriu o *Simpósio Internacional O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?*, realizado na Unisinos, em maio de 2007, com a conferência *O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos. Desafios e prospectivas* (Nota da *IHU On-Line*)

mos submetidos à linguagem e ao fato que o objeto capaz de causar o nosso desejo e satisfazê-lo seja um objeto radicalmente perdido. Em contrapartida, vivemos segundo a exigência, realizável graças à capacidade tecnológica contemporânea, de obtermos todos os objetos que possam saturar nossos desejos e apetites, de tal modo que a forma representativa de nossa época é a toxicomania. Todos nos tornamos dependentes do objeto suscetível de saturar e satisfazer nosso desejo. Não são mais as leis da linguagem que nos comandam, mas o objeto apto a nos satisfazer. Assim, ganha primazia tudo que é da ordem da imagem, e isso tem consequências sobre a organização psíquica, assim como produz um homem e uma mulher novos, que pensam e vivem de modo diferente. O deslocamento da autoridade do lugar paterno para o objeto que nos comanda torna nossa vida muito mais simples, visto que se supõe que há objetos em abundância capazes de regular os apetites. A consequência clínica é que temos menos neurose, mas em contrapartida mais fobia, depressões, anorexia e bulimia, assim como mais delinquência (com seu viés perverso). Há uma inteligência nova: parece que o número dos “esperotos” (tendências perversas, que visam instrumentalizar o semelhante) se multiplica, assim como a vontade de autonomia. Ora, a autonomia encontra sua expressão emblemática na vontade do paranoico, que proclama nada dever a ninguém e poder decidir tudo por si mesmo, visto que ação de cada um se torna persecutória para o outro. Charles Melman, em seu recente seminário na Unisinos, *Como alguém se torna paranoico?* (Porto Alegre: CMC, 2008, p. 16), tentava dizer em uma frase o que seria a paranoia: “Dizer o que é a paranoia em uma frase. É preciso ser um pouco paranoico para dizer o que é paranoia em uma frase, mas eu vou fazer isso assim mesmo. A paranoia é a certeza para um sujeito de ter o saber da verdade, da verdade absoluta. E a prova é que essa verdade que o sujeito possui é capaz de reparar tudo o que não vai bem na sociedade, tudo o que não vai bem no casal; o que faz com que seja um saber que se apresenta também como salvador”. Ele então desenvolve o sentido de breve definição da paranoia. Por que isso interessa quanto

à questão da função paterna e da autoridade? A razão é simples: o abandono de um sistema de referências ancorado na operação do significante paterno (que se organiza segundo uma lógica trinitária, mantendo sempre uma não-equivalência entre dois termos e se sustentando nas operações metafóricas e metonímicas) implica na entrada em outro sistema que se caracteriza por uma lógica binária. A lógica binária, fundamental nas linguagens artificiais (e base hoje para a linguagem computacional), determina, no nível social, relações duais. Ora, a paranoia se caracteriza pela falha na operação da metáfora paterna, o que determina o uso prevalente da lógica binária como modo de sustentação subjetiva.

IHU On-Line – Para Lacan, ser pai é uma função. O que acontece se essa função não for cumprida? Que tipo de lacuna aparece nesse sentido?

Mario Fleig – Se a função paterna, segundo Lacan, exerce um efeito pacificador e civilizador à medida que fornece ao sujeito uma defesa contra a demanda materna onipotente e absoluta, podemos entender que a não-operação desta suscita a necessidade de organização de outras defesas. Lacan denominou de forclusão do nome-do-pai a falha na operação da metáfora paterna e isso determinaria a organização do sujeito na psicose. A forclusão desse significante primordial se observa por seus efeitos no dizer do sujeito, sendo que a cadeia falada se apresenta sem limites e sem vetorização, com uma amarração frágil da cadeia significante e sua relação com o significado. Precisamos diferenciar a psicose de outra forma de desorganização psíquica grave, que é o autismo ou melancolia infantil. Na melancolia infantil, temos não apenas uma falha na inscrição do significante paterno, mas uma não-possibilidade de operação da própria função materna. A mãe, o Outro primordial para o bebê, fracassa em tornar seu bebê um sujeito, seja porque ela mesma não se encontra em condições de pulsionar seu bebê, seja porque seu bebê, por alguma razão, não responde aos apelos maternos, mesmo que insistentes e oportunos.

Mas podemos considerar outros efeitos da insuficiência da operação da função paterna, que

não chegam a caracterizar a psicose. Se considerarmos as crianças e os jovens privados socialmente, carentes do investimento psíquico requerido para completar a subjetivação, nos quais se torna patente uma carência da função do pai simbólico, podemos entender que a aquisição das insígnias fálicas que os autorizaria em um lugar de gozo sexual não tem outro caminho senão a violência e a delinquência.

IHU On-Line – Quais as consequências de uma sociedade sem pai? Precisamos realmente de pai?

Mario Fleig – Ainda não sabemos muito bem o que poderia ser uma sociedade sem pai. Podemos levantar algumas hipóteses, considerando que a função paterna situa a instância da Lei e, ao mesmo tempo, autoriza o gozo sexual delimitado pela linguagem, ou seja, que não seja sem limites e assim não seja mortífero. Segundo os avanços da biologia, já temos no horizonte as formas de reprodução humana que dispensa o sexo, e portanto, dispensa o pretense pai. Contudo, ainda não sabemos suficientemente sobre os efeitos psíquicos da reprodução humana mediada pela tecnologia e menos sujeita às contingências do desejo e do sexo. Então, o abandono da referência paterna e de sua autoridade teria que efeito? Ora, já temos indícios, ao longo da história, que a derrubada de uma autoridade suscita o retorno da outra autoridade, e em geral, muito mais vigorosa e violenta. Por que isso? Parece que a queda de toda referência terceira, e a instauração de uma relação dual, produz uma situação de angústia que não pode ser sustentada por muito tempo. Assim, o excesso de autonomia dos indivíduos tenderia a desencadear um apelo coletivo ao retorno da autoridade. Não seria um retorno contemporâneo de uma autoridade moral e religiosa que observamos, subsequente e paralelo ao exercício generalizado da autoridade do objeto, na forma do consumo? Um outro efeito de uma sociedade sem pai poderia ser

visto a partir do testemunho magnífico que nos deixou Schreber,¹¹ como nos descreve Charles Melman em seu *Retorno a Schreber* (Porto Alegre: CMC, 2006). Trata-se dos efeitos do afastamento das leis da linguagem e do reconhecimento da referência simbólica demarcada pela instância paterna. O retorno a Schreber indica sua atualidade dentro da nova economia psíquica, na qual a feminilização passa a fazer parte das formas normais de identificação, tanto para um homem como para uma mulher. Schreber, que encontrava um pouco de paz se vestindo de mulher e contemplando-se em um espelho, se torna o nosso ancestral, ao aceitar, de algum modo, o lugar que a linguagem organiza para aquele que não está inteiramente tomado pela lei paterna, que então é um psicótico, quer dizer, que é o lugar de uma mulher, por estar, em parte, não submetida à Lei.

IHU On-Line – Qual a influência da forte entrada da racionalidade moderna na vida dos sujeitos para a questão da “desautorização” da função paterna?

Mario Fleig – A ciência moderna, pela invenção do campo unificado do objeto e pela redução da verdade à verificação de ser valor em relação a um referente empiricamente dado, levou, no âmbito das relações sociais, a um forclusão do sujeito da enunciação. Ora, o pai, como está posto nos modelos culturais pré-modernos, é uma conjectura, um suposição, ao passo que a mãe sempre é certa. Deste modo, a ciência moderna, em seus efeitos sociais, determina modos de operação que descartam, em seu cálculo, as incertezas próprias da subjetividade e assim realizam uma crítica radical dos fundamentos tradicionais da verdade, calcada classicamente nas figuras paternas, como Deus, o rei, o mestre, o pai patricarcal etc. Em outras palavras, acompanhamos, na passagem do modelo tradicional para o modelo moderno, um deslocamento do lugar da autoridade. Se antes esta se situava nos representantes da figura do pai,

¹¹ Daniel Paul Schreber (1842-1911): juiz alemão, presidente da corte de apelação de Dresden. Na obra *Memórias de um doente dos nervos* (São Paulo: Paz e Terra, 1995), considerado um dos livros mais influentes na história da psiquiatria e da psicanálise, ele faz a narrativa de todo o seu processo psicótico ao ser internado numa clínica da Universidade de Leipzig. Ao tomar conhecimento dessas memórias, em 1911, Sigmund Freud transformou-as em objeto de um dos grandes estudos existentes sobre paranoia. (Nota da *IHU On-Line*)

agora a autoridade se funda na positividade do enunciado científico, passível de verificação. Assim, de fato, vemos a racionalidade moderna desalojar o lugar da autoridade paterna. Com isso, não estamos tecendo uma crítica à ciência moderna, mas considerando seus efeitos sociais e subjetivos, ou seja, aquilo que constitui o laço social determinado pelo modo de operação da ciência, o que denominamos, seguindo Lacan, de discurso da ciência (considerando que discurso significa aquela articulação que permite haver laço social e a ciência como ciência não viabiliza laço social, ou seja, não podemos estabelecer socialidade apenas com os enunciados da física newtoniana ou com a matemática fregeana). Então, a progressiva substituição da função paterna pelos modos de operar do discurso da ciência e seus corolários, como a exclusão do sujeito da enunciação, significa a entrada da racionalidade da ciência moderna, que se organiza na autoridade de um conjunto de enunciados acéfalos, isto é, que dispensa quem o enuncia na vida cotidiana. Em outras palavras, a autoridade tende a se deslocar da pessoa que enuncia e que banca algo, no próprio ato de fala, para o funcionamento sem sujeito de um conjunto de enunciados justificados. Quando um pai ou uma mãe querem exercer sua benéfica autoridade sobre o filho, este pede as razões do que é dito, ou os próprios pais o remetem para outro lugar, para a justificação do que dizem, ou para outra instância, a autoridade que poderia autenticar o enunciado. Trata-se, na prática, de uma crescente desautorização da função paterna. São pais que se demitem do exercício de sua função, e essa demissão é veiculada no modo de se endereçar a seu filho.

IHU On-Line – Quais são as consequências de pais que têm um discurso impessoal, justificado por enunciados e não por eles enquanto sujeitos?

Mario Fleig – A demissão dos pais de sua função de autoridade em relação aos filhos tende a produzir perturbações graves nestes. Muitas vezes, o

filho faz de tudo para provocar a autoridade paterna nos pais. É aquilo que já se dizia antigamente: “essa criança está pedindo para apanhar.” Se a criança não encontra um adulto que lhe faça objeção, que a proíba de alguma coisa, que lhe diga que há limites, e, muito mais do que isso, que lhe indique que há impossibilidades, não apenas para a criança, mas também para o adulto, ela terá no mínimo duas saídas: irá procurar na vida real onde se encontra o limite e o impossível, e neste caso poderá facilmente ultrapassar o limite e encontrar a morte; ou então ela ficará perdida em sua organização especial e temporal, ou seja, entrará no que constitui uma perturbação infantil generalizada na atualidade, isto é, se tornará uma criança hiperativa, hipercinética, ou, como se diz hoje, terá transtorno de déficit de atenção.

Abrandando os conflitos

Um dos efeitos mais notáveis do deslocamento da autoridade e da demissão dos pais de sua função se reflete no abrandamento generalizado dos conflitos. Não é mais possível haver conflitos dentro da família, entre o casal, entre os pais e os filhos e entre os irmãos. Qual a consequência do evitamento dos conflitos na vida cotidiana de nossos dias? Uma das diversas consequências da crescente impossibilidade de haver conflitos com o outro é o ressurgimento de um ódio sem mediações, como depreendemos das lúcidas hipóteses sobre a violência e o ódio contemporâneos propostas por Jean-Pierre Lebrun,¹² em *O futuro do ódio* (Porto Alegre: CMC, 2008). Dada a mutação do regime simbólico, na qual o gozo não se apresenta mais da mesma maneira e o fato de que o lugar da exceção (o chefe, o pai, o mestre, o presidente, o rei, o deus etc.), que permitia o efetivo reconhecimento coletivo da legitimidade de cada sujeito, já não é mais evidente, entramos em novas formas de ódio e de violência. O ódio, mais do que um sentimento ou uma manifestação de explosão violenta, é um fato de estrutura: temos

¹² Jean-Pierre Lebrun: médico psiquiatra e psicanalista belga. É membro da Associação Freudiana da Bélgica. Lebrun discute questões atuais como a possibilidade de um inconsciente cada vez mais coletivo e de um espaço privado cada vez mais público, onde afetos e representações são cada vez mais socializados. (Nota da *IHU On-Line*)

ódio pelo fato de falarmos, assim poderia ser enunciada a afirmação freudiana de que o indivíduo é um inimigo da civilização. A civilização nos impõe sempre um gozo a menos, uma falta, uma restrição, e a isso respondemos com ódio. A questão decisiva, então, é o que fazemos com esse ódio que nos habita pelo fato de estarmos inseridos na linguagem? Quais os destinos do ódio? A quem odiamos? Ora, Lebrun propõe que na atualidade encontramos novas formas de evitar o ódio, determinando então seu retorno em sintomas novos e inusitados. Se a presença efetiva do outro dá origem a nosso ódio, também acontece sem a sua presença. Nesse caso, seria determinado pelos vestígios de que o outro nos atingiu, pelo menos uma vez, determinando um traumatismo perenizado. Encontramos hoje soluções de convívio que de antemão impediriam o aparecimento de qualquer conflito no encontro com o outro: desde o recurso de colocar uma televisão em cada quarto, de modo que não haja mais discussão entre os pais e os filhos sobre que programa assistir no horário em que a família estaria reunida, até a modalidade de laço conjugal no qual o outro é a peça menos duradoura, substituída ao primeiro atrito. O evitamento do ódio, nesses casos, se faria por meio de uma espécie de forclusão do encontro, determinando um modo de viver juntos, mas sem outrem. Aqui se situaria, então, uma gradativa e generalizada deterioração da consistência do outro, tanto do semelhante quanto do Outro como lugar marcado pela falta. A crescente inviabilidade do encontro com o outro produziria então a deterioração das condições de aparecer o conflito e sem conflito não haveria como o sujeito aprender a temperar seu ódio, ou seja, encontrar meios de dialetizar e domesticar sua força selvagem. Uma criança que não aprende a lidar com seu ódio no seio familiar, quando for confrontada com uma diferença conflituosa no social, facilmente tenderá para respostas explosivas, com a irrupção de formas de ódio que não encontram limites. Se tiver uma arma ao alcance da mão, não

vacilará em fazer uso da mesma para resolver seu conflito com o semelhante.

IHU On-Line – Se, para Lacan, o sujeito se constrói na sua relação com o outro, como podemos pensar a sociedade de indivíduos autônomos, que constroem uma sociabilidade “virtual”, isolados, dentro de seus quartos?

Mario Fleig – Esta pergunta nos remete diretamente para a discussão dos efeitos sociais e subjetivos do advento do mundo virtual. Sabemos, a partir de pesquisa no campo da neurologia, que o cérebro é absolutamente permeável aos estímulos do ambiente. O que as formulações mais recentes das neurociências afirmam é que o ser do homem se constitui a partir do suporte biológico, altamente permeável aos ordenadores a que está submetido de modo histórico e contingente. Greenfield,¹³ eminente professora de farmacologia da Universidade Oxford, desenvolve pesquisas sobre a neurológica da consciência e postula o alto potencial de vulnerabilidade do cérebro às novas tecnologias, dada a permeabilidade do mesmo às condições ambientais. Como diretora do Institute for the Future of the Mind, pesquisa o paralelo entre o cérebro das crianças pequenas e jovens e o dos adultos, e como são vulneráveis à tecnologia, à manipulação química e ao ambiente. Através de seus estudos, ela detecta que as crianças expostas ao mundo virtual desde muito cedo começam a ter necessidade de aulas especiais de comunicação, pois não aprenderam a interagir de modo interpessoal, e, mais do que isso, as pessoas tendem a se tornar assexuadas. Postula, então, que o impacto do computador, ao ser usado desde muito cedo pelas crianças, afeta de forma profunda a maneira de pensar e agir, produzindo desordens na atenção e na motricidade, incapacidade de distinguir entre informação e conhecimento. Assim, para ela, o computador não é apenas uma ferramenta, mas determina a estrutura de conhecimento de seus usuários, tendo impacto enorme nas crianças

¹³ GREENFIELD, S. *The Human Brain: A Guided Tour*. London, Orion-Phoenix Press, 1997; *Tomorrow's People: How 21st Century Technology Is Changing the Way We Think and Feel*. London, Penguin, 2003; *Private Life of the Brain*. London, Penguin, 2000. (Nota do entrevistado)

que estão em formação, visto que o cérebro de uma criança é muito permeável e vulnerável.

Uma nova condição humana

Sendo assim, postulamos que o advento do mundo virtual tem alto impacto na constituição de uma nova condição humana. E isso justifica que tenhamos que refletir sobre o que constitui o mundo virtual e quais os impactos que produz, ou seja, em que consiste a nova subjetividade que se organiza, seus impasses, e o que caracteriza a nova socialidade que lhe corresponde. Ora, a entrada no mundo virtual foi acompanhada da grande revolução biológica, determinante do ato de possível dispensa do pai nos processos de reprodução e fecundação. Levantamos a hipótese de que essas duas revoluções determinam uma acelerada passagem do modelo trinitário de organização e estruturação da condição humana para a prevalência do modelo binário. À luz dessa hipótese, poderíamos examinar fenômenos emergentes na subjetivação da geração submetida à ferramenta digital, assim como fenômenos emergentes no campo social. Se antes o ordenamento social e subjetivo se fazia a partir da referência a uma função operada por um terceiro, nomeado como sendo o pai e seus representantes, que tanto determinava a fonte do interdito (a Lei) quanto assinalava o lugar a ser ocupado por cada sujeito, fundando o desejo e o acesso a um gozo limitado, agora não há nenhuma instância ou programa que aponte para a Lei, mas apenas um convite veiculado pela economia liberal, que parece homogêneo com o progresso da biologia no campo da reprodução, para que cada um goze sem limites. O ciberespaço coloca cada internauta frente ao sem limites do hipertexto, em uma relação binária com a tela à sua frente. É ao que também assistimos nas apresentações de trabalhos com o uso da ferramenta digital, quando o interlocutor do conferencista não é mais o público, mas a tela virtual que comanda sua exposição. Instala-se uma nova economia psíquica, na qual se dispensa o pai, assim como a linguagem cotidiana e a função da fala. Seria possível e viável a subjetivação e o laço social passarem a estar an-

corados em relações duais, segundo um modelo binário? Não seria uma decorrência do incremento das relações duais o afluxo crescente de violência que se derrama na vida cotidiana, assim como a inflação da paranoia social, na qual o cidadão se sente cada vez mais acossado por ameaças de catástrofes iminentes, sejam oriundas da natureza ou de poderes de grupos e organizações, frente às quais não há nenhuma instância a quem recorrer?

Lacan (2003), em seu artigo de 1938 sobre “A família”, como já dissemos acima, havia enunciado a tese do declínio da imago social do pai e o deslocamento da autoridade como determinante das patologias de nossa cultura, decorrente da entrada em operação do discurso da ciência e seus corolários, como a exclusão do sujeito da enunciação.

A forclusão do nome-do-pai

E isso ele descreve como sendo a forclusão do nome-do-pai, ou seja, um discurso no qual não está em operação a referência ao terceiro, o que impede as operações de substituição e deslocamento na fala do sujeito. Os efeitos da ausência da operação da função paterna aparecem na fala e nos modos como se dá o endereçamento ao outro. Poderia ser, então, alguém que fala sem conversar, ou seja, alguém que está situado na linguagem, mas não consegue operar com o terceiro em sua fala e, então, fica colado no discurso da certeza. Este é um modo de aparecer uma torção no discurso, com a entrada de uma progressiva impessoalização. Fala-se, mas já não se sabe mais quem fala e para quem se fala. É interessante ver se esta hipótese permite uma leitura dos sintomas que emergem na contemporaneidade.

Uma nova subjetividade e um novo laço social

Acompanhamos a progressiva impessoalização do discurso, a crescente instrumentalização das relações, aliada à velocidade da substituição dos artefatos (o instantâneo, a obsolescência programada, o descartável), a desresponsabilização

em relação ao outro e a si mesmo, a progressiva queda da consistência do outro e da relação com ele, a equiparação entre o objeto de consumo, rapidamente descartável, e a pessoa de meu semelhante, a dissipação da intimidade e da privacidade, o surgimento de corpos angelicais deserotizados, inodoros, assépticos etc., a desconexão entre sexo, erotismo e amor? O ciberespaço e a cibercultura são os culpados de tudo isso? Não é o que pensamos, mas temos que convir que um novo mundo, uma nova subjetividade e um novo laço social estão se configurando com o advento da revolução digital, por certo maravilhosa e irrecusável, devido à gama incalculável de benefícios que

nos oferece. Pensar e conceituar o que constitui o mundo digital e encontrar modos pertinentes de nos situarmos em relação ao mesmo tem sido nossa pretensão. Ou seja, o virtual, organizado na lógica binária e na capacidade de acumular informações, requer uma análise crítica séria, assim como a promessa que apresenta, para que não sejamos tomados na dupla armadilha de que somos nós que comandamos o objeto virtual, como todos os outros objetos de consumo, e da posição do sujeito que se crê não assujeitado a nada, ou seja, crê que não deve nada.

O pai continua sendo necessário?

Entrevista com Philippe Julien

*Philippe Julien é psicanalista e escritor. É membro da Lettre lacanienne e do Centre de recherche en psychanalyse et écritures. Foi membro da École Freudienne de Paris. É autor de, entre outros, **O manto de Noé – Ensaio sobre a Paternidade** (Rio de Janeiro: Revinter, 1997) e **Abandonarás teu pai e tua mãe** (Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000).*

*Na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 267, de 4 de agosto de 2008, o psicanalista francês Philippe Julien fala da função do pai e da sua importância ao fazer com que a criança entenda a “separação” entre mãe e filho, evitando o incesto.*

“Eis o que traz o pai: a capacidade de o indivíduo deixar as suas origens para fundar uma nova família. E de tornar-se uma mãe, se for menina, e um pai, se for menino. Ou seja, ele significa a separação para que se funde uma nova família”. Philippe ressalta a importância do pai para a questão da liberdade e da independência da criança em relação à mãe e destaca ainda que “o nascimento da modernidade em vários países fez com que o pai no imaginário tenha perdido força e capacidade de sedução”.

IHU On-Line – A partir de Lacan, o que é ser um pai? Que papéis e tarefas designam essa função?

Philippe Julien – Lacan inventou três denominações ou dimensões para designar o que é ser pai. Primeiramente, o simbólico; em segundo lugar, o imaginário; e, em terceiro, o real. O pai, no plano simbólico, se refere à paternidade como uma terceira posição entre a mãe e o filho. É uma

posição instituída pela mãe enquanto mulher, cujo objeto de desejo é o pai. Então, esse é o pai no sentido simbólico, instituído pela mãe que deseja um homem. Este, por sua vez, existe graças à palavra da mãe. Ela transmite ao filho que é a mulher daquele homem, que ela chama de pai, na linguagem. A segunda dimensão da paternidade é o pai no plano imaginário. Ele vem do filho ou da filha, da criança. Refere-se ao pai como imagem, imagem forte, grandiosa, majestosa, que tem uma força de sedução e de atração. Este é o pai como imagem, imagem de homem. Ele existe no imaginário graças a esta atração da criança pelo seu pai. Não estamos falando do pai biológico, mas da imagem que o pai mostra em sua vida, privada e social. Lacan, então, inventou o pai no plano real. Este vem de um homem que, em geral, é o pai das crianças na família. O pai, no sentido real, é um homem na condição de desejante, desejando uma mulher, em geral a mãe. Então, temos três dimensões: na dimensão do simbólico, o pai vem da mãe; na dimensão do imaginário, o pai vem da criança; e, na dimensão do real, o pai vem de um homem, que tem por objeto de desejo uma mulher.

IHU On-Line – O senhor percebe um possível declínio da função paterna?

Philippe Julien – Um declínio? Não. Impossível. Há um declínio do ponto de vista jurídico e político, mas não do ponto de vista psicanalítico, no sentido de transmissão à criança, à geração seguinte. O pai ainda tem a mesma importância. O declínio pode vir apenas da sociedade civil e política. Por exemplo, em caso de divórcio, as crianças ficam sob a guarda da mãe. E o pai vai cada

vez menos ao encontro de seus filhos. Neste caso há um declínio, mas é jurídico. Mas, no âmbito privado, ou seja, do inconsciente, não há declínio. Ou seja, o pai continua sendo necessário por, e em razão do complexo de Édipo.¹⁴ Esta é a invenção de Freud. Para que a criança não seja incestuosa e que ela se separe de sua mãe, ela precisa de um pai que a separe de sua mãe. Ela se torna um filho capaz de se separar de seus pais. Seja ela um menino ou uma menina, pouco importa. Ou seja, o Édipo que Freud inventou é ainda atual.

IHU On-Line – Como o pai pode encarnar um agente de salvação?

Philippe Julien – O pai é sempre necessário para salvar uma criança, para que ela cresça. Como eu disse, a primeira função salvadora é a de que a criança não seja incestuosa, que ela se separe de sua mãe. Isto se dá graças ao pai. O que é absolutamente necessário. A criança, menino ou menina, não crescerá se continuar submetido/submetida à sua mãe. E isso é salvador, é o que se chama “a posição terceira”, contra a dualidade criança/mãe. O pai transmite à criança o nascimento do desejo de tal forma que um dia ela será capaz de deixar seus pais e de se casar com um estranho da família. A capacidade de deixar suas origens vem do pai.

IHU On-Line – Qual o papel do pai na formação do sujeito em relação às incertezas e angústias?

Philippe Julien – Diante da angústia da ausência da mãe, que não está sempre presente, o pai ensina à criança o poder se separar de sua mãe, de poder viver sem ela. O pai lhe ensina a liberdade. Falo aqui da liberdade em relação à mãe. Se não há esta transmissão pelo pai, a criança vive na angústia da alternância da presença e da ausência da mãe. A mãe é tanto presente quanto ausente. Por quê? Bem, não há resposta. E essa é a angús-

tia. Para superá-la, é preciso que o pai lhe ensine a independência. A mãe é, primeiramente, a mulher de um homem. Ela não é toda mãe, cem por cento. Se esta mulher é mãe cem por cento, então a criança será uma pessoa psicótica.

IHU On-Line – Em que medida a necessidade de pai pode se transformar pela correlação entre Deus e pai?

Philippe Julien – Sim. Ela pode se transformar, é claro. Pois Deus é chamado de pai. Mas, veja bem, somente no cristianismo Deus, o Deus dos Evangelhos, Deus da encarnação é o filho. É Jesus Cristo. Foi Jesus quem nos salvou. Não é somente o pai. É o filho. Então, não se pode identificar Deus a somente um pai. Deus é trinitário: Pai, Filho e Espírito. E a nossa salvação vem do filho, Jesus Cristo, e não do pai. Eis a diferença do pai humano. Há uma diferença fundamental. É que o filho é Deus, como o pai divino.

IHU On-Line – O que é para um filho/filha ter um pai?

Philippe Julien – Quer dizer que ele não é incestuoso, que não está ligado unicamente à mãe por uma satisfação incestuosa, que a mãe não é o seu objeto de satisfação. Seu objeto de satisfação será de encontrar, graças ao pai, fora da família, encontrando um homem ou uma mulher vindos de uma outra família. E isto terá por consequência, por exemplo, um casamento. Insisto: fora da família. Eis o que traz o pai: a capacidade de o indivíduo deixar as suas origens para fundar uma nova família. E de tornar-se uma mãe, se for menina, e um pai, se for menino. Ou seja, ele significa a separação para que se funde uma nova família.

IHU On-Line – Em que sentido a paternidade se torna uma questão política e religiosa?

Philippe Julien – A paternidade varia segundo a cultura. Nas sociedades tradicionais, por exemplo,

¹⁴ Segundo Sigmund Freud, o Complexo de Édipo verifica-se quando a criança atinge o período sexual fálico na segunda infância e dá-se então conta da diferença de sexos, tendendo a fixar a sua atenção libidinosa nas pessoas do sexo oposto no ambiente familiar. Freud baseou-se na tragédia de Sófocles *Édipo Rei*, chamando Complexo de Édipo à preferência velada do filho pela mãe, acompanhada de uma aversão clara pelo pai. Na peça (e na mitologia grega), Édipo matou seu pai Laio e desposou a própria mãe, Jocasta. Após descobrir que Jocasta era sua mãe, Édipo fura os seus olhos e Jocasta comete suicídio. (Nota da *IHU On-Line*)

ou nas sociedades monárquicas, nas quais o rei é o chefe político, evidentemente o pai está no imaginário. Dá-se a ele uma imagem de força e de “todo poderoso”. Mas, com o nascimento da democracia, o pai não é um rei. O pai é um cidadão como os outros. Ou seja, o nascimento da modernidade em vários países fez com que o pai no imaginário tenha perdido força e capacidade de sedução. A passagem à democracia é a queda da realeza. Essa é a modernidade do século XX.

***IHU On-Line* – Quais são os maiores desafios que os pais e filhos contemporâneos precisam enfrentar?**

Philippe Julien – Há muitos desafios. Há, primeiramente, a capacidade de realizar os estudos escolares e profissionais, para obter uma profissão na sociedade. Há um segundo desafio, que é o encontro com amigos masculinos e femininos vindos

de uma outra família. Ou seja, o lazer. Este é um desafio muito importante. E, depois, um terceiro desafio, quando os pais são idosos e doentes, é de ajudá-los a viver e a não se desesperar. Quando os pais chegam a uma idade avançada eles ficam doentes. É um desafio para os filhos, que agora são grandes, de ajudar seus pais a viverem e a não ficarem desesperados.

***IHU On-Line* – E na relação entre um pai e um filho, por exemplo, nesta relação paternal, o senhor acha que há outros desafios importantes?**

Philippe Julien – Sim. Um deles é o desafio de poder tomar uma decisão importante sem ter a autorização do pai. De ser capaz de decidir sozinho. É um desafio importante. A decisão solitária na existência. Sem ter todo o tempo a aprovação do pai.

A função paterna autorizada pela mãe

Entrevista com Edna Galvão

Edna Galvão possui graduação em História, pela Universidade do Rio (Unirio), e em Pedagogia, pela Faculdade de Educação Jacobina. É mestre em Educação, pela Unirio, com a dissertação intitulada *Ser pai hoje: uma conexão entre educação e psicanálise*, e doutoranda em Memória Social, também pela Unirio. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente com os seguintes temas: educação, subjetividade, paternidade e família, memória e criação.

Para Edna Galvão, o sujeito com muitos conflitos emocionais e existenciais sofreu a falta da lei paterna inscrita em seu psíquico. “É necessário que haja, na contemporaneidade, a fala atestante da mãe sobre a autoridade do pai para a criança, pois nenhuma figura do pai, não importa o quanto paternal seja ela, pode prescindir dessa fala”, sustenta a pedagoga Edna Galvão, ao analisar a função paterna a partir do pensamento de Lacan, na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 267, de 4 de agosto de 2008.

Galvão afirma também que “ter um pai, para um filho, passa pela sensação de se sentir amado e tocado afetivamente por esse homem, de receber proteção física, recursos materiais, cuidados e atenção, fatores que contribuem para a formação de seu caráter e de sua identidade. Esse pai o educou com base na ética, no afeto e no respeito e oportunizou, desta maneira, a este filho, uma vida física, psíquica e emocionalmente equilibrada, dando-lhe condições de sair da posição de objeto do gozo do outro, para ser sujeito de sua própria história e, no rodar do ciclo da vida, saber, um dia, passar de filho a pai”.

IHU On-Line – Em que sentido a concepção de paternidade a partir de Lacan contribui para o entendimento da figura do pai na contemporaneidade? Que lugar a figura do pai ocupa hoje na sociedade?

Edna Galvão – Lacan parte de uma concepção de família para pensar o pai e o coloca como simbólico, sendo a paternidade decorrente de uma função social, mais importante do que a paternidade biológica. Segundo Lacan, é o Nome-do-Pai que cria a função do pai. Como este não é uma figura, e sim uma função, é através da estrutura da linguagem que a transmissão é possível. É o Nome-do-Pai que dará significação à criança, a partir do significante do desejo da mãe, de que ele tem o que falta nela: o falo simbólico. A emergência do pai enquanto metáfora pura e simples não deixa de subsistir como a única investitura estruturante para a criança, e, se o recalque originário não se dá (o falo como objeto imaginário do desejo da mãe passa para o nível significante do desejo do Outro), todo o processo da metáfora do Nome-do-Pai é comprometido e até mesmo fracassado, pondo em dúvida a questão paterna para o filho. É necessário que haja, na contemporaneidade, a fala atestante da mãe sobre a autoridade do pai para a criança, pois nenhuma figura do pai, não importa o quanto paternal seja ela, pode prescindir dessa fala.

IHU On-Line – O que é para um filho/filha ter um pai? O que faz com que um sujeito diga que tem ou teve um pai?

Edna Galvão – A psicanálise está diretamente relacionada com a possibilidade dada a cada um de

dizer, *a posteriori*, em que medida teve ou não um pai. Lacan formula o Nome-do-Pai (conceito relativo ao conceito de lei, aquilo que coloca limite para os sujeitos) e a metáfora paterna. Para que um sujeito diga que tem ou teve um pai, é necessário que, enquanto sujeito, tenha sido inscrito em sua constituição o significante do Nome-do-pai pelo corpo de um pai sustentando a função paterna. O que é para um filho ter um pai passa pela sensação de se sentir amado e tocado afetivamente por esse homem, de receber proteção física, recursos materiais, cuidados e atenção, fatores que contribuem para a formação de seu caráter e de sua identidade. Esse pai o educou com base na ética, no afeto e no respeito e oportunizou, desta maneira, a este filho, uma vida física, psíquica e emocionalmente equilibrada, dando-lhe condições de sair da posição de objeto do gozo do outro, para ser sujeito de sua própria história e, no rodar do ciclo da vida, saber, um dia, passar de filho a pai.

IHU On-Line – Qual a influência do pai (na concepção de Lacan) para a formação de sujeitos sem os tantos conflitos emocionais e desafios existenciais, comuns hoje, na cultura contemporânea da fragmentação e da globalização?

Edna Galvão – Penso que o sujeito com muitos conflitos emocionais e existenciais sofreu a falta da lei paterna inscrita em seu psíquico – a inscrição do em Nome-do-pai –, que retira o filho da simbiose com a mãe, permitindo ao filho adequar-se às leis da cultura e da linguagem, em direção ao social. Atualmente, e principalmente, na sociedade contemporânea, existe nos seres humanos um anseio pelo pai que lhes dê o contorno da vida, que lhes projete na cultura e que também supram a necessidade da autoridade e da lei. No entanto, como o homem, por ser humano, no exercício da função paterna pode cometer falhas, a função paterna também pode apontar falhas. Reflexos dessas falhas acontecem no meio social, onde o declínio do Nome-do-Pai, e a conseqüente indulgência às leis, produzem alternativas de formação de grupos que não interessam à sociedade.

IHU On-Line – A falta de pai ou um pai que não cumpriu com sua função pode ajudar a explicar o mal-estar da civilização nessa atual época de crises: crise familiar, crise política, crise ética?

Edna Galvão – A falta de pai ou um pai que não tenha cumprido com sua função ajuda a explicar um pouco essas crises, na medida em que não tenha havido outra pessoa (a função paterna, ou seja, o exercício da lei e da autoridade, pode ser exercida pela mãe, na ausência do pai, ou pelo avô, tio etc.) a exercer a função paterna e, por conta disso, o filho não conseguir se enquadrar adequadamente à cultura. O declínio da função paterna, dentro da reflexão social, faz com que o Estado tome o lugar do pai. Em relação ao cumprimento dessa função, pensamos que um filho tem necessidades básicas que precisam ser atendidas não apenas no que diz respeito ao registro da lei, à moradia, à alimentação e saúde, mas também e, principalmente, às suas demandas afetivas, permitindo assim que suas subjetividades sejam estruturadas de maneira saudável.

IHU On-Line – A senhora afirma, em artigo disponível na internet, que “a queda do patriarcado é uma das dificuldades que o homem moderno está enfrentando” e que essa “é uma questão relevante para a subjetividade masculina”. Em que sentido isso afeta no cumprimento da função paterna a partir da concepção lacaniana?

Edna Galvão – O desenvolvimento humano é produto da interação entre os fatores biológicos, ambientais, psicossociais, culturais e econômicos que permeiam a realidade e a singularidade de cada indivíduo. As mudanças socioculturais e econômicas produzidas desde que a mulher, em busca de outras realizações pessoais e profissionais, saiu do mundo privado para o mundo público, têm afetado o exercício da função paterna pelo pai. O homem vive fragmentado entre o que é, o que quer ser e o que deve ser. Com o equilíbrio familiar rompido, o pai contemporâneo, de alguma forma, deve buscar exercer a função paterna sabiamente. Para que o pai ocupe um lugar, é ne-

cessário que este exista na estrutura e para o cumprimento da função paterna, dentro da concepção lacaniana, é preciso que a mãe permita que se origine no filho o Nome-do-pai, o que vai afirmar sua autoridade e sustentar suas subjetividades.

IHU On-Line – O que faz parte das subjetividades do “ser pai” hoje?

Edna Galvão – As subjetividades são constituídas pela interioridade – eu, isso e supereu –, pelas instâncias psíquicas, e pelas relações sociais privadas e públicas que o homem vivencia no seu dia-a-dia. Hoje, observamos uma mudança radical na maneira de o homem educar e se relacionar com os filhos: pais exercem outras funções no auxílio aos cuidados domésticos e da criança. O poder atribuído hoje, à mulher, por vezes, tem reduzido a figura paterna a uma presença sem muita importância, seja no comando da casa e na divisão de despesas, seja na hora do planejamento familiar no que se refere à concepção. Esses fatores produzem novas e diferentes subjetividades no ser-pai atualmente. Apesar disso, o homem atual, como introdutor da lei e promotor da cultura para os filhos, não pode ignorar as variadas formas de males que permeiam a sociedade contemporânea: a indiferença, a violência, a delinquência, a toxicomania, o terrorismo e a massificação de nossas singularidades, com profundas e sérias preocupações para a formação das novas gerações.

IHU On-Line – Quais são as principais preocupações que os pais de hoje têm em relação a seus filhos?

Edna Galvão – Ser pai hoje é talvez mais difícil do que o foi ontem. Porém, o ser-pai exige uma profunda preocupação no que se refere ao desenvolvimento dos filhos, em virtude das várias “necessidades” de consumo da dinâmica e competitiva sociedade contemporânea. A preocupação hoje é maior do que antes porque as estatísticas da violência, do vício e do tráfico, estão aumentando nas grandes cidades. Para reduzir esses riscos, no entanto, é fato que a efetiva presença dos pais, no exercício da função paterna, dentro dos pressupostos de que, se uma criança é amparada, recebe afeto e tem suas necessidades básicas garantidas,

levará os filhos a crescerem de maneira saudável e feliz e a permanecerem longe de engrossar essas estatísticas.

IHU On-Line – Qual a relação que se dá entre o papel do pai e o ensino da ética?

Edna Galvão – A psicanálise, para Lacan, é uma ética, uma experiência da ordem da subjetivação, referenciada ao desejo e ao gozo. Em relação à ética social, o pai, no exercício da função paterna, percebe que um dos valores que o paradigma vigente estabelece é a concepção de vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, além da crença de um progresso ilimitado a qualquer custo. A importância da ética se dá na justa medida em que, sem ela, a maior preocupação dos pais poderia ser ensinar seus filhos a competir em um mundo regulado pela lei do mais forte, do mais ágil, do mais esperto ou do que fala mais alto, posto que é preciso aprender a viver neste mundo para vencer e obter sucesso. A partir da ética vislumbramos um caminho novo para uma cultura paterna mais lapidada e refinada. Talvez a afirmação de que o afeto, o amor e o respeito estão em primeiro lugar, na relação entre pais e filhos, seja a primeira medida da ética paterna.

IHU On-Line – Como entender as três dimensões do pai segundo Lacan (1990): simbólico, imaginário e real, ou seja, as versões do pai?

Edna Galvão – É nas leituras de Freud que Lacan encontra os três registros do pai onde o simbólico é o que permite distinguir um do outro, já que é a função do complexo de Édipo, realidade psíquica que amarra os três. Lacan (1990) aponta a recuperação da função paterna como eixo da cura e procura uma amarração das três dimensões do pai:

- O pai simbólico: originalmente, para a criança, o pai é instaurado como Nome pela mãe. “Aquilo sobre o que queremos insistir, diria Lacan, é do valor que a mãe atribui à palavra do pai, à sua autoridade. O lugar que ela reserva ao Nome-do-pai na posição da lei.” Só há verdadeira autoridade paterna quando esta for recebida de uma mulher.

Para Lacan, é o Nome-do-pai, inscrito na mãe, que permite que se origine no filho o que se chama autoridade paterna. Lugar de inscrição, nesta estrutura que Freud denomina de “inconsciente” e Lacan “o grande Outro”, ou seja, a ordem simbólica onde o pai tem ou não seu lugar.

- O pai imaginário: se o pai como Nome, vem da mãe, o pai como imagem vem da criança. Por volta dos cinco ou seis anos, a criança é introduzida no registro da castração pela entrada em cena da dimensão paterna e passa a se interrogar sobre ser ou não ser o falo, no momento do declínio do Complexo de Édipo e da interiorização do supereu. Cria um pai imaginário, uma imagem paterna de alta estatura e de forte status. É preciso que o pai encarne uma parte dessa autoridade, cuja origem é mais de natureza política e religiosa do que familiar.
- O pai real: é aquele que, ao instaurar para a criança o luto do pai imaginário, lhe permite não procurá-lo em outro lugar: fora da família, no líder social, político ou religioso. O pai real é aquele que introduz para a criança uma castração, isto é um dizer: “Não, tu não és o falo de tua mãe, nem és aquilo que a ela falta”. O pai real é o agente da castração, quando instaura para a criança um anteparo.

IHU On-Line – Para Lacan, qual o papel da religião na articulação da paternidade, na invocação do Nome-do-Pai? O que permanece disso se pensarmos no pai contemporâneo?

Edna Galvão – Para Lacan, a articulação da paternidade ao pai é efeito de um puro significante, de um reconhecimento não do pai real, e sim daquele que a religião invoca como Nome-do-Pai. A civilização foi edificada na transmissão da crença de um mito fundador da lei, por uma metáfora paterna. Na religião, isso fica muito claro na figura do Papa. Ele encarna o Deus, onipotente e onipresente, porém sua materialidade só pode ser pensada em nível da fé. Diante de qualquer tipo de desamparo, o sujeito busca esta Instância. Não há, na realidade, nada que garanta ao ser humano um lugar de proteção e amparo diante das dificuldades do dia-a-dia. A morte é uma condição humana impossível de se evitar. Porém, o sujeito continua a buscar instâncias imaginárias de proteção, uma lei que o proteja, que promova o encontro com uma ordem inscrita em seu psíquico: um Nome-do-pai, ou seja, a autoridade, a lei que preserva sua saúde mental. O pai contemporâneo deve exercer a função paterna dentro de um novo modelo: participar com a mãe de seu filho da nova estrutura igualitária de poder e hierarquia entre os gêneros.

Declínio da autoridade do pai é patente hoje

Entrevista com José Martinho

*José Martinho é professor português, catedrático da Faculdade de Psicologia da ULHT e psicanalista da Associação Mundial de Psicanálise e presidente da Antena do Campo Freudiano. É autor de vários livros publicados em Portugal e no estrangeiro, entre os quais citamos **O que é um pai?** (Lisboa: Assírio & Alvim, 1990) e **Freud & companhia** (Coimbra: Almedina, 2001).*

*Para o professor e psicanalista português José Martinho, o que se designa como “crise” contemporânea da função paterna está, sobretudo, associado à sociedade de consumo. Em seus estudos sobre a paternidade, Lacan divide o pai em três dimensões: o pai simbólico, o pai imaginário e o pai real. Na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 267, de 4 de agosto de 2008, Martinho analisa as três dimensões de Lacan, ao afirmar que “é entre o pai real e a sua função simbólica, supostamente normalizadora da sociedade e da mente, que se inserem todas as figuras do ‘pai imaginário’: emblemas da identificação e ideais enaltecidos, ou degradados, que povoam nossos delírios e fantasias”. E completa: “Se o que a mãe diz do pai atribui ou não valor ao nome deste, são os filhos que imaginam um pai como deve ou não ser”.*

IHU On-Line – O senhor escreveu um livro intitulado *O que é um pai?*. Quais as conse-

quências do que afirma nesta obra para a formação dos sujeitos contemporâneos?

José Martinho – O título refere-se a uma dúvida que o obsessivo de hoje ainda tem. Mas o livro é, sobretudo, um ensaio no qual, a partir de filósofos, romancistas, poetas e psicanalistas, procuro entender melhor o que leva um homem a recusar ser pai. Por exemplo, Rousseau¹⁵ dizia adorar as crianças, mas abandonou os seus sete filhos. Demitiu-se desta responsabilidade porque era paranoico, e não se pode ser verdadeiramente pai quando se é psicótico. Freud tentou entender o que se passava em cada caso de psicose, neurose e perversão. Mas foi a série dos casos que o levou ao mito da paternidade. O mito é uma verdade com estrutura de ficção. O inventor da Psicanálise descobriu que esta verdade atravessava, de forma velada, a tragédia grega, as sociedades primitivas e a religião judaico-cristã. Recolhendo o saber inconsciente, elaborou, então, os conceitos de pai-edipiano, de pai-totem (juntamente como o tabu do incesto) e de pai-monoteísta (a partir de um estudo sobre a figura histórica e religiosa de Moisés). Ele apurou que há um Outro que transcende o individual e o coletivo. Baseado na sua experiência clínica e na importância que a história das religiões e das civilizações atribui ao Outro enquanto pai, concluiu que era importante defender este, porque a humilhação e a queda do pai podem conduzir ao pior. Só que o declínio da autori-

¹⁵ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sujeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da **IHU On-Line**).

dade do pai acabou por se tornar patente no mundo contemporâneo.

IHU On-Line – Em que medida o pai autoritário pode ser explicado pela concepção lacaniana de paternidade?

José Martinho – Existem várias razões – evolutivas e não só – que podem explicar o predomínio da autoridade do pai e do homem em geral na cultura até à época de Freud. Mas, num primeiro estudo sobre a família humana (conferir “Os complexos familiares” in *Outros escritos*), datado dos anos 1930, Lacan anunciava já o declínio desta autoridade. Graças à Sociologia (Durkheim¹⁶ e outros), ele explicava que a família humana não é uma célula natural, mas uma instituição sujeita às mudanças sociais e transformações históricas, e que estas conduziram ao declínio da função paterna e às patologias subsequentes. As sociedades desenvolvidas quiseram esquecer ou deixar para trás o passado e, por conseguinte, as maneiras de viver, as lendas e as religiões de onde partiram. É um dos efeitos do modo de produção capitalista, da tecnociência e do conforto prometido pelo consumo. Foi este último que se tornou desde então a prioridade humana, derrubando os velhos valores, nomeadamente, os da família. Lacan não era um nostálgico. Ele esforçou-se para que a Psicanálise fosse para além do mito. Para tal, distinguiu, nos anos 1950, o Simbólico, o Imaginário e o Real, como dimensões em que se tece todo o fenómeno humano. Esta distinção afetará também a concepção da paternidade.

IHU On-Line – Para Lacan, o que é um pai?

José Martinho – Parto da distinção a que já me referi. O lugar do Outro em Lacan é, antes de qualquer coisa, o da “ordem simbólica” constituída pela linguagem. Pelo menos desde Aristóteles¹⁷ que se viu na linguagem (*Logos*) a essência do homem ou a diferença específica do género humano; lembro também que a Psicanálise é uma “cura pela fala”, uma *talking cure* (Freud via Anna O.¹⁸). Podemos, assim, entender que o “pai simbólico” é aquele que a função da palavra (falada ou escrita) situa no campo da linguagem. “Pai” é, antes de tudo, um nome. Santo Agostinho¹⁹ deu-lhe toda a sua importância, quando afirmou que “no nome de Deus discernia o pai que criou as coisas”. O batismo e a bênção fazem-se igualmente em nome do Pai. Na terra, as metáforas proliferam: Pai santo, Pai do povo etc. O pai de Nome marca desde a presença no apelido que os humanos colam ao seu nome próprio. O nome assim completado pelo patronímico é crucial na identificação do sujeito, como na sua identidade pessoal e social. Lacan explica, ainda, que é o “Nome-do-pai” que funda a Lei que vigora ao nível da cultura, aquela que protege dos caprichos da natureza e da sociedade. Mas o bom ou mau nome do pai depende do lugar que a mãe lhe acorda no discurso que articula o seu desejo, ou até o seu capricho. O “pai real” pode ser o pai de família, ou simplesmente o homem da mãe. Para os filhos, é tradicionalmente uma personagem castradora, desmancha-prazeres, feitora de obrigações. Foi já numa época de declínio que este pai se tornou – como gostamos de ver a mãe – um “objeto” de amor. Mas o fato do pai real ser ou dever ser o único a ter “relações” com a mãe – o objeto sexual interdito por excelên-

¹⁶ David Émile Durkheim (1858-1917): conhecido como um dos fundadores da Sociologia moderna. Foi também, em 1895, o fundador do primeiro departamento de sociologia de uma universidade europeia e, em 1896, o fundador de um dos primeiros jornais dedicados à ciência social, intitulado *L'Année Sociologique*. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ Aristóteles de Estagira (384 a.C.–322 a.C.): filósofo grego, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas – por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ Bertha Pappenheim (1859-1936): líder de movimento feminista, assistente social e escritora judia austro-alemã. Ficou conhecida pelo pseudónimo Anna O., criado pelo médico e psicólogo Josef Breuer em seu livro *Studies on hysteria*, escrito em colaboração com Sigmund Freud. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁹ Aurélio Agostinho (354-430): conhecido como Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho, bispo católico, teólogo e filósofo. É considerado santo pelos católicos e doutor da doutrina da Igreja. (Nota da **IHU On-Line**)

cia aos filhos – levanta como mistério o real do gozo. É entre o pai real e a sua função simbólica, supostamente normalizadora da sociedade e da mente, que se inserem todas as figuras do “pai imaginário”: emblemas da identificação e ideais enaltecidos, ou degradados, que povoam nossos delírios e fantasias. Se o que a mãe diz do pai atribui ou não valor ao nome deste, são os filhos que imaginam um pai como deve ou não ser.

IHU On-Line – Mas o que é para um filho/filha ter um pai? O que é que faz com que um sujeito diga que tem ou teve um pai?

José Martinho – Não é a determinação biológica. O pai não pode ser reduzido ao espermatozóide, nem ao pai civil, ou de direito, caso do pai ilegítimo, legítimo ou adotivo. O que faz com que alguém consiga reconhecer que teve verdadeiramente um pai tece-se numa trindade. As três dimensões cruciais deste reconhecimento são: ter um pai de nome; ter um modelo de pai; ter um pai capaz de introduzir um não-saber sobre o gozo. O que resta a cada um é o sintoma.²⁰ E convém lembrar que não existem homens, nem mulheres, sem sintoma.

IHU On-Line – O senhor acredita que a paternidade encontra-se em crise nos dias atuais? O que caracteriza a função paterna em nossos dias?

José Martinho – O que significa “crise”, e que valor lhe dar, negativo ou positivo? Diria que,

quando o pai real se ausenta, adocece ou morre, não há forçosamente catástrofe. A mãe pode muito bem exercer a sua função simbólica e alimentar o seu papel imaginário. O que ela não pode nunca ser é o pai real. O problema reside, sobretudo, aqui. Mas aquilo que habitualmente se designa como “crise” contemporânea da função paterna está, sobretudo, associado à sociedade de consumo, hoje na era da globalização. Jacques-Alain Miller²¹ e Éric Laurent disseram que a nossa época é a do “Outro que não existe”, tempo favorável a um novo cinismo, em que cada um desconfia da verdade e do próximo, ou só pensa em si mesmo. Todos os meios se tornam, então, bons para atingir este fim narcísico. Por sua vez, o sintoma procura o seu gozo no consumo desenfreado. Isto tem fomentado cada dia mais o crime, e tornado a violência ilimitada, muitas vezes violência pela violência. Tudo o que fazia obstáculo à violência funciona mal, ou já não funciona. Na família era, sobretudo, o pai que assumia esta função de obstáculo, que fazia com que o sujeito não fosse além dos sintomas que Freud decifrou como girando à volta do núcleo edípiano. Mas a nossa época produz novos sintomas, distanciados deste complexo de representações familiares e muito mais próximos dos objetivos do mercado. O exemplo mais pertinente é o do tóxico-dependente, consumidor ideal por excelência, que é capaz de tudo, nomeadamente de roubar e matar, para atingir o objeto cobiçado.

²⁰ Na concepção de Freud e de Lacan, sintoma se caracteriza pelo retorno da verdade do sujeito na forma do fracasso do saber. (Nota da ***IHU On-Line***)

²¹ Jacques-Alain Miller: genro de Jacques Lacan e difusor da psicanálise lacaniana após sua morte. Realiza uma releitura de Lacan, assim como Lacan releu Freud. (Nota da ***IHU On-Line***)

A condenação do pai e o declínio da clínica

Entrevista com Marcelo Veras

Marcelo Veras possui graduação em Medicina, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), cursou mestrado na Universidade Paris VIII e residência médica pelo Hospital Universitário Prof. Edgard Santos. Atualmente, é diretor geral do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, médico e professor da Universidade Federal da Bahia, e professor da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública.

Perguntado sobre o que significa para um filho ter um pai, o médico e professor Marcelo Veras, na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 267, de 4 de agosto de 2008, respondeu: “Ter um pai não significa herdar o nome, os bens, ou a lei paterna exclusivamente”. A partir do pensamento de Lacan, Veras explica que o que se transmite “é o pecado do pai, ou seja, um modo de gozar, que será sempre uma transgressão dos discursos universais”. Ele ainda declara, com base em sua experiência, “que, em muitos casos, o pai não orienta mais a família e que a cultura moderna descobriu que o pai é uma máscara que pode ser usada por qualquer um”.

IHU On-Line – Para a psicanálise e, segundo as teorias de Lacan, qual é a importância da função paterna na estruturação do sujeito?

Marcelo Veras – A função paterna passou por uma grande transformação no ensino de Lacan. Inicialmente, há o Lacan que revolucionou a teoria psicanalítica das psicoses com o termo de forclusão do Nome-do-Pai, no qual o pai, em sua função de separar o bebê do desejo mortífero materno, era uma proteção contra a loucura. Este pai, inicialmente, se assemelhava ao pai da horda primitiva freudiana. A grande mudança ocorre quando Lacan pluraliza os nomes do pai, ou seja, se afasta do Édipo e formaliza um “mais além do Édipo”, no qual ele desenvolve anos de estudo procurando outras soluções, que não o Édipo, onde o sujeito pudesse se apoiar. É curioso que os críticos de Lacan, sobretudo Deleuze²² e Guattari,²³ quando escreveram *O anti-Édipo* (Rio de Janeiro: Imago, 1976), mas também Foucault,²⁴ não continuaram lendo Lacan para perceber que tudo o que eles criticavam na psicanálise o próprio Lacan, antes deles, havia antecipado.

²² Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Deleuze, assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas intersecções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da **IHU On-Line**)

²³ Félix Guattari (1930-1992): psicanalista francês, pensador, militante, admirado por movimentos de esquerda alternativos, autor de um dos livros mais discutidos entre os anos 1970/80, *O anti-Édipo*, escrito em parceria com o filósofo francês Gilles Deleuze. Guattari visitou várias vezes o Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁴ Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *A arqueologia do saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e punir* e *A história da sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma

IHU On-Line – O que é para um filho/filha ter um pai? O que faz com que um sujeito diga que tem ou teve um pai?

Marcelo Veras – Ter um pai não significa herdar o nome, os bens, ou a lei paterna exclusivamente. Com a psicanálise, aprendemos que estas funções são sempre idealizadas, mas que sempre vacilam na fala dos analisantes. Para Lacan, em seu último ensino, o que se transmite é o pecado do pai, ou seja, um modo de gozar, que será sempre uma transgressão dos discursos universais.

IHU On-Line – Como os debates contemporâneos sobre o tema da saúde mental percebem a discussão sobre a importância da figura paterna?

Marcelo Veras – No Brasil, a saúde mental é quase unanimemente influenciada pela crítica foucaultiana aos asilos, à esquizo-análise de Deleuze e Guattari e ao movimento basagliano.²⁵ Estes três pilares, aos quais podemos acrescentar a antipsiquiatria, fazem uma crítica ao pai freudiano, e ao Nome-do-Pai lacaniano. O fato desta crítica, sobretudo em Foucault, ser basicamente centrada nas relações de poder, fez com que tudo que pudesse encarnar o poder tivesse que ser combatido. Um filósofo chamado Marcel Gauchet,²⁶ junto

com uma psiquiatra de nome Gladys Swain, escreveu bastante sobre a dificuldade de oferecer uma outra visão para a saúde mental que não seja a de colocar abaixo todas as estruturas de poder. Em seu texto chamado “Por uma outra história da loucura”, Gauchet demonstra como todos estes discursos foram extremamente influenciados pelo movimento de Maio de 68²⁷ na França. O problema é que se jogou fora o bebê junto com a água do banho. O psiquiatra, figura que passou a ser banida da saúde mental, tinha, para além do poder psiquiátrico, um saber clínico. É possível, embora não possa discorrer aqui, perceber que a condenação de qualquer representante do poder, e aqui incluímos o pai, deu-se conjuntamente com um declínio da clínica.

IHU On-Line – Que tipo de imagem paterna é “vendida” pelos especialistas da reprodução humana e pelos cientistas da manipulação genética?

Marcelo Veras – Não posso medir até que ponto são os cientistas ou a mídia quem explora a ideia de que a genética nos trará o super-homem. Aqui penso em Nietzsche.²⁸ Nada tenho contra os avanços da ciência. Há, contudo, como tudo que se refere ao humano por sinal, o bom uso e o mau

relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, e edição 203, de 06-11-2006, ambas disponíveis para *download* na página do IHU. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos **CADERNOS IHU em formação**, intitulado *Michel Foucault – sua contribuição para a Educação, a Política e a Ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁵ Franco Basaglia (1924-1980): médico e psiquiatra, precursor do movimento de reforma psiquiátrica italiano conhecido como Psiquiatria Democrática. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁶ Marcel Gauchet: filósofo francês, que com Luc Ferry é autor do livro *Le religieux après la religion (O religioso após a religião)*. Paris: Grasset. 2004). Escreveu *Le désenchantement du monde* (Paris: Gallimard. 1985), *La condition historique* (Paris: Stock, 2003) e *Un monde désenchanté?* (Paris: L’atelier, 2004). Confirma, no site do Instituto Humanitas Unisinos (www.unisinos.br/ihu), **Notícias do Dia**, o seguinte material: “Os direitos individuais paralisam a democracia”, assegura Marcel Gauchet, em 20-02-2008, “Estamos num momento tanto de invenção religiosa como de saída da religião”, entrevista com Marcel Gauchet, em 09-02-2008, e “A França é um país profundamente deprimido”, afirma Marcel Gauchet, em 23-04-2007. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁷ Maio de 68: período iniciado pela greve geral que aconteceu na França e que, rapidamente, adquiriu significado e proporções revolucionárias, mas em seguida desencorajado pelo Partido Comunista Francês, de orientação stalinista, e finalmente foi suprimida pelo governo, que acusou os comunistas de tramarem contra a República. Alguns filósofos e historiadores afirmaram que essa rebelião foi o acontecimento revolucionário mais importante do século XX, por que não se deveu a uma camada restrita da população, como trabalhadores ou minorias, mas a uma insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe. Sobre o tema, confira a edição 250 da revista **IHU On-Line**, de 10-03-2008, intitulada *Maio de 1968: 40 anos depois*. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁸ Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, nihilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras, figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed.

uso da ciência. Melhorar a saúde e o envelhecimento, evitar doenças graves, viabilizar o enterro de nossos mortos (como vimos recentemente nos acidentes aéreos) etc. são grandes avanços para o homem do século XXI. O mau uso da ciência é quando ela se transforma em lógica perversa para eliminar a diferença e a subjetividade, auxiliando interesses políticos ou mercadológicos em detrimento das liberdades individuais. Quando leio nos jornais opiniões de cientistas convictos das bases genéticas da delinquência, por exemplo, temo o que pode acontecer se um governo “esclarecido” procurar adotar medidas de prevenção baseado apenas em evidências científicas. Estamos em um momento em que urge a releitura do “Normal e o Patológico”, de Canguilhem,²⁹ para nos darmos conta de que a fabricação do homem normal pelos dispositivos científicos é útil para determinadas medidas, porém jamais será útil para medir o pensamento humano. Assim, uma política governamental seduzida pelos ideais genéticos pode ser a porta para a eugenia.

IHU On-Line – O que o senhor caracteriza como o pai “prêt-à-porter”?

Marcelo Veras – Penso na função paterna, que está cada vez menos privilegiada. Nos consultório, observamos que, em muitos casos, o pai não orienta mais a família. As parcerias contemporâneas são muito mais diversificadas, casais homoparentais, famílias recompostas com padrastos e madrastas, mulheres solteiras que buscam a adoção de embriões, ou seja, a cultura moderna descobriu que o pai é uma máscara que pode ser usada por qualquer um.

IHU On-Line – Como a relação entre a psicanálise e a saúde mental, a partir do conta-

to com o paciente, pode ajudar a compreender a função de pai com base no pensamento de Lacan?

Marcelo Veras – É preciso, como disse anteriormente, acompanhar a função paterna ao longo do ensino de Lacan. Aos poucos, esta função foi sendo reduzida, fazendo lembrar muito pouco o pai do *Totem e Tabu* freudianos. Este trabalho de redução foi tamanho que no meio da década de 1970 uma das últimas funções que Lacan ainda reservava ao pai, que seria a nomeação, deixa de ser uma exclusividade sua. Partindo da teoria dos três registros de Lacan, surge a pergunta que interessa à saúde mental no momento atual: já que o pai não é mais uma condição necessária para a transmissão de uma lei que mantivessem unidos, para um paciente, os registros do Real, Simbólico e Imaginário, que invenção é possível ao paciente para manter estes três registros unidos? Como paradigma de uma amarração entre os três registros que não passa pelo pai, Lacan vai citar a obra do escritor James Joyce.³⁰ Vale a pena ler um dos últimos Seminários de Lacan, *O sintoma*. Neste Seminário, para Lacan, a obra de James Joyce é o que impediu que ele entrasse na loucura. A obra, neste caso, substituiu o pai.

IHU On-Line – Por que o senhor considera que “o declínio da imago paterna é evidente no mundo contemporâneo”? Há alguma lacuna nesse sentido? Que tipo de trauma é mais comum em sujeitos a partir da ausência da figura paterna?

Marcelo Veras – Uma reflexão sobre o parricídio pode ser encontrada já em Freud. O declínio da imago paterna é apenas uma das versões do declínio globalizado dos valores absolutos. Observamos, por exemplo, a perda de poder da religião

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13-12-2004. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela *IHU On-Line* edição 175, de 10 de abril de 2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*. (Nota da *IHU On-Line*)

²⁹ Georges Canguilhem (1904-1995): filósofo francês, membro do Collège de France, especializado em filosofia da ciência e no estudo da normatividade. (Nota da *IHU On-Line*)

³⁰ James Augustine Aloysius Joyce (1882-1941): escritor irlandês considerado um dos autores de maior relevância do século XX. Suas obras mais conhecidas são o volume de contos *Dublinenses* (1914) e os romances *Retrato do artista quando jovem* (1916), *Ulisses* (1922) e *Finnegans wake* (1939). (Nota da *IHU On-Line*)

católica no século XXI. A velocidade da produção científica faz com que mal uma teoria é divulgada publicamente e ela se torna caduca por um novo trabalho científico. O que a psicanálise propõe é que este pai abolido retorna ainda mais feroz. Como isto se passa? Por exemplo, observando que o declínio da religião católica é paralelo ao crescimento de religiões e seitas muito mais dogmáticas. Não é curioso que nos Estados Unidos, país com a melhor ciência do mundo, haja um sério movimento para o retorno do ensino do criacionismo ao invés do evolucionismo nas escolas?

IHU On-Line – Como Lacan analisa as relações de paternidade e filiação em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino?

Marcelo Veras – Para responder a esta pergunta, precisaria refazer um percurso muito longo. Digamos apenas que a Trindade foi objeto de estudo e inspiração para que Lacan criasse sua teoria do “enodamento” entre os três registros do Real, Simbólico e Imaginário. Dito muito rapidamente, onde há o Pai, o Filho e o Espírito Santo, poderíamos brincar dizendo que Lacan interpôs entre o pai e o filho, o real. Ou seja, não se trata mais da transmissão simbólica do pai, mas de interrogar se há pertinência em falar de um real nesta transmissão. A ciência busca associar este real à genética. A psicanálise trabalha com outras possibilidades de transmissão real.

IHU On-Line – Quais são as principais versões do pai que aparecem na obra de Lacan? Como essas versões mostram a lei paterna e os poderes do pai em confronto com a lógica consumista da contemporaneidade?

Marcelo Veras – Todas estas que citei, ou seja, quando ele chega a fazer equivaler, no final de sua

obra, o pai a um sintoma, ele o faz tendo passado anteriormente por um longo estudo da função paterna. Aí encontramos o pai impotente do pequeno Hans, o pai do Presidente Schreber, o pai de Dora, o pai de Édipo, Édipo como pai, em seu belo estudo sobre Antígona, e outros. Há ironias e provocações, como a afirmação de que o verdadeiro pai é o espermatozóide. Enfim, longe de banir completamente a função do pai, Lacan procurou passar a ideia de que, mesmo estando caduca a exigência do pai, tal como ele existia nos quadros de família, para cada indivíduo é necessário algo que lhe dê limites e sentidos onde ele possa ancorar seu desejo. O legado de Lacan com relação ao pai pode ser sintetizado em uma de suas frases tornadas célebres: “O pai, é possível dispensá-lo com a condição de poder se servir dele”.

IHU On-Line – Existe ainda hoje um pai “agente da castração e perpetuador do mal-estar na cultura ao trabalhar diretamente contra o gozo”? Esse pai ainda tem alguma função real em nossos dias ou hoje impera o “pai carismático”?

Marcelo Veras – Sim, todos estes pais que citei acima coexistem. É bem isto que marca nosso tempo, não há mais um pai universal, há todo tipo de pai.

IHU On-Line – Em que sentido a clonagem seria considerada a “paternidade perfeita”?

Marcelo Veras – A clonagem é uma técnica científica. Ela pode ter usos diversos, dependendo das mãos em que cair. A pior perspectiva, sem dúvidas, é querer fazer da genética a primeira etapa de um processo de seleção, ou seja, ao invés de construirmos um mundo que inclua a imperfeição, tentarmos tornar o mundo perfeito.

“O pai não está desaparecendo: o que temos é uma transformação de papéis”

Entrevista com Miriam Pillar Grossi

Miriam Pillar Grossi é graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e doutora em Antropologia Social e Cultura, pela Universidade Paris V, René Descartes, onde escreveu a dissertação *La violence contre las femmes dans le mariage au Brèsil – Crêpes, fars et galettes: une approche de la cuisine bretonne e a tese Representations sur les femmes battues – la violence contre les femmes au Rio Grande do Sul. É pós-doutora em Antropologia Social pelo Collège de France. Atualmente, Miriam leciona no departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde coordena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Escreveu dezenas de artigos acadêmicos, capítulos de livros e organizou inúmeras obras, dentre os quais destacamos **Masculino, feminino, plural** (Florianópolis: Editora Mulheres, 1998), **Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras** (Florianópolis: Editora Mulheres, 2006), **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violências** (Florianópolis: Mulheres, 2006) e **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis** (Rio de Janeiro: Garamond, 2007).*

Para a pesquisadora Miriam Pillar Grossi, o conceito de parentalidade quebra o paradigma de que apenas homem é pai e mulher é mãe. Segundo ela, essas funções podem ser realizadas por pessoas que estão desenvolvendo o papel de cuidar uma criança, independentemente do sexo.

Nas famílias recompostas, explica a professora Miriam, na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agos-

to de 2007, é possível observar como o parentesco é “uma construção social”. Grossi destaca que, “mesmo que as pessoas não tenham vínculo biológico com as crianças, elas cuidam delas como se fossem seus filhos”.

IHU On-Line – Por que, ao longo dos anos, o conceito de paternidade passou a ser repensado e abordado como parentalidade?

Miriam Pillar Grossi – O conceito de paternidade está bastante vinculado ao pai, isto é, a um poder e a um lugar social centrado no que se considera na sociedade ocidental como pai. Nestas sociedades, o conceito de pai corresponde a um indivíduo do sexo masculino. O conceito de parentalidade amplia não só essa noção de paternidade, mas também as funções, até então exercidas pelo homem, para mais de uma pessoa.

Na ideia de paternidade tradicional, existiam duas funções que se complementavam e que nunca eram feitas pela mesma pessoa, ou seja, a função de cuidar era exercida pela mãe e a de prover e ensinar a lei era exercida pelo pai. O conceito de parentalidade veio contribuir para entender o momento atual, onde essas funções deixaram de estar associadas à ideia de que só o homem é pai e apenas a mulher pode ser mãe.

IHU On-Line – Na sociedade contemporânea, as famílias estão sendo compostas por grupos familiares de diferentes uniões dos pais. Como fica o papel do pai da atualidade?

Miriam Pillar Grossi – Nessa discussão sobre o papel do pai, é preciso pensar o pai com a mãe e qual é a relação familiar que se constitui a partir

desta relação entre dois indivíduos. Quando se pensa o que mudou na figura do pai, há uma visão conservadora afirmando que o pai mudou. No entanto, ao longo das últimas décadas, ocorreram mudanças no exercício da função paterna e da função materna. Ambas passaram a ser exercidas por homens e mulheres. É verdade que, num primeiro momento do movimento feminista, são as mulheres que adentram esse mundo considerado masculino, da paternidade, passando a cumprir também o papel de provedoras do lar. Entretanto, num segundo momento, passamos a observar esse movimento de transformações da paternidade através da entrada dos homens no terreno que era considerado das mulheres, da maternidade, ou seja, ficar em casa, cuidar dos filhos, trocar fraldas, cozinhar etc.

Então, quando se fala que ocorreu uma mudança na paternidade, precisamos pensar que existem mudanças tanto na paternidade quanto na maternidade, e é justamente para incluir estas mudanças que se forjou esse novo conceito, de “parentalidade”. Esta abarca todas as multiplicidades das novas formas de ser pai e mãe, que nem sempre dizem respeito apenas a pais biológicos. Nas famílias recompostas, é possível observar como o parentesco é uma construção social. Mesmo que as pessoas não tenham vínculo biológico com as crianças, elas cuidam delas como se fossem seus filhos, ou seja, o que prevalece é o vínculo afetivo com a criança e não seu DNA.

IHU On-Line – É comum que muitas mães desenvolvam atividades e responsabilidades de pai e mãe na criação dos filhos. Ainda há responsabilidade de pai e responsabilidade de mãe?

Miriam Pillar Grossi – Responsabilidade de pai e responsabilidade de mãe, com funções divididas, não existe mais como um modelo único. Não podemos mais pensar numa visão dicotômica. Esse era o modelo vitoriano de família, que veio do século XIX, e que vai se reproduzir num modelo de família burguesa, urbana e contemporânea, no Brasil do século XX. O que temos que ter presente é a questão: quais são as necessidades que uma criança tem em relação a sua sobrevivência material, humana e social?

Este ideal dicotômico da família, do homem provedor, da mãe doméstica cuidando dos filhos, nunca existiu, mas nos foi apresentado como um modelo ideológico, ou seja, como ideal de família. O que temos, hoje, são homens e mulheres desempenhando diferentes papéis, independentemente do seu sexo, desmanchando, portanto, na prática os modelos dicotômicos de papéis associados ao masculino e feminino.

IHU On-Line – É possível pensar numa sociedade sem pai?

Miriam Pillar Grossi – Esta é uma longa discussão e reflexão no campo da Antropologia que tem estudado há mais de um século diferentes sociedades do planeta. O que posso afirmar é que na nossa sociedade o pai não está desaparecendo. O que temos é uma transformação de papéis que antes eram ditos de pai e de mãe. Mas não existe uma sociedade que possa viver sem esses papéis serem reatualizados permanentemente. É evidente que o pai, enquanto indivíduo que cumpre uma função social na constituição de um grupo social, a família, não irá acabar. É claro, também, que aquele modelo de pai tradicional, autoritário, que proíbe a mulher de trabalhar, já acabou. Ele não existe mais enquanto modelo valorizado socialmente. O que temos hoje são novas formas de paternidade que estão sendo exercidas pelos homens contemporâneos.

IHU On-Line – Então, muitas crianças convivem com famílias recompostas, na qual diferentes indivíduos cumprem o papel de pai ou mãe, independentemente do vínculo biológico. Essa convivência, sem a referência paterna do homem, pode originar uma futura geração sem valores alusivos de paternidade?

Miriam Pillar Grossi – É importante que as crianças tenham pessoas adultas que as queiram bem. Essa ideia de que a falta de pai seja a razão da “perda de valores” é equivocada. Na verdade, mesmo em famílias onde há um pai, socialmente reconhecido como tal, outras pessoas também cumprem papéis paternos, como, por exemplo, atualmente é o caso dos avós. Observamos que

em famílias onde não há este pai, as crianças não ficam “desorientadas” pois têm múltiplas pessoas cumprindo esse papel para elas. A sociedade é mutável e está, constantemente, em mudança. Enquanto antropóloga, eu parto do pressuposto de que as mudanças são graduais e, portanto, não há “crise de valores”, uma vez que estes valores estão em permanente mudança.

A sociedade ocidental pensa a família como um grupo constituído de pai, mãe, filhos, primos, avós, ligado a um modelo em que a questão biológica é o ponto central, ou seja, somos convictos que o que nos une a nossa família são os laços biológicos. Em outras culturas, esses agrupamentos familiares se organizam diferentemente, e o biológico não é muitas vezes determinante na configuração de quem é pai ou mãe. Em algumas sociedades, por exemplo, são os tios maternos e os homens que cumprem a função paterna.

IHU On-Line – Num dos seus trabalhos, a senhora faz referência à Suzana Funck, que propõe, em suas obras literárias, novos modelos de paternidade. Suzana escreve que a parentalidade deveria ser obrigatoriamente composta por um trio (dois homens e uma mulher ou duas mulheres e um homem). Essa utopia está de certa maneira fazendo parte da realidade das famílias brasileiras?

Miriam Pillar Grossi – Lembremos que o trabalho de Susana Funck, que admiro muito, é sobre as utopias literárias em torno da maternidade e da paternidade. Ela não está falando de casos concretos, mas sim de personagens da literatura de língua inglesa. O que tenho observado nas pesquisas que fazemos sobre famílias no Brasil é que as crianças têm, atualmente, vários pais e mães. Se conversarmos com filhos de pais separados, por exemplo, eles veem as mudanças familiares com bastante naturalidade. As crianças são capazes de incluir, na sua rede de parentesco, vários indivíduos adultos que cumpriram, ao longo da vida delas, essas funções paternas e maternas, seja porque são os pais e as mães biológicos, seja porque são os pais e as mães sociais. Então, na prática, ter dois pais e duas mães é uma coisa bastante comum. Claro que não dessa forma como muitos romances utópicos colocam, ou seja, todos na mesma casa, vivendo relações triangulares e criando crianças a partir destas relações. Na maior parte dos casos, estas crianças têm vários pais e mães que se sucedem em sua vida, mas elas vão considerando-os todos como parte de sua rede familiar e os denominam como pais ou mães (incluindo nesta nomenclatura padrastos e madrastas, termos, aliás, já bem em desuso nas famílias recompostas brasileiras contemporâneas). De toda forma, o modelo de família que prevalece é o do casal binário

Pais: meros instrumentos do mercado?

Entrevista com Beatriz Gang Mizrahi

Beatriz Mizrahi é especialista em Saúde Mental Infanto-Juvenil, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e em Psicologia Médica, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). cursou mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio com a dissertação Trabalho e parentalidade: interferências do mundo da produção no ambiente facilitador. É aluna do curso de doutorado em Psicologia Clínica dessa mesma instituição.

“O mundo do trabalho, hoje, não permite relações fortes e estáveis”, afirma a psicóloga Beatriz Gang Mizrahi, em entrevista à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agosto de 2007. Para ela, os pais estão expostos a uma sociabilidade frágil, e por isso estão com dificuldades em estabelecer vínculos de confiança com os filhos. Beatriz ressalta que os pais “têm medo de recusar qualquer demanda de trabalho para se dedicarem aos filhos e, por outro, tem receio de dizer não para as crianças num mundo em que se é solicitado a aceitar toda e qualquer exigência”. E alerta que a sobrecarga de trabalho dos pais faz com que as crianças fiquem expostas a outras referências “extra-familiares”, como os serviços de consumo.

IHU On-Line – Quais são os principais impasses que o mundo globalizado traz para a família, em especial para a relação pai e filhos?

Beatriz Gang Mizrahi – Eu diria que o mundo globalizado tem banalizado o desamparo. Temos assistido hoje ao desmonte generalizado das proteções sociais que davam um lugar relativamente seguro para o indivíduo na coletividade a partir de sua condição de trabalhador: emprego estável,

aposentadoria, acesso à saúde e educação públicas, mecanismos de inclusão que hoje estão se desfazendo. Estes mecanismos foram, durante muito tempo, preciosos, pois responderam ao anseio de liberdade do indivíduo surgido na modernidade sem deixar as pessoas inteiramente expostas aos caprichos do mercado, como no início do capitalismo. O ideal de proteção à infância, que emergiu também na modernidade, vem sofrendo abalos, já que os pais, expostos ao desamparo social, não encontram suportes externos para sustentar sua atitude de cuidado com as crianças. Como uma defesa diante dessa situação, a família recorre a vários serviços pedagógicos especializados, com o intuito de aumentar a performance da criança e prepará-la para o mercado de trabalho. Esses serviços, assim como os produtos de consumo, não podem substituir as relações, e acabam trazendo para muitas crianças um sentimento de solidão e desamparo que se estende pela vida afora.

IHU On-Line – Com as mudanças no mundo do trabalho, como a senhora avalia a atuação do pai na construção da família? Ele ainda exerce um papel fundamental?

Beatriz Gang Mizrahi – O mundo do trabalho se relacionou com a função dos pais de maneira ambígua desde o nascimento da sociedade industrial, e hoje essa ambiguidade chega ao seu ponto máximo. Desde a aurora da modernidade, as pessoas foram convocadas a sustentar a afetividade na esfera privada, com os filhos e os esposos, desde que não tenham grandes esperanças afetivas no espaço público e social. Isso foi, logo de saída, muito complicado: como manter o afeto em casa e, por outro lado, fazer essa casa funcionar segun-

do as regras impessoais e frias do mundo produtivo. A família deveria educar os filhos para se tornarem trabalhadores eficientes e, ao mesmo tempo, desenvolver uma rica intimidade doméstica. Temos aqui uma importante contradição. No entanto, enquanto a frieza do mundo do trabalho foi parcialmente contrabalançada pelas proteções sociais, esse ideal de afetividade entre pais e filhos encontrava ainda um mínimo respaldo na sociedade, que neutralizava parcialmente essa contradição. Agora, no entanto, os pais estão cada vez mais perdendo sua voz e tornando-se meros instrumentos do mercado. Isso porque a lógica econômica fria invade indiscriminadamente todos os espaços. Quanto mais enfraquecidos estão os pais, pela falta de suportes efetivos, mais eles recorrem aos especialistas em educação. Estes últimos muitas vezes culpam a família, ao invés de enxergar o problema em toda a sua complexidade social. Os pais vão ficando submissos e as crianças acabam, com isso, não tendo acesso ao ambiente cuidadoso e firme que precisam.

IHU On-Line – Que consequências o atual mundo do trabalho tem causado na relação entre pais e filhos?

Beatriz Gang Mizrahi – O mundo do trabalho hoje não permite relações fortes e estáveis. Adaptar-se à precariedade, à instabilidade, às relações de curto prazo é um ideal do mundo do trabalho que não acompanha a necessidade de nossos filhos de construir conosco relações sólidas, onde haja espaço tanto para proximidade como para o conflito sem risco de ruptura. É muito difícil realmente para os pais passarem essa consistência e confiança em seus vínculos com os filhos se estão tão expostos a uma sociabilidade frágil lá fora. Por um lado, eles têm medo de recusar qualquer demanda de trabalho para se dedicarem aos filhos e, por outro, têm receio de dizer não para as crianças num mundo em que se é solicitado a aceitar toda e qualquer exigência. Com isso, a criança tende a ser privada tanto da intimidade com seus pais quanto daquelas “frustrações bem dosadas”, que lhe permitem, em contrapartida, o espaço necessário para viverem a própria autonomia.

IHU On-Line – Como é possível recolocar a parentalidade no diálogo com a esfera pública?

Beatriz Gang Mizrahi – O diálogo com a esfera pública tem sido muito difícil num contexto em que a iniciativa política é tantas vezes esvaziada e substituída por regras econômicas impessoais. Não podemos levantar a bandeira do resgate da participação política e esperar que nossa realidade mude de um dia para o outro. Contudo, penso que se oferecermos aos pais um espaço de escuta compartilhada de seus problemas, vamos estar oferecendo a eles algo muito precioso. A parentalidade, nesse momento, não é imposta de fora pelos especialistas e pelo mercado, mas torna-se uma experiência criativa construída nas trocas e discussões. No que diz respeito à escuta psicológica, o simples fato de o profissional que ouve os pais legitimar as dificuldades que o trabalho coloca na relação com filhos já faz uma diferença política. Escutados por nós, os pais se tornam mais capazes de reconhecer lá fora os contextos sociais mais amplos que podem levá-los em consideração.

IHU On-Line – Quando a senhora diz que a parentalidade pode ser uma experiência mais ampla, entende-se que atualmente o cuidador não precisa ser necessariamente pai ou mãe?

Beatriz Gang Mizrahi – Quando me refiro à parentalidade como experiência mais ampla, estou dizendo que existe uma satisfação pessoal que podemos sentir quando cuidamos de outras pessoas, mesmo que elas não sejam nossos próprios filhos. Quando fazemos isso, recriamos o cuidado que um dia recebemos de nossos pais ou de outras pessoas, dando-lhe um colorido próprio e único. Esse tipo de vivência criativa é importante porque sem ela não conseguimos de fato ser bons pais e mães. Ao mesmo tempo, essa parentalidade criativa só pode se dar se os pais não tiverem que responder passivamente às regras sociais, mas puderem participar ativamente de sua criação.

IHU On-Line – Por que a senhora afirma que apenas um movimento de troca entre a esfe-

ra pública e a privada pode permitir que a parentalidade se torne uma experiência rica, e não uma mera imposição na vida de cada um?

Beatriz Gang Mizrahi – Não podemos atingir plenamente uma afetividade rica na relação com os filhos em espaços sociais ocupados por uma lógica fria de mercado, cega às necessidades afetivas tanto das crianças quanto dos adultos. Se não dialogamos com os espaços públicos, eles se reificam e se impõem a nós como fatos intransponíveis. Nesse sentido, sustentar essa troca entre o público e o privado é buscar caminhos para uma parentalidade que não se submete passivamente às exigências externas, nem tampouco submete seus filhos. Não se trata, é claro, de acusar os pais e cobrar deles que mudem o mundo sozinhos, mas de acenar para a importância desses espaços intermediários onde o público e o privado não estão em posições antagônicas, mas se alimentam reciprocamente.

***IHU On-Line* – Em que medida a sobrecarga de trabalho tem influenciado na concepção da família como referência principal?**

Beatriz Gang Mizrahi – De fato, a sobrecarga de trabalho dos pais faz com que as crianças fiquem mais expostas a muitas outras referências extra-família: creches, escolas integrais, serviços especializados e de consumo. Contudo, esse fato parece não ter deixado as crianças realmente mais livres e autônomas. Esses substitutos exigem frequentemente delas que se virem sozinhas permanentemente, lutando, de forma incessante, para a aquisição da performance educativa esperada. Podemos reconhecer nesse problema o paradoxo de que a liberdade do indivíduo, seja ele criança ou adulto, depende fundamentalmente de suportes sociais consistentes, e não de uma disputa solitária e incerta pelo próprio lugar ao sol.

Novos arranjos familiares: qual é o papel do pai na família contemporânea?

Entrevista com Andréa Seixas Magalhães

Andréa Seixas Magalhães é mestre e doutora em Psicologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente, Andréa é membro efetivo da Sociedade de Psicoterapia Analítica de Grupo do Estado do Rio de Janeiro – SPAG-E RIO.

*Para a psicóloga e professora Andréa Seixas, na contemporaneidade, a “paternidade tem sido permanentemente desafiada”. Ela explica na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agosto de 2007, que os diferentes arranjos familiares, constituídos nos últimos anos, estão contribuindo para as transformações no exercício da paternidade. Ela também destaca que as vivências atuais, entre pai e filhos, influenciarão e “moldarão os modelos paternos futuros”.*

IHU On-Line – Quais são as implicações e desafios do exercício da paternidade atualmente? Há diferenças entre o pai de uma família monoparental, biparental ou reconstituída?

Andréa Seixas Magalhães – Considerando as mudanças aceleradas e fluidas da sociedade contemporânea e a transformação dos padrões tradicionais familiares, parâmetros de referência para o desempenho dos papéis parentais nas décadas anteriores, a paternidade tem sido permanentemente desafiada. Os diferentes arranjos familiares da atualidade, famílias monoparentais (feminina ou masculina), biparentais (hetero ou homossexuais) e reconstituídas, impõem transformações no exercício da paternidade. Nos múltiplos arranjos familiares encontrados, as regras familiares, os valores, os modos de expressão dos afetos, a hierarquia, assim como as metas familiares, consti-

tuem-se diferentemente. Ressalto que o tipo de arranjo familiar não determina a possibilidade de criar filhos emocionalmente saudáveis. Contudo, as diferentes condições familiares influenciam o modo de exercer a paternidade.

IHU On-Line – Após o divórcio, como fica a relação entre pai e filhos? O pai divorciado ganha uma nova função na sociedade contemporânea?

Andréa Seixas Magalhães – Na sociedade contemporânea, o pai divorciado frequentemente enfrenta a dificuldade de manter um contato mais próximo com os filhos (nos casos em que não tem a guarda dos filhos) e vê-se diante da necessidade de desenvolver tarefas que, anteriormente, eram atribuições da mãe. Por outro lado, os homens contemporâneos já vêm desenvolvendo habilidades que, na sociedade tradicional, eram quase exclusivas das mulheres. Uma das funções mais importantes do pai divorciado é fortalecer o vínculo parental, mantendo uma relação afetiva, íntima e segura com seus filhos.

IHU On-Line – Com a separação conjugal, muda também a concepção de família e de parentalidade?

Andréa Seixas Magalhães – Enfatizamos que a separação conjugal dissolve o subsistema conjugal, mas o subsistema parental, embora sofra alterações, não deve ser dissolvido. Isso quer dizer que temos ex-marido e ex-mulher, mas não há ex-pai e ex-mãe. Os papéis parentais devem ser preservados no sistema familiar. Com a separação

conjugal, frequentemente, a comunicação entre os pais muda e os afetos também. Mas os pais necessitam compartilhar decisões importantes sobre a criação dos filhos, sobre projetos e metas educativas, assim como estar presentes em muitos momentos importantes da vida desses. A vivência da separação conjugal, sem dúvida, altera a concepção de família dos membros familiares envolvidos, sobretudo pais e filhos.

***IHU On-Line* – Alguns especialistas dizem que o contato dos filhos com o pai é importante para que a criança construir sua identidade. Como fica essa questão da construção da identidade numa sociedade em que nem sempre os filhos são criados pela figura paterna?**

Andréa Seixas Magalhães – A construção da identidade depende de inúmeros fatores. A relação com os pais é um dos fatores mais importantes desse processo. O fato de não ser criado pelo pai não elimina a figura paterna na criação. O pai pode ser muito presente na criação dos filhos, dentro e/ou fora de casa. A qualidade da relação parental não é medida pelo tempo de co-habitação. A convivência é um fator importante, na medida em que o compartilhamento de experiências é necessário para a consolidação do vínculo. Ademais, outras pessoas emocionalmente significativas para a criança também participam nesse processo de construção da identidade.

***IHU On-Line* – Se o pai é visto como referência na concepção do universo masculino, como a masculinidade pode ser construída numa sociedade sem pai?**

Andréa Seixas Magalhães – Considero que, na sociedade contemporânea, há uma série de trans-

formações nas noções de masculinidade e de paternidade. Contudo, discordo da ideia de uma “sociedade sem pai”. O pai continua sendo uma referência importante de masculinidade. Ressalto, ainda, que a construção da masculinidade também é transmitida pelas mães, a partir do modo como elas percebem a masculinidade.

***IHU On-Line* – O exercício da paternidade atual irá influenciar na criação de um modelo paterno no futuro? De que maneira?**

Andréa Seixas Magalhães – Sim. As vivências e percepções da paternidade atual modularão os modelos paternos futuros, considerando que esses modelos são transmitidos consciente e inconscientemente.

***IHU On-Line* – Quais são as principais mudanças que estão ocorrendo na concepção de paternidade nos últimos anos?**

Andréa Seixas Magalhães – As principais mudanças na concepção de paternidade estão relacionadas às mudanças nas relações de gênero e às mudanças nos arranjos conjugais e familiares. O mundo atual é veloz, pautado por valores individualistas e pelo culto ao prazer. O laço conjugal se mantém na medida da satisfação dos parceiros e os modos de obter satisfação e prazer são cada vez mais diversificados. A família se transforma também em decorrência das mudanças na conjugalidade. Os cônjuges são considerados os arquitetos da família. As relações de gênero tendem a ser mais igualitárias, e as diferenças entre os papéis parentais também tendem a ser menos nítidas. Além disso, a desconstrução de estruturas sociais hierárquicas mais amplas reflete-se sobre a autoridade parental.

“Os papéis de pai e mãe são muito relevantes”

Entrevista com Marcelo Spalding Verdi

Marcelo Spalding Verdi é graduado em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com a tese Nível de conflito em diferentes áreas do relacionamento conjugal e qualidade do ajustamento conjugal. É, também, especialista em Psicologia Jurídica e em Psicologia Escolar Educacional, bem como terapeuta de casal e família. Atua na Clínica Interdisciplinar Maud Mannoni (CMM), em Porto Alegre, e na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. É um dos organizadores de **Cenas da infância atual: a família, a escola e a clínica** (Ijuí: Unijuí, 2006).

“As estruturas familiares estão em constante mudança”, afirma Marcelo Spaldin, em entrevista à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agosto de 2007. De acordo com o psicólogo, as transformações sociais contribuíram para que as famílias do mundo ocidental se tornassem “agrupamentos mais complexos no que se refere aos vínculos e às relações econômicas entre seus membros”.

Marcelo destaca ainda que a mudança do termo paternidade para parentalidade sugere a valorização “da efetiva participação dos pais no crescimento dos filhos”.

IHU On-Line – Na sociedade contemporânea, o que caracteriza e constitui uma família? Ainda é possível se falar em modelos familiares? Por quê?

Marcelo Spalding Verdi – O modelo predominante, hoje, ainda é o da família nuclear. Podemos dizer que esse modelo substituiu, no decorrer do processo de consolidação da sociedade industrial, o modelo das grandes famílias extensas de

estrutura patriarcal. No momento em que a sociedade foi tornando-se mais tecnológica e globalizada, também as famílias, no mundo ocidental, tornaram-se agrupamentos mais complexos no que se refere aos vínculos e às relações econômicas entre seus membros. Estamos, atualmente, construindo novas possibilidades de experiência familiar: simultaneamente às famílias nucleares, que são as entidades constituídas por pelo menos um adulto e seus filhos, economicamente independentes de suas famílias de origem, existem famílias com configurações diversas – binucleares, homoafetivas, transgeracionais –, além de um número de pessoas que optam por viver sozinhas. Nesse sentido, falar em configurações familiares mostra-se mais apropriado para caracterizar as famílias contemporâneas do que em modelos familiares. Mas é importante salientar que a família também pode ser definida a partir de seu aspecto subjetivo, ou seja, de um senso pessoal de pertencimento ou identidade com relação a outras pessoas que ocupam um lugar especial de referência tanto para a constituição psíquica quanto social. A família continua sendo a célula básica da sociedade, mas essa afirmação não tem qualquer conotação moral. Ela é a célula básica porque tem uma função, ainda sem substituto à altura, de operar a transição do bebê humano da natureza para a sociedade, por meio da intermediação da cultura.

IHU On-Line – Os papéis de pai e mãe ainda são relevantes dentro das novas estruturas familiares?

Marcelo Spalding Verdi – É devido justamente a esse aspecto subjetivo especial que os papéis de pai e mãe são fundamentais: estamos falando da própria fundação da subjetividade da criança. Po-

demos dizer que a família caracteriza-se, também, por uma diferença de posição de alguns membros em relação aos outros. Alguns chamam a atenção para uma diferença de hierarquia, mas não é só isso – é, acima de tudo, uma condição para o cumprimento de uma função em relação aos outros. Essa função é a de dar uma existência além da biológica aos filhos, uma existência psicológica, um lugar no mundo simbólico. Cabe dizer, até, que os papéis de pai e mãe são muito relevantes, enquanto as estruturas familiares nem tanto.

IHU On-Line – Que importância as figuras de parentalidade exercem junto à criança e sua formação psicossocial?

Marcelo Spalding Verdi – Pai e mãe exercem duas funções fundamentais do ponto de vista da constituição psíquica da criança: acolhimento e interdição. A apropriação, pela criança, dos recursos que lhe permitirão interagir com a sociedade depende dessas funções. Seus pais devem lhe proporcionar, por um lado, acolhimento, cuidados, apego, contato, nutrição, carinho, dedicação, conforto e totalidade e, por outro, interdição, corte, limite, restrição, castração, ruptura, impedimento e falta. Da experiência de acolhimento resulta uma confiança básica para estar no mundo, da interdição, o reconhecimento do outro e a condição para a autonomia. O que deve ser destacado é que, se essas funções são fundamentais, seus agentes não precisam, necessariamente, ser os pais da criança, porque essas tarefas se efetivam num plano simbólico. Seus efeitos resultam da inclusão da criança numa rede simbólica de significações. Dessa forma, são pais das crianças aqueles que assumem essas funções e, por meio delas, efetuam uma transmissão de ordem pessoal, singular e única.

IHU On-Line – Ao longo dos anos, o conceito de paternidade passou a ser repensado e substituído por parentalidade? O que isso afeta, de modo prático, na criação dos filhos?

Marcelo Spalding Verdi – O uso mais recente do conceito de parentalidade não afeta diretamente a criação dos filhos, antes ele sinaliza uma ampliação na concepção da paternidade. O termo

paternidade estaria mais associado à condição de ser pai, ao fato em si, e à parentalidade, ao exercício, ao papel dos pais, tanto do pai como da mãe. O uso da expressão parentalidade busca contemplar o crescente deslocamento para um segundo plano da importância dada ao vínculo biológico entre pais e filhos em favor da valorização da efetiva participação dos pais no crescimento dos filhos.

IHU On-Line – É correto afirmar que pai e mãe têm responsabilidades características, ou isso cai por terra em função das novas configurações familiares?

Marcelo Spalding Verdi – Isso faz sentido enquanto a sociedade ainda se mostra pautada pela diferença sexual. Na medida em que ainda são atribuídas características psicológicas distintas ao homem e à mulher, que se espera que meninos se comportem de um modo típico e meninas de outro, também será cobrado que, na família, a mãe cumpra o suposto papel de mulher (cuidados, compreensão...) e o pai, o de homem (exigência, limites...). Confia-se numa sintonia entre a família e esse discurso da diferença sexual para que fique garantida, para a criança, sua adaptação na sociedade. Claro que isso se faz, hoje, de uma maneira mais flexível do que anteriormente, mas ainda é uma referência para a subjetividade. Essa flexibilidade, todavia, não deixa de ser um sinal de novidades, cujo alcance ainda não temos condições de dimensionar.

IHU On-Line – Vivemos em uma sociedade onde o pai vem perdendo espaço na construção da família? Por quê?

Marcelo Spalding Verdi – O que tem acontecido é um enfraquecimento do discurso paterno de um modo geral, uma espécie de crise do masculino, um esgotamento da sociedade patriarcal. Também na família isso ocorre, pois a família, embora fundamental na constituição psíquica do sujeito, não é autônoma em relação à sociedade. E as mudanças ocorrem porque a humanidade segue em busca de amenizar a angústia que decorre de sua condição de civilizada. Depois da hegemonia do discurso paterno na sociedade e da prevalência do modelo patriarcal na família, o homem

ocidental viu nessa condição um impedimento à sua satisfação. Certamente, foram o sofrimento e a insatisfação que impulsionaram a sociedade em direção à mudança. Dificilmente esse movimento vai cessar algum dia.

***IHU On-Line* – Como as novas configurações familiares se refletem nos valores que se desenvolvem entre jovens e crianças?**

Marcelo Spalding Verdi – Por um lado, as novas configurações promovem uma aceitação das diferenças e da diversidade. Por outro, refletem as tendências individualistas da sociedade contemporânea, o que tem colocado em risco o tecido social. Esse é o ponto negativo, especialmente num país como o Brasil, onde as desigualdades e a injustiça acabam autorizando a busca de alternativas anti-sociais. Mas a responsabilidade pela reversão dessas tendências não pode ser delegada apenas às famílias. Creio que às instituições no Brasil caberia o papel de desencadear um processo de valorização simultânea da diversidade e da ética.

***IHU On-Line* – A família contemporânea continuará em permanente transformação? O que significará a paternidade daqui alguns anos?**

Marcelo Spalding Verdi – As mudanças são inevitáveis. Mas a paternidade deverá seguir associada a sua função de transmitir os códigos de acesso à cultura aos filhos, entretanto cada vez mais desvinculada dos laços biológicos e dos valores masculinos como hoje os entendemos.

***IHU On-Line* – Alguns especialistas supervalorizam a presença do pai na vida dos filhos. Está surgindo uma nova concepção de paternidade? Quem é o pai contemporâneo?**

Marcelo Spalding Verdi – Existe um novo discurso em relação à paternidade: o ideal passou a ser um pai participativo, afetivo e com autoridade. Essa autoridade não decorre de direitos superiores, mas de sabedoria, senso de justiça e preocupação com os filhos. Claro que todo mundo gostaria de ter um pai assim, para si e para os outros. Na vida real, todavia, existem diversos tipos de pais contemporâneos, o que continua a nos fazer sonhar com o ideal.

***IHU On-Line* – Como o homem contemporâneo tem lidado com a questão da paternidade? Ele está preparado para ser pai?**

Marcelo Spalding Verdi – Ele segue idealizando a paternidade. Alguns tomam o ideal como modelo, outros recusam o papel devido à impossibilidade de atingir o modelo. Muitos têm tratado de usufruir da experiência da paternidade, de tomá-la como uma oportunidade de enriquecimento afetivo de um modo como as gerações de pais anteriores não souberam fazer. Mas a influência do individualismo também é grande: muitos não querem ser pais, muitos não conseguem renunciar à busca de sua satisfação pessoal em favor de um filho. Em geral, há a insegurança quanto a ser capaz de garantir que os filhos cumpram a expectativa contemporânea de sucesso e felicidade num mundo pleno de incertezas.

“A mudança nos paradigmas da família reflete-se nos vínculos de parentalidade”

Entrevista com Cláudia Valle Sigaran

Cláudia Valle Sigaran é psicóloga e mestre em Psicologia do Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua, além disso, como terapeuta de casal e família e é coordenadora de ensino da Clínica de Psicoterapia Instituto de Mediação (CLIP), em Porto Alegre.

*“Na família contemporânea, ter pai e mãe não deixou de ser importante. O que mudou é a consciência de que esta não é a única maneira de constituir uma família. O que importa é que, nas mais diversas configurações familiares, possa existir alguém que assegure a existência de um vínculo afetivo que dê conta das necessidades básicas para um desenvolvimento saudável da criança. Na psicologia, chamamos isso de função paterna e função materna, as quais, necessariamente, não precisam ser exercidas por um homem e uma mulher, unidos legalmente pelo matrimônio, como antigamente se acreditava.” Essas declarações fazem parte da entrevista que a psicóloga Cláudia Valle concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agosto de 2007. Sigaran é psicóloga e mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua, além disso, como terapeuta de casal e família e é coordenadora de ensino da Clínica de Psicoterapia Instituto de Mediação (CLIP), em Porto Alegre.*

IHU On-Line – Como o pai tem sido reconstruído pela psicologia no século XXI?

Cláudia Sigaran – Até alguns anos atrás, cerca de sete, oito anos, as pesquisas em psicologia ain-

da priorizavam o estudo e maior conhecimento da influência da função e do papel materno no desenvolvimento da criança. Hoje em dia, a participação paterna na vida afetiva e educacional dos filhos é cada vez maior, fato influenciado pela mudança dos papéis da mulher na sociedade (no trabalho, na família, na política etc.) e pelo advento do divórcio. Ocupando funções que antes eram ditas “masculinas”, a mulher abre espaço para a participação do homem na vida familiar, espaço antes considerado “feminino”. Desta forma, o pai está tendo mais oportunidades para aproximar-se do filho sem o “filtro” feminino e mais espaço para trazer para casa não somente o sustento financeiro, mas também o sustento afetivo e educativo. Cada vez mais, o pai não só auxilia, mas divide as tarefas domésticas e participa do cuidado da prole. Esse crescente envolvimento tem levado o homem a reivindicar uma atuação mais efetiva na vida do filho. Isso mesmo quando os pais deixam de viver sob o mesmo teto. Se observarmos as reuniões de pais nas escolas, veremos um número quase que similar de pais e mães presentes, ambos interessados em participar da vida do filho. Sendo assim, a psicologia passou a ampliar seu olhar sobre a família e sobre o desenvolvimento da criança, trazendo o pai para seu campo de estudo.

IHU On-Line – De que maneira a psicologia tem contribuído para esclarecer as mudanças do conceito de pai no mundo moderno?

Cláudia Sigaran – À medida em que busca compreender as mudanças ocorridas na vida familiar nos últimos tempos, a psicologia tem ilumi-

nado, entre outras coisas, a necessidade da presença parental na vida das crianças, como alguém que deve trazer o limite, representar a norma, que necessita exercer seu dever e seu direito de cuidar e oferecer como modelo para o filho.

Com o surgimento das novas configurações familiares, como as famílias recasadas, monoparentais, famílias com união homoafetivas, famílias com filhos através da inseminação artificial, ou com filhos conseguidos através da adoção, cada vez mais tem estado em pauta a discussão sobre a diferença entre ser o progenitor biológico e ou aquele que exerce a “função parental”.

Diante dessa amplitude de possibilidades, já não é mais possível explicar a figura do pai como sendo aquele que “cedeu o espermatozoide”, ou seja, é importante ir além do campo genético. Uma vez ampliado o foco, percebe-se que é o vínculo afetivo que une, realmente, duas pessoas, que faz alguém sentir-se filho e outro alguém sentir-se pai. O envolvimento emocional é maior do que um envolvimento genético. É o elemento emocional, o sentimento de amor que gera, genuinamente, uma responsabilidade e comprometimento mútuo entre pai e filho. No entanto, apesar de todas estas transformações, muitos homens ainda se comportam como meros “fornecedores de esperma”.

IHU On-Line – Idade, sexo e gênero são algumas variáveis que constroem a “gramática” do parentesco como regra para a inserção na sociedade. A mudança dos termos paternidade ou maternidade para parentalidade demonstra que essas variáveis deixaram de ser o ponto fundamental para a ligação de parentesco?

Cláudia Sigaran – Antes do termo “parentalidade”, utilizava-se o termo “paternidade” para referir-se ao vínculo entre pais/mães e filhos. Era ainda um termo baseado em uma sociedade tradicional e machista. Hoje, o termo parentalidade traz consigo a ideia do vínculo afetivo entre duas pessoas. A mudança nos paradigmas da família reflete-se nos vínculos de parentalidade, levando à crença de que a filiação é identificada pela presença de um vínculo afetivo paterno-filial.

IHU On-Line – A parentalidade não necessariamente exige um vínculo sanguíneo entre as pessoas. Isso quer dizer que a função paterna não precisa, exclusivamente, estar ligada à genitorialidade? Existe a necessidade de alguém desempenhar uma “função paterna”?

Cláudia Sigaran – Sim, a presença de alguém, na vida da criança, que exerça a função paterna, é fundamental para o desenvolvimento do senso de limites e normas na vida da criança. As adequadas frustrações impostas pela função paterna, pela colocação de limites e pelo reconhecimento das limitações e pela aceitação das diferenças promovem a necessária, embora dolorosa, passagem do princípio do “prazer-desprazer” para o da “realidade”. Da mesma forma, as frustrações promovem um estímulo às funções do ego da criança, especialmente a formação da capacidade para pensar. Um dos grandes problemas dos jovens da atualidade é justamente a falta de alguém que exerça essa função parental de forma mais efetiva em suas vidas. Por isso, observamos uma juventude com muita dificuldade de respeitar normas, regras, limites, de postergar seu prazer em detrimento do outro...

IHU On-Line – Com o conceito de parentalidade, ter pai e mãe deixou de ser fundamental para a construção da família moderna?

Cláudia Sigaran – Na família contemporânea, ter pai e mãe não deixou de ser importante. O que mudou é a consciência de que esta não é a única maneira de constituir uma família. O que importa é que, nas mais diversas configurações familiares, possa existir alguém que assegure a existência de um vínculo afetivo que dê conta das necessidades básicas para um desenvolvimento saudável da criança. Na psicologia, chamamos isso de função paterna e materna, funções estas que, necessariamente, não precisam ser exercidas por um homem e uma mulher, unidos legalmente pelo matrimônio, como antigamente se acreditava. É fundamental para o desenvolvimento da criança que ela seja acolhida por pessoas que lhe assegurem proteção, garantam sua sobrevivência, educação, transmitam afeto, que se comprometam com ela.

IHU On-Line – As novas gerações não sentem falta de ter uma identificação biológica? Os indivíduos têm deixado de se definir socialmente em termos de parentesco?

Cláudia Sigaran – A paternidade hoje não é caracterizada pelo simples fator biológico ou por força do judiciário, do legal, mas em decorrência de elementos que somente estão presentes a partir de uma convivência afetiva. Mas isso não quer dizer

que conhecer a herança biológica tenha deixado de ser importante. No entanto, já não é mais vista como o fator prioritário. A identificação do afeto passou a ter maior relevância. Sentir-se capaz de se fazer amar e ser amado através do olhar do cuidador, ser reconhecido por alguém – tudo isso ganhou maior importância. E em todos os âmbitos: familiar, judiciário, social.

Transformações na paternidade: quem é o pai na família do século XXI?

Entrevista com Marilene Marodin e Tânia Vanoni Polanczick

Marilene Marodin é psicóloga, psicoterapeuta de casal e família, mediadora, fundadora e diretora da Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação (CLIP) de Porto Alegre. Também é membro do Conselho Diretor na Diretoria Estadual do Instituto Brasileiro de Direito de Família IBDFAM/RS, presidente do INAMA-RS (Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem) e co-autora, com John Haynes, do livro **Fundamentos da medição familiar** (Porto Alegre: Artes Médicas, 1997).

Por sua vez, Tânia Vanoni Polanczick é psicóloga, terapeuta de casal e família e pós-graduada em serviço social da família. Entre 1974 e 1999, foi orientadora judiciária do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre (RS). Tânia também atuou como co-autora do projeto NAS (Núcleo de Atendimento Familiar Judiciário).

Na cultura ocidental, a função paterna sempre esteve atribuída ao pai. No entanto, Jacques Lacan, em seus estudos, sinaliza que “a figura do pai está desgastada, em declínio”, explicam as psicólogas Marilene Marodin e Tânia Vanoni Polanczick, na entrevista concedida à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agosto de 2007.

Compartilhando das mesmas situações sociais de trabalho, igualdade, direitos e deveres, “pais e mães estão imersos e perdidos no turbilhão do consumo, desorientados com as exigências de igualdade com os filhos, ameaçados de virarem nada, caso sejam rejeitados pelo mercado”, advertem as psicólogas.

IHU On-Line – Quais são as heranças de Freud e Lacan para a construção e conceito de paternidade que se tem hoje?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick

– Freud e Lacan reconhecem o pai como figura que impõe a lei, instaura a ordem e, assim o fazendo, introduz o sujeito em um universo simbólico, fundamental para sua estruturação psíquica.

Lacan estabeleceu a diferença entre o significante pai, sua representação e sua figura física, e destacou a importância da função paterna, que pode ser exercida na ausência da figura, ou seja, a função transcende a imagem. Mesmo apontando a fragilidade da figura paterna – disse que não há pai à altura de sua função e, também, que o maior predicado do pai é a sua falta –, afirmou que a função paterna, primordial, é romper o vínculo narcisista com a mãe. E, deste modo, operar a castração, interditar o sexo, o gozo, ordenando a constituição subjetiva do sujeito.

Freud e Lacan ressaltaram o sentido simbólico da função paterna, que pode ser exercida pelo pai, pela mãe, ou por outra pessoa (ou instituição), sempre sem excessos nem faltas.

Na nossa cultura, sempre coube ao pai, pelo menos formalmente, a função paterna. Mas, adverte Lacan, a figura do pai está desgastada – em declínio, diz ele. Quem, então, é o agente que, na atualidade, sustenta a importantíssima função de castração, já que, sem ela, sem a interdição do gozo absoluto, ficamos diante da ilusão de tudo poder, do narcisismo absoluto, da barbárie?

O social, no declínio da função paterna que vemos hoje, vem suprindo a falta do pai. Os pais, e também as mães estão imersos e perdidos no turbilhão do consumo, desorientados com as exigências de igualdade com os filhos, ameaçados de virarem nada, caso sejam rejeitados pelo merca-

do, com suas subjetividades tomadas pelo temor do fracasso, conformados em evitar o desprazer e obter pequenos momentos de prazer.

Que modelos identificatórios produzem esta realidade? Indivíduos centrados em si mesmos, narcisistas, submetendo-se não aos pais, mas aos amigos e às suas pulsões (instintos).

IHU On-Line – Quais são as rupturas ocorridas na mudança da família tradicional (pai, mãe e filhos) para a família do século XXI, que não exige a presença de pai e mãe?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick

– Partimos do pressuposto de que não existe uma família genérica. A família genérica é uma abstração, passível apenas de descrições. Para a compreensão da família, faz-se necessária uma visão ecossistêmica, que considera fatores como gênero, classe social, geração e multiplicidade étnico-cultural, que constituem a sociedade, especialmente a brasileira. Este pressuposto permite que respeitemos as diferenças que existem nas famílias e que, frente à determinada família, nos questionemos sobre “que família é esta?”; “em que momento do seu ciclo de vida encontra-se ela?”; “que tipo de vínculos une seus membros?”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente que, nas últimas décadas do século XX, a família brasileira apresentou algumas mudanças, entre as quais a queda substancial do seu tamanho, o aumento do número de famílias constituídas de mulheres sem cônjuge e seus filhos, além do aumento do número de famílias, cujas pessoas de referência são mulheres.

Sabemos que as exigências da vida moderna criaram grandes dificuldades para os pais proverem as necessidades materiais da família. A mulher, que antes cuidava da casa e dos filhos, foi obrigada a sair e enfrentar o mercado de trabalho. A substituição do convívio na família extensa pelo convívio na família nuclear, composta de pai, mãe e filhos, aliada às conquistas obtidas pelos movimentos feministas, às transformações socioculturais, à dificuldade em delimitar fronteiras entre o que é público e o que é privado, entre o que é pessoal e o que é familiar, acarretam variados efeitos sobre a família.

Nenhuma destas circunstâncias, porém, levam os filhos a prescindir de seus pais. A presença dos pais, do pai e da mãe, é estruturante do elemento irreduzível, que é transmitido por eles aos filhos: colocar a lei onde há desejo. Isto só é possível quando a mãe nomeia o pai e este se coloca como agente da castração, que é a própria lei.

A família se reorganiza evolutivamente para adaptar-se às mudanças vinculadas a progressos científicos, econômicos, culturais e sociais, numa complexidade que cria novas formas de configurações familiares.

Esta plasticidade, observada nas diferentes estruturas encontradas nos dias de hoje, nos leva a interrogar como: “Que consequências implicam estas novas estruturas familiares para o bem estar dos seus integrantes?”, “Como é sua interação com outros segmentos da sociedade?”, “Como nós, profissionais, podemos entender e trabalhar com estas diversidades e com as variações encontradas no interior das novas famílias?”.

Por variações entende-se as diversas configurações familiares: nuclear, monoparental, extensa, reorganizada ou reconstituída, aglomerada, em comunidade, em abrigagem, poligâmica, homoafetiva.

IHU On-Line – Que fatores contribuíram para que acontecessem mudanças na formação da estrutura familiar?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick

– A vida moderna empurrou mulheres e homens para a mesma luta. As leis deram igualdade de direitos e deveres a mulheres e a homens, diminuiu o poder patriarcal, crescendo o poder da mulher e dos filhos. Assim como as mulheres têm obtido cada vez mais espaços fora da família, em todas as esferas da vida social, os homens têm conquistado mais e legítimos espaços dentro da família e na educação dos filhos. Por outro lado, extinguiu-se o papel da família como unidade econômica de produção; as separações e os divórcios ocasionaram uma diversificação das estruturas familiares, antes basicamente nucleares; a desvinculação sexo-procriação, as relações mais simétricas e equitativas entre o par conjugal, bem como a maior longevidade das pessoas, contribuíram para mu-

danças significativas na formação da estrutura familiar. No Novo Código Civil, a expressão “pátrio poder” foi substituída por “poder familiar”, que pode ser exercido pelo pai ou pela mãe.

Embora existam dificuldades, observa-se em muitos pais uma maior consciência da importância da sua função na formação da personalidade dos filhos, meninos ou meninas. Hoje não se pensa mais, como há alguns anos, que o principal fator constituinte da personalidade do sujeito é sua relação com a mãe e que a função do pai restringe-se a prover e proteger a família. Os profissionais da Psicologia têm produzido estudos cujo resultado, acessível a todas as pessoas e amplamente divulgado, aponta as graves repercussões – limitações no desenvolvimento e, mesmo, patologias – ocasionadas pela ausência do pai e da mãe no cotidiano dos filhos.

IHU On-Line – As mudanças nos padrões de relacionamento entre os indivíduos na relação familiar são reflexos de uma crise da sociedade contemporânea ou uma superação da visão de homem e de mundo tradicionais, já ultrapassados?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick
– Podemos dizer que crise é um período de tensão e conflito que aparece periodicamente na vida de todos os indivíduos e de todos os grupos sociais. Toda crise provoca uma ruptura temporária do equilíbrio do indivíduo ou grupo e a consequente necessidade de reorganização, o que demanda a busca de novas regras de funcionamento.

A crise pode ser bem negativa, patológica até, quando é crônica, quando desorganiza e imobiliza. Porém, a crise é positiva quando provoca reorganização. Neste caso, ela é o oposto do estado patológico (de desorganização), constituindo-se em um tempo especial, de novas definições, de novos planos de vida.

Estamos vivendo o que se tem chamado de pós-modernidade, um período histórico, de reflexão, produto do desencanto das pessoas com a perda dos sonhos e das certezas criados pela modernidade. Estamos refletindo – e esta entrevista é uma reflexão – e nos perguntando qual será o futuro da sociedade e da cultura (cultura aqui enten-

dida como os saberes que, entre outras coisas, tornam o homem capaz de satisfazer suas necessidades e regular suas relações). A pós-modernidade está impondo o culto à imagem, o imediatismo, o individualismo, o consumo, o gozo.

A família pós-moderna, não somente nas classes mais abastadas, tem uma nova lógica, que tende ao individualismo, à fragmentação, à realização pessoal, ao desprendimento dos vínculos estáveis. Isto tudo produz egos inseguros, que leva os indivíduos a estabelecer padrões de relacionamento superficiais, baseados em aparências. No entanto, nossa visão otimista do ser humano e a constatação do seu sofrimento nos fazem acreditar que esta é uma crise que pode ser positiva. O modelo de vida pós-moderno provoca insatisfação, recompensas fugazes, solidão, dores que os indivíduos não podem tolerar indefinidamente.

IHU On-Line – Com a reorganização da família contemporânea, como passa a ser visto e pensado o exercício da função paterna atualmente?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick
– A realidade tem mostrado o crescente número de separações e divórcios. Nos consultórios, identificamos que as visitas quinzenais dos pais separados aos filhos acarretam angústias e sofrimentos para ambos e podem resultar em efeitos devastadores para os filhos. Todos os estudos indicam que a preservação do vínculo pai-filhos possibilita o saudável desenvolvimento das crianças.

Os dados estatísticos têm comprovado que, cada vez mais, os pais assumem papéis que, em outros tempos, eram limitados às mães e estão dando conta de questões complexas, relacionadas ao cuidado dos filhos, para as quais não estavam preparados. Esta mudança tem auxiliado não somente as crianças, mas também as mães, que se liberam para buscar outros objetivos de vida.

Sabe-se, hoje, que a figura do pai é importante também para a inserção social dos filhos. Estudos indicam riscos maiores de uma inserção social não exitosa para os jovens que cresceram sem pai do que para os que usufruíram a convivência paterna.

IHU On-Line – A tendência para os próximos anos é aumentar o número de famílias uniparentais sem pai e chefiadas por mulheres? A presença do pai está deixando de ser essencial? Por quê?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick

– Por famílias uniparentais ou monoparentais, entende-se aquelas onde há um só genitor. Podemos encontrar estas construções chefiadas por mulheres, muitas vezes incluindo avós, mas sem o pai, e chefiadas pelo pai com os filhos, sem a mãe. Tais grupos, em geral, constituem-se após separações/divórcios, morte de um dos cônjuges, gestações do tipo “produção independente”, ou em decorrência de gravidez no período da adolescência.

Nas famílias uniparentais chefiadas por mulheres, observa-se o que chamamos de feminilização da pobreza, decorrente das diferenças encontradas na cultura de acesso ao trabalho qualificado, remuneração e promoção social da mulher. Com mais frequência, são encontradas em populações com maior vulnerabilidade social.

A questão de como esse fenômeno é visto difere entre os autores: alguns o interpretam como fenômeno transitório. Outros, nos quais me incluo, o veem como uma estrutura mais consolidada dentro do processo de mudança da sociedade, isto é, como uma estrutura familiar especial, que necessita ser entendida em suas especificidades.

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou análise dos dados do último censo, confirmando estas mudanças. Entre os dados obtidos, destacamos o de que 47% dos domicílios organizam-se com, no mínimo, um dos pais ausente. Segundo o IBGE, na década de 1990, houve um aumento no número de famílias chefiadas por mulheres, com filhos e sem cônjuge e do número de famílias cujas pessoas de referência são mulheres. Os dados também apontam pessoas morando sozinhas, avós/tios criando netos/sobrinhos, casais sem filhos, mães com suas “produções independentes” e outras configurações familiares. Algumas delas são tipicamente modernas, como as formadas por grupos de amigos que decidem morar juntos para dividir um apartamento.

IHU On-Line – A falta da presença paterna pode ocasionar dificuldades futuras para os filhos?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick

– Na família tradicional, os pais eram reconhecidos por seu prestígio e autoridade. Pertencer à família, no contexto de estruturas estáveis da família tradicional, dava ao sujeito um sentido de segurança, reforçado pela sociedade que valorizava a tradição da família e referendava os encontros familiares com a presença dos idosos, vistos como conselheiros.

Na atualidade, observa-se uma acentuada desvalorização da hierarquia da figura do pai e a tendência a diminuir sempre mais a necessária distância entre as gerações. As famílias contemporâneas são estruturas com extrema mobilidade, com pais sem prestígio e sem autoridade. Os idosos são vistos como sobrecarga. As mudanças constantes e a valorização do novo, aliadas à importância da TV/Computador/Internet como centro da vida, acarretam uma família fragmentada.

Observamos modificações nos papéis e funções dos integrantes da família. Todavia, parecem preservadas na sua importância as funções nucleares materna e paterna. Assim, a falta estrutural da figura paterna pode acarretar nos filhos a perda dos valores e ideais, a valorização das políticas de prazer, a falta de limites, o desafio à lei. Os jovens carecem da ordem pacificadora da lei. A falta de limites causa um severo desequilíbrio instintivo, que pode resultar em condutas transgressoras ou aditivas. E, ainda, a ausência da função paterna provoca nos jovens uma tendência a estabelecer vínculos superficiais, caracterizados por sedução histórica com escasso respeito pelo outro – considerado descartável e usado a serviço de interesses narcisistas.

É possível afirmar que o amor é imprescindível para o desenvolvimento dos filhos, mas não é suficiente em si mesmo. A adequada constituição subjetiva da criança necessita do exercício de ambas as funções parentais – materna e paterna.

IHU On-Line – Como as senhoras têm percebido as mudanças na construção da família?

lia? Os filhos têm reagido de maneira positiva sem a presença de um pai (masculino) na criação? A falta da imagem paterna pode gerar uma crise de identidade e de papéis sociais na família?

Marilene Marodin e Tania Vanoni Polanczick

– Trabalhamos com os membros do núcleo familiar, com o casal conjugal, com os filhos e, ainda, na terapia individual, quando um representante do grupo familiar vem em busca de auxílio. A família está presente em todas essas ocasiões, seja física ou simbolicamente, nas referências aos relacionamentos.

Dentre o que observamos neste trabalho, destacamos a busca mais voltada às questões da individualidade das pessoas, como carreira e aspirações profissionais, decorrendo daí uma maior dificuldade na construção dos espaços relacionais, de trocas, solidariedade, conjugalidade. Principalmente os jovens da nova geração pensam em relações amorosas fugazes, com pouca dura-

bilidade e menor estabilidade, como a cantada nos versos do poeta: “que seja eterno [o amor] enquanto dure”. Os rompimentos são pensados como previstos e é evidente a menor resistência à frustração.

Pensamos que são inúmeras as questões que estão resultando neste modo de pensar, de viver e de construir novas famílias, mas certamente uma delas decorre da ausência do pai. Na medida em que o pai não está presente, fisicamente ou na função, cabe à mãe, que também está preocupada em buscar seu espaço no mercado de trabalho, a incumbência de sustentar a família. É natural que existam inseguranças, incertezas e escassos momentos de convívio familiar, que repercutem negativamente na criação dos filhos e podem desencadear, conforme demonstram estudos bem fundamentados, comportamentos violentos entre os jovens, incapazes de postergar o gozo, carentes da socialização que, espera-se, lhes seja introduzida pela família.

Homoparentalidade: novas concepções de família

Entrevista com Elizabeth Zambrano

*Elizabeth Zambrano é médica graduada, pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), especialista em formação psicanalítica, pela Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), e mestre em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a dissertação **Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo**. É doutoranda em Antropologia Social, pela UFRGS, e estuda o direito à homoparentalidade, projeto de pesquisa que vem desenvolvendo desde 2004.*

*Na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agosto de 2007, a médica Elizabeth Zambrano é enfática ao afirmar que “a família é uma instituição da cultura”. Quando mudam os valores sociais, muda a configuração. Foi o caso das famílias recompostas, e também das famílias homoparentais, explica Elizabeth. A médica esclareceu ainda que o termo homoparentalidade “está ligado ao desejo das pessoas homossexuais de serem reconhecidas como capazes de construir uma família e cuidar de filhos, tanto pela sociedade em geral quanto pelo judiciário”.*

IHU On-Line – Em linhas gerais, como você definiria o conceito de homoparentalidade?

Elizabeth Zambrano – A homoparentalidade é um neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas, em Paris, que fala da situação em que uma pessoa que se reconhece como homossexual cuida de pelo menos uma criança. Faz pouco tempo que começou a ser utilizado no Brasil e tem o mesmo significado que na França.

O termo está ligado ao desejo das pessoas homossexuais de serem reconhecidas como capa-

zes de construir uma família e cuidar de filhos, tanto pela sociedade em geral quanto pelo judiciário.

IHU On-Line – O que a homoparentalidade demonstra a respeito das novas configurações familiares e da nossa sociedade?

Elizabeth Zambrano – Demonstra o que os antropólogos já vêm dizendo há muito tempo: que a família é uma instituição da cultura. Evidentemente, na sua construção colaboram aspectos biológicos, sociais, simbólicos e legais. Porém, quando mudam os valores sociais e os costumes, muda a sua configuração. Foi o caso das famílias recompostas, depois do divórcio, e é o caso, agora, das famílias homoparentais. Nas duas situações, esses tipos de família já existiam de fato, mas não de direito. Atualmente, as lutas pelos direitos dos homossexuais vêm possibilitando uma maior visibilidade das famílias, cujos pais/mães são homossexuais e, conseqüentemente, a busca do seu reconhecimento pela sociedade e pelo judiciário.

IHU On-Line – Em nossa sociedade contemporânea, o que caracteriza e constitui uma família? Ainda é possível se falar em modelos familiares?

Elizabeth Zambrano – A nossa sociedade contemporânea ocidental costuma pensar a família de uma forma “naturalizada”, baseada em um modelo nuclear procriativo. Essa parece ser a família “natural”, composta de pai/mãe/filho, mas é, na verdade, apenas um dos modelos de família existentes. Existem muitos outros tipos de família em outras culturas e, mesmo na nossa sociedade, são comuns outras formas, tais como as famílias recompostas, adotivas, monoparentais. Portanto, existem vários modelos de família e não apenas um.

IHU On-Line – E, quanto aos papéis de pai e mãe, até que ponto eles são relevantes dentro dessa nova estrutura familiar?

Elizabeth Zambrano – Do ponto de vista antropológico, esses papéis não são, necessariamente, exercidos pelos pais biológicos. É comum encontramos povos nos quais a responsabilidade pelas crianças é compartilhada por diferentes pessoas que não pela mãe e pelo pai. Um bom exemplo, para ilustrar esse caso, é uma cultura existente no interior da China, onde não existe o conceito de pai nem de casamento. As crianças são cuidadas pela família da mãe e o pai biológico não tem importância no interior do grupo familiar nem um lugar social especial.

Já do ponto de vista da psicanálise, quando se fala em papéis de pai e de mãe, está-se falando em “funções” psíquicas que, na nossa sociedade, são, em geral, cumpridas pelos homens e mulheres. Entretanto, isso não é obrigatório, pois qualquer pessoa pode cumprir a “função” materna ou paterna, independentemente do seu sexo biológico. Essa é uma função simbólica e não anatômica. Assim, na homoparentalidade, ambas as funções podem ser realizadas por pessoas do mesmo sexo.

IHU On-Line – Em uma família homoparental, existem os papéis de pai e mãe ou esses conceitos não precisam ser, necessariamente, seguidos?

Elizabeth Zambrano – Nas famílias homoparentais, existem dois pais ou duas mães. A ideia de que um deva ser “pai” e outro “mãe” está ligada a uma ideia de família heterossexual. Um homem não se transforma em mulher nem uma mulher em homem por serem homossexuais. Isso tem a ver com o desejo sexual e não com a anatomia. Em relação aos filhos é a mesma coisa. Eles terão dois pais ou duas mães que exercerão as funções maternas e paternas independentemente do sexo ao qual pertencem. O importante é que essas pessoas sejam capazes de cuidar dos filhos e transmitir os valores culturais do grupo ao qual pertencem, possibilitando à criança o ingresso ao mundo social.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios e obstáculos da homoparentalidade? Como fica a questão do preconceito?

Elizabeth Zambrano – Os desafios e obstáculos me parecem ser, principalmente, legais. O não reconhecimento dessas famílias pelo judiciário permite que os vínculos entre pais/mães e filhos fiquem desprotegidos pelo Estado, nos casos de adoção por apenas um/a dos/as parceiros/as. Nos casos de separação ou morte do pai/mãe legal, a criança corre o risco de se ver afastada do seu outro pai/mãe (como pode acontecer também com casais heterossexuais), bem como o/a parceiro/a se ver sem os direitos e deveres relativos ao filho. Atualmente, já têm ocorrido adoções pelos dois parceiros/as, o que soluciona o problema. Quanto ao preconceito, essas crianças, provavelmente, terão de enfrentá-los. Mas acho que a tendência é do preconceito diminuir com o correr do tempo, como aconteceu com filhos de pais separados.

IHU On-Line – O pai é desnecessário na sociedade atual? Por quê?

Elizabeth Zambrano – Eu não diria que o pai é desnecessário. Em uma família heteroparental ele é tão necessário quanto a mãe, da mesma forma que em uma família homoparental as duas pessoas são necessárias. Não é uma questão de sexo, é de cuidado, e duas pessoas têm mais possibilidade de cuidar melhor de uma criança do que apenas uma.

IHU On-Line – Quais são as principais mudanças antropológicas que o conceito de paternidade passou?

Elizabeth Zambrano – Acho que a principal mudança foi a percepção, pela nossa sociedade, de que paternidade (e maternidade, também) é um vínculo muito mais social do que biológico. Atualmente, até o Direito já reconhece que “pai é quem cria”. Não basta fecundar e conceber uma criança, é preciso cuidá-la e amá-la para ser considerado pai/mãe.

Deus é pai ou mãe? Uma reflexão

Entrevista com André Musskopf

André Musskopf é pesquisador na área de Teologias GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), Teoria Queer e Estudos de Gênero e Masculinidade. Graduado em Teologia, pela EST, é mestre em Teologia, também pela EST, com dissertação intitulada *Ministérios Ordenados e Teologia Gay – Retrospectiva e Prospectiva, sobre a ordenação de pessoas homossexuais, e doutor em Teologia, pela EST. É autor de **Uma brecha no armário – propostas para uma teologia gay** (São Leopoldo: Sinodal, 2002) e organizador, juntamente com Marga J. Ströher e Wanda Deifelt, do livro **A flor da pele – Ensaio sobre gênero e corporeidade** (São Leopoldo: Sinodal, EST, CEBI, 2004). A **IHU On-Line** realizou uma entrevista com Musskopf sob o título “Identidade masculina e corporeidade”, publicada na edição 114, de 6 de setembro 2004, e outra entrevista publicada na edição 121, de 1º de novembro de 2004, sobre o tema **À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – seus dilemas e possibilidades**, apresentado por Musskopf no **IHU Ideias** de 4 de novembro de 2004. O texto está publicado nos **Cadernos IHU Ideias** número 32, disponível para download no site do IHU (www.unisinos.br/ihu). Suas contribuições mais recentes para a **IHU On-Line** foram na edição 210, de 05 de março 2007, com o artigo “Crises nas relações de gênero: a busca por uma outra sociedade”, e na edição 227, de 9 de julho de 2007, intitulado **Frida Kahlo – 1907. Um olhar de teólogas e teólogos**. A entrevista com Musskopf, intitulada “Transgressão, implosão, mistura, desconstrução e reconstrução”, pode ser conferida no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).*

O uso da metáfora “pai” foi assumido pela Igreja e pela teologia como uma “centralidade dogmática e litúrgica, com a qual pessoas cristãs se identificavam”, afirma o teólogo André Musskopf, em entrevista concedida à **IHU On-Line**, publicada na edição 230, de 6 de agosto de 2007. Ele destaca que os conceitos de pai e mãe assumem características particulares, dependendo de como ambos são construídos histórica, social e culturalmente. E acentua que seria muito mais prudente “a possibilidade de evocar as diversas formas em que Deus se revela na vida das pessoas, valorizando como elas apreendem esta revelação e fazem sentido dela na linguagem”.

IHU On-Line – Por que Deus é Pai e não Mãe?

André Musskopf – Em princípio, Deus é Pai e é Mãe, é uma rocha, um vento, uma montanha, uma galinha, uma mulher em dores de parto – todas imagens bíblicas – ou nenhuma dessas coisas. O falar de Deus é sempre um falar por metáforas, por imagens, tanto que o termo hebraico para Deus (YHWEH) é impronunciável. Falar sobre estas metáforas, sobre estas imagens, do ponto de vista da Teologia, significa falar não apenas de projeções humanas acerca da realidade divina, mas também sobre a forma como Deus se revela aos seres humanos e como estes, em sua fé, apreendem e dão testemunho desta revelação.

Especificamente na tradição cristã, a metáfora “pai” assumiu um significado preponderante sobre todas as outras estando fortemente ligado com o fato de Jesus se referir a Deus como “Pai”. É a este pai que Jesus ora em seu desespero no

Getsêmani, antes de ser preso, torturado e assassinado: “Aba, Pai, tudo te é possível; passa de mim este cálice” (Marcos 14.36). É assim que também se constituirá em parte imprescindível do dogma trinitário: Pai, Filho e Espírito Santo. Ou seja, o uso desta imagem foi assumindo, ao longo da história da Igreja e da teologia, uma centralidade dogmática e litúrgica com a qual pessoas cristãs se identificam, e para além da qual muitas não conseguem imaginar ou falar sobre/com Deus.

A Teologia Feminista, desde seus inícios, questionou a unilateralidade e exclusividade desta metáfora (veja-se um dos primeiros livros de Mary Daly, *Beyond God the Father*). A crítica está justamente na masculinidade desta metáfora e sua relação com a condição da mulher na Igreja e na sociedade. Assim, uma das reivindicações do movimento feminista na Teologia e na Igreja foi a possibilidade de falar sobre Deus como “mãe”, sendo esta metáfora incluída em muitas formas litúrgicas já bastante comuns em muitas igrejas e comunidades que invocam, em orações, em confissões, a “Deus que é Pai e Mãe”, apesar da resistência de muitos teólogos e pessoas leigas em geral.

IHU On-Line – Quais são as implicações teológicas, culturais e sociais de um Deus Pai, de uma teologia patriarcal?

André Musskopf – Muitos/as teólogos/as e teóricos/as têm se ocupado com a origem, o desenvolvimento e o papel da metáfora “pai” na teologia e na vida da igreja cristã ao longo dos séculos. Por isso, pensar nas suas implicações sempre depende da abordagem que se utiliza. No campo da psicanálise, por exemplo, Freud se ocupou longamente com o papel do Pai na constituição das subjetividades, e Jung³¹ inclusive discutiu de que forma Maria, possivelmente um “quarto elemento” da Trindade, foi expulsa, expulsando-se assim o prin-

cípio feminino (teólogas feministas têm resgatado o Espírito – *ruah*, como a Sabedoria/Sofia feminina na economia trinitária).

Do ponto de vista da Teologia, e mais especificamente da Teologia Feminista e das Teorias de Gênero aplicadas à Teologia, inúmeras teólogas mostraram de que forma a centralidade desta metáfora está intimamente ligada com o desenvolvimento de uma estrutura eclesial centrada no homem, neste caso no *pater familias*, seguindo, desta forma, a estrutura social, política e econômica do *oikos* (casa) greco-romano dos primeiros séculos da Era Cristã. Elizabeth Schüssler Fiorenza (*As origens cristãs a partir da mulher*) e Marga Ströher (*A igreja na casa dela*) mostram de que forma o movimento cristão nos primeiros séculos foi, gradualmente, se adequando ao modelo patriarcal como uma estratégia de sobrevivência, transformando a Igreja na “casa patriarcal de Deus”, o que também significou o papel preponderante do homem na direção da igreja e a instituição dos ministérios sacerdotais masculinos (trabalhei este tema em *Talar Rosa – Homossexuais e o ministério na Igreja*).

As consequências deste processo são evidentes: diante de uma estrutura social e eclesial dominada por homens e sancionada por uma divindade masculina que assume a feição de um *pater familias*, as mulheres estão excluídas de qualquer instância de poder e decisão, relegadas ao mundo privado, à dependência e submissão ao homem. Também em termos ecológicos, isto representou uma relação com o mundo natural que levou à degradação do meio ambiente, uma vez que a natureza, associada à mulher e considerada como elemento passivo a ser dominado, foi sistematicamente abusado ao longo da história gerando a crise ecológica que agora vivemos (tema central do Ecofeminismo de Ivone Gebara³² e outras,

³¹ Jung Mo Sung: professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC-SP e da UMEP. É também pesquisador do IFAN-USF. Autor de diversos livros, entre eles, *Competência e sensibilidade solidária: educar para esperança* (2. ed., Petrópolis: Vozes, 2001, em co-autoria com Hugo Assmann), *Desejo, mercado e religião* (3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998) e *Teologia e Economia* (2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995) (Nota da **IHU On-Line**)

³² Ivone Gebara (1944): doutora em filosofia com uma tese sobre Paul Ricœur. Ingressou na Congregação das Irmãs de Nossa Senhora, em 1967. Estudou teologia. Em 1973 se transfere para Recife. Durante 17 anos, foi professora de Teologia e filosofia no Instituto Teológico de Recife, fechado em 1989 pelo Vaticano. Assessora de grupos populares, especialmente de mulheres.

e também de Leonardo Boff³³ na atualidade – em *A voz do arco-íris* e outras obras). Os estudos sobre masculinidade também têm mostrado de que forma este sistema desumaniza os homens, em termos sociais, culturais, econômicos e políticos, mas também em sua espiritualidade e na sua relação com a divindade. Howard Eilberg-Schwartz (*O falo de Deus*), por exemplo, discute, no âmbito do judaísmo, quais as implicações para os homens de lidarem com uma divindade masculina que os “emascula”, e James Nelson (*The intimate connection – Male sexuality, masculine spirituality*) mostra de que forma a espiritualidade masculina é afetada pela forma como se constrói a identidade dos homens na relação com um Deus masculino (e Pai).

IHU On-Line – Na atualidade, considerando a estrutura das famílias atuais, a imagem de Deus ainda pode ser definida como a imagem de um pai? O pai ainda tem importância, tem papel fundamental?

André Musskopf – A problemática em torno da imagem de “Deus Pai” está justamente na forma (e na suposta exclusividade) pela qual se compreende esta categoria. “Pai”, assim como “mãe”, não são conceitos trans-históricos fixos e experimentados por todas as pessoas da mesma forma – embora os louvores a uma determinada imagem essencializada de maternidade e paternidade a que se faz referência no dia das mães e dos pais nos queiram fazer crer o contrário. Estes termos, ou conceitos, assumem características particulares, dependendo de como as experiências a que se referem são construídas histórica, social e culturalmente. Desta forma, a crítica feita à tradicional

metáfora do “Deus Pai” está em como se compreende a imagem do pai e qual seu significado para a espiritualidade das pessoas e sua relação umas com as outras.

Teólogas como Elizabeth Schüssler Fiorenza têm procurado mostrar como Jesus Cristo e o movimento cristão primitivo romperam com a estrutura familiar patriarcal em que o *pater familias* tem poder absoluto sobre as outras pessoas da família. É neste sentido que se vê em Jesus a ausência da figura paterna ao referir-se à sua família: “correndo o olhar pelos que estavam assentados ao redor, disse: Eis minha mãe e meus irmãos. Portanto, qualquer que fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe” (Marcos 3.34-35). O “Pai” não está presente nesta rede de relações que constitui a nova comunidade. Argumenta-se, então, que para Jesus há um único Pai, aquele que está nos céus, e que a metáfora e a estrutura ficam mantidas. No entanto, se no nível das relações cristãs abole-se o “pai terrestre”, abole-se também a estrutura que a eles relega um determinado papel – neste caso o do *pater familias*.

Assim, falar de Deus como Pai não é necessário nem imprescindível, embora possível. As perguntas que se colocam são: para quem esta metáfora funciona? Para que serve social e politicamente? Quem decide, escolhe e sanciona as formas “ortodoxas” de falar de Deus? Sem dúvida, as estruturas familiares se modificaram ao longo da história e, quiçá, desde o último século de maneira mais drástica do que em qualquer outro período histórico (e as causas são múltiplas e interconexas – o papel dos movimentos identitários feminista, gay, negro; as mudanças no sistema de produção e consumo, na estruturação política das

Professora visitante em diferentes universidades e centros de aprendizado no Brasil e no exterior. Escritora de livros e artigos de filosofia e teologia na perspectiva feminista da liberação, dentro os quais destacamos: *Teologia ecofeminista* (São Paulo:Ed. Olho d'Água, 1988) e *Longing for Running Waters* (Minneapolis: Fortress Press,1999). (Nota da **IHU On-Line**)

³³ Leonardo Boff (1938): teólogo brasileiro, da ordem dos franciscanos. Foi um dos criadores da Teologia da Libertação e, em 1984, em razão de suas teses a ela ligadas e apresentadas no livro *Igreja: carisma e poder – Ensaio de eclesiologia militante* (3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982), foi submetido a um processo pela ex-Inquisição em Roma, na pessoa do cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI. Em 1985, foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso” e deposto de todas as suas funções. Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, retornou a elas em 1986. Em 1992, sendo outra vez pressionado com novo “silêncio obsequioso” pelas autoridades de Roma, renunciou às suas atividades de padre. Continuou como teólogo da liberação, escritor e assessor das comunidades eclesiais de base e de movimentos sociais. Desde 1993, é professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor de mais de 60 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. Na edição 214, de 02-04-2007, Boff colaborou com a **IHU On-Line**, através da entrevista “Roma está perdendo a batalha contra a Teologia da Libertação”. (Nota da **IHU On-Line**)

sociedades etc.). Isto implica reavaliar as relações, bem como as metáforas usadas, para falar da divindade fundamentadas nestas relações. Exercício que vem sendo realizado por muitas teólogas e teólogos.

IHU On-Line – O pai ainda passa a imagem de forte, de protetor, ou isso é ultrapassado? Em que a Teologia ajuda a compreender este fenômeno?

André Musskopf – As características comumente associadas à figura do pai e imputadas correlativamente a Deus (como forte, protetor, provedor, impassível, juiz etc.) nunca definiram a experiência real e concreta da maioria deles. Elas foram construídas como um ideal a ser atingido e perseguido insistentemente por toda a vida. Não atingi-las era e, em grande parte, ainda é sinônimo de fracasso e origem de tensão e estresse para muitos homens. Com o desenvolvimento de novas propostas e concepções de masculinidade, também este ideal passa a ser questionado e colocado no contexto da vida material dos homens. Um “deus” que tudo sabe, tudo pode e que está em todo o lugar deixa de ser o ideal masculino e reclama uma teologia que também entenda “Deus” de outra maneira, ou alargue a sua compreensão para incluir outras características – como proximidade, solidariedade, intimidade, relacionalidade. Esta mudança não ocorre de maneira simétrica, linear e constante, ou sem resistências, mas no movimento da vida que reclama outras formas de relacionamento. Assim, diferentes compreensões e experiências concretas de “pais” coexistem e precisam sempre ser analisadas, compreendidas e avaliadas em seu contexto.

O fato é que os dois movimentos estão intimamente ligados: não se trata de reconceitualizar Deus (ou de expandir o universo conceitual sobre a divindade) ou reconceitualizar a experiência masculina da paternidade isoladamente e no vácuo. As metáforas e as experiências são construídas, vividas e passam a fazer sentido na medida

em que se relacionam e retroalimentam. Só posso falar num “novo Deus Pai” se conheço “novos pais” – novos modelos de paternidade – que rompam com o conceito patriarcal do *pater famílias*. Neste sentido, a imagem de Deus Pai, na sua relação com a paternidade humana, tem o poder de construir, promover e sancionar formas de paternidade humanizantes, na medida em que se relacionem com experiências concretas deste tipo – e vice-versa. É desta forma que a teologia pode participar de um movimento por novas relações, entre pais e mães, pais e filhos e filhas, e pais e pais dentro deste contexto, sem necessariamente negar formas históricas de se referir e relacionar com a divindade.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário?

André Musskopf – Eu posso entender a dificuldade e o dano provocado a uma mulher como a experiência de semanalmente ser exposta a uma linguagem litúrgica que presentifica e sacraliza a imagem do “pai” quando esta mesma mulher foi exposta à violência doméstica pelo seu pai ou pelo pai de seus filhos, seu marido. Uma teologia patriarcal tem negado a experiência concreta desta mulher – e de muitas outras, e também de homens que sofrem violência doméstica – ao exigirem a exclusividade de um metáfora, não sem um apelo masoquista para que a mulher (acompanhada pelos homens) projete neste “deus pai” um “pai” que ela não conheceu, definindo, desse modo, Deus por uma via negativa. Muito mais saudável e produtora seria a possibilidade de evocar as diversas formas em que Deus se revela na vida das pessoas, valorizando como elas apreendem esta revelação e fazem sentido dela na linguagem. A riqueza da experiência teológica e espiritual está em perceber a ação de Deus no movimento da vida e colocá-la em diálogo com outras formas de expressar esta experiência. E aí as possibilidades são infinitas – inclusive de falar num Deus que é Pai.

Há uma produção em série de pais imaginários

Entrevista com Charles Elias Lang

Charles Elias Lang tem duas graduações: Teologia, pela Faculdade de Teologia do Seminário Concórdia, e Psicologia, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É especialista em Filosofia da Linguagem e Teoria do Conhecimento, pela Unisinos, mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Psicologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a tese Um pai que não é lembrança: ensaios sobre a questão do pai em Freud.

*Para o professor Charles Lang, do ponto de vista psicanalítico, “nada impede que dois homens se casem, adotem filhos e os criem melhor, igual ou mesmo pior do que um casal formado por um homem e uma mulher genitais”. Assim, acredita ele, a função paterna não precisa, exclusivamente, estar ligada à genitalidade. Para ele, isso representa uma grande metamorfose. “Há uma inflação do pai real, e uma produção em série de pais imaginários. E tudo às custas do pai simbólico, que parece sempre valer menos”, afirma Charles na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 150, de 15 de agosto de 2005.*

IHU On-Line – Qual o foco de sua tese de doutorado, tendo em vista que, na teoria de Freud, o pai sempre está presente?

Charles Lang – Comecei a me deter sistematicamente na questão da paternidade a partir de

1996, quando concluí meu mestrado em Filosofia Contemporânea. Procurava entender as características que definiam a nossa época e a diferenciavam do passado. Na psicanálise, desde Freud, havia uma fina percepção do ser e, com Lacan, comecei a pensar a nossa época e suas mazelas pelas lentes do declínio do pai, da lei e do nome na contemporaneidade. Ao me preparar para o doutorado, mantive contatos com um possível orientador no Rio de Janeiro, mas acabei optando por um doutorado na PUC em São Paulo, com o Dr. Luís Cláudio Figueiredo, um psicanalista que tem buscado compreender as novas formas do adoecimento psíquico. O que me seduziu foi a perspectiva de trabalhar, prioritariamente, com textos psicanalíticos. Minha formação psicanalítica iniciou-se nos anos 1980 e foi marcada pelo ensino de Freud e de Lacan. Figueiredo, que trabalha no viés da escola inglesa, mostrou-se bastante aberto ao meu projeto inicial – compreender o sofrimento psíquico contemporâneo à luz dos lugares que têm sido designados ao pai no cotidiano. No decorrer do doutorado, construí uma história da paternidade e tomei contato com os textos do filósofo francês Jacques Derrida,³⁴ pelos quais acabei desenvolvendo uma paixão recalcitrante. Passei um tempo na Espanha, onde entrei em contato com uma das mais importantes tradutoras de Derrida,³⁵ e tive acesso a um grande acervo de textos. Na volta, trouxe uma bi-

³⁴ Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *L'Ethique du don* (1992), *Demeure, Maurice Blanchot* (1998), *Voiles avec Hélène Cixous* (1998) e *Donner la mort* (1999). Dedicamos a Derrida a editoria Memória do **IHU On-Line** edição 119, de 18 de outubro de 2004 (Nota da **IHU On-Line**).

³⁵ Aqui, o entrevistado se refere à Cristina de Peretti, doutora em Filosofia, professora titular da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), de Madri, e autora de vários livros sobre Derrida, entre os quais citamos *Jacques Derrida: texto y deconstrucción* (Barcelona: Anthropos, 1989). (Nota da **IHU On-Line**)

biblioteca derridiana e participei de um *workshop* com o próprio Derrida no Rio de Janeiro (2001). Nessa via, lecionando no curso de Psicologia e clinicando, pensando a época em que meus alunos e meus pacientes vivem, fiz uma leitura de Freud francamente inspirada pelo espírito desconstrutor. O resultado é uma tese de doutorado dividida em sete ensaios nos quais preservo a ambigüidade da palavra ensaio: uma forma de apresentar um texto e a tentativa de algo. Assim os “ensaaios sobre a questão do pai” referem-se tanto ao que Freud fez – uma tentativa, um ensaio em teorizar a questão da paternidade e seu lugar na estruturação do psíquico e do social – quanto ao que eu estava apresentando como uma tese: um conjunto de ensaios, de tentativas de explicitar o que Freud ensaiou fazer. *Um pai que não é lembrança* é inspirado em Freud, que afirmava que aquilo que não é lembrado, acaba sendo repetido em ato. Penso que isso é uma das grandes descobertas de Freud, a repetição que cada homem e mulher acaba por realizar, sem lembrar e sem mesmo dar-se conta: o ato que não chega à representação, à consciência. Ora, o ato para a psicanálise, por excelência, é o ato falho. Nesse sentido, podemos pensar que há uma dimensão do pai que não chega à consciência e nem pode ser ensinada, mas que diz respeito, fundamentalmente, ao ato enquanto falha. Falha no duplo sentido: no sentido moral – aquilo de que o pai pode ser culpado – e no sentido de fracasso, de insuficiência. Nesse sentido, o pai sempre falta. Ele produz efeitos quando erra ou quando está ausente. O pai de que Freud fala é, positivamente, um pai sempre ensaiando ser pai, um pai insuficiente, ambigüamente faltoso.

IHU On-Line – Como o encontro da Filosofia, da Teologia e da Psicologia pode ajudar a compreender a função paterna?

Charles Lang – Ora, tanto a Teologia como a Filosofia, até Descartes pelo menos, pensam a dimensão de um pai suficiente, de um pai que não falta, não erra. Acredito, porém, que Teologia, Filosofia e Psicanálise possuem domínios e fronteiras que devem ser respeitadas. Em minha dissertação de mestrado, trabalhei numa dessas zonas “cinzentas”, nesse espaço entre a Psicanálise e a

Filosofia, o que me deixou fascinado e precavido com a questão das invasões indevidas ou inadvertidas. Por outro lado, não podemos nunca nos esquecer que, durante séculos, houve um trabalho no sentido de estabelecer os limites precisos entre o que era do campo da Teologia e o que era do campo da Filosofia, sem que a Filosofia continuasse a ser uma serva da Teologia. No entanto, também acredito que a função paterna, a paternidade ou a questão do pai, de um modo geral, é algo que tem comparecido e sido trabalhado de forma consequente nesses três domínios e produziu o suficiente para que um diálogo sério e consequente possa se estabelecer. Diria, inclusive, que o pai é uma espécie de coringa nos debates teológicos, filosóficos e psicanalíticos, e acho difícil negar o fato de que, em muitos aspectos, nós, psicanalistas, pretendemos um trabalho que continue a Teologia e a Filosofia. Se por um lado, a Psicanálise partiu de uma reflexão em que a condição humana é examinada, colocando em xeque as bases de uma filosofia consciencialista, por outro ela radicalizou a reflexão sobre a linguagem, propondo que dar palavra à palavra, à palavra mais louca, inclusive, pode ter efeitos libertadores. A Psicanálise põe a linguagem em ato. Assim, o inconsciente não é um conceito diletante, ele é uma realidade posta em ato, a trabalhar na transferência. E a linguagem e o inconsciente evocam questões fundamentais, como a da autoria, da originalidade e a da causalidade primeira. Alguns textos psicanalíticos, extremamente sofisticados, assemelham-se a refinadas discussões teológicas. A questão paterna é uma das formas de a Psicanálise dar conta de nosso desamparo, da necessidade do Outro, da mediação e de algo que nos transcende. De que o fundamento de nossa subjetividade está, por assim dizer, “fora de nós”, de que dependemos, fundamentalmente, de algo que existe para além de nós e independe de nossa vontade. Não seria leviano dizer que a Psicanálise resgata e redimensiona, na modernidade, determinadas questões que, em outras épocas, foram trabalhadas pela linguagem teológica e filosófica. Se tomarmos a questão da fala e da linguagem, não podemos desconsiderar que, desde o Gênesis bíblico, já se sabia do poder criador da palavra e, quando o evangelista

João fala do princípio, lá ele coloca o Verbo. Ora, o que é a Psicanálise – pelo menos a freudiana e a lacaniana – se não uma experiência radical com a linguagem e seus limites?

IHU On-Line – Qual a relação que existe entre o pai em Freud e o surgimento das psicopatologias contemporâneas?

Charles Lang – A psicanálise freudiana principia com a experiência histórica e com o modo como o pai ali comparece. Este pai é um pai que já não encontra mais eco à sua palavra; é um pai desvalido, desautorizado. Um pai em franco declínio e que, para afirmar-se, vale-se de figuras que a histeria denuncia: um pai paradoxalmente sedutor, violador e impotente. Um pai fraco encoberto por um pai extremamente autoritário. É isso que a histeria denuncia e, graças a ela, desenvolveram-se formas sociais consequentes no plano político, tal como o movimento das mulheres do século XX. Creio que não é por acaso que uma das mais conhecidas pacientes históricas de Freud se tornou uma importante líder feminista. No entanto, a histeria denunciava o que, de alguma forma, ela tentava preservar. Ela precisa sustentar alguém que, ao mesmo tempo, a impeça e a proteja de seu desejo. É a miséria neurótica, em que a melhor forma de lidar com a angústia do desejo é acusando alguém por estar impedindo sua realização. Alguém sempre é culpado por ele não aceder ao que deseja. E, se não há nada que o impeça, ele tem que inventar algo ou alguém para suportar a angústia. Daí é que surge a ideia da repressão, e o pai como o agente repressor. Hoje, em contrapartida, parece que não precisamos mais lidar tão diretamente com a repressão e nem podemos mais acusar Deus ou o pai por não podermos fazer o que quisermos, ou seja, não dá mais para pôr a culpa no outro. A modernidade, pelo menos em tese, nos diz que todos somos livres e que podemos ser e fazer o que quisermos. Entretanto, aí surge o contra-senso. Isso pode tornar-se uma ordem: você tem que ser, você é obrigado a ser livre. E, se você não consegue, em quem irá pôr a culpa? Aí já temos uma bela pista para começarmos a pensar as novas patologias. Vivemos em uma época em que tentamos nos bastar, produzindo

formas de dar conta do excesso que nos é ofertado. E não há nem tempo, nem corpo, nem dinheiro, nem disposição para tudo. Há sempre o limite. E temos que viver como se não houvesse. Também não se pode desconsiderar que hoje há uma grande confusão em definir-se o que é masculino e o que é feminino, o que é materno e o que é paterno. Vivemos reivindicando o respeito à singularidade e à diferença, o que parece ser justamente uma denegação dessas categorias. De um modo geral, aquilo que se aponta em nossa época como um “bom pai” cumpre os requisitos de uma boa mãe.

IHU On-Line – Como o pai tem sido destruído e reconstruído pela Psicologia?

Charles Lang – Freud e Lacan foram os psicanalistas que sustentaram e aprofundaram a questão do pai. Lacan, com um arsenal conceitual sofisticadíssimo, resgatou a questão do pai de sua dimensão concreta e familiarista para situá-la num outro plano, lógico. Nas psicanálises pós-freudianas, com raríssimas e honrosas exceções, abandonou-se a questão do pai e centrou-se, principalmente, na díade mãe-bebê. E, quando nelas se retorna à questão do pai, isso se faz no mesmo nível em que a relação mãe-bebê é tomada: o nível concreto. Daí todos os equívocos e a insuficiência conceitual dessas psicanálises para darem conta das transformações que se processaram no século XX, tais como, por exemplo, os lugares da adolescência e da mulher.

IHU On-Line – Como definiria a questão da autoridade paterna em função das modificações do núcleo familiar moderno?

Charles Lang – Derrida é um dos filósofos que mais conheço no trato de um equívoco que surge, quando essa questão aparece nos debates. Derrida aponta para o “falo-logo-centrismo” de nossa tradição, a tradição ocidental, na qual o *logos* e o lógico são proferidos pelo homem. A palavra do homem é o lugar da verdade. Daí parece decorrer que a mulher e a criança seriam secundárias e existem em função da palavra do pai. Quando falamos em pai, na Psicanálise, não estamos isentos do risco de repetirmos o equívoco e confundirmos

o elemento de uma determinada lógica com um elemento num determinado ambiente; e com o risco de confundirmos a paternidade com a masculinidade. A função paterna não é, necessariamente, aquilo que é exercido pelo homem e pelo pai na família. Isso é fundamental compreender. Tomemos o caso em que o pai é desconhecido, ou morreu, ou abandonou a mãe da criança: esta não teria pai? O pai, a função paterna, é algo que opera na e pela palavra, e nada impede que, mesmo não havendo um pai no ambiente, uma criança tenha um pai. O pai é a palavra da mãe. Ele é mais de ordem jurídica da ordem do que se entende comumente como concretude. Por outro lado, no caso de uma união homossexual, há sempre dois, mas não se pode falar em concretude. É preciso falar em lugares, e aí já não há mais *homo*. Se há dois lugares, há sempre alteridade, é *hetero*. Não podemos confundir genitalidade e sexualidade. Sexualidade tem mais a ver com posição do que com órgão genital. Teremos, ainda, que continuar a discussão do assunto, pois ele ainda é bastante novo para as nossas cabeças, mas a princípio, e do ponto de vista psicanalítico, nada impede que dois homens (do ponto de vista genital) casem-se e adotem filhos e os criem melhor, igual ou, mesmo, pior do que um casal formado por um homem e uma mulher genitais. A função paterna não depende, exclusivamente, de genitalidade.

IHU On-Line – Em que medida a Psicanálise pode auxiliar no entendimento da metamorfose pela qual passa o conceito de pai no mundo?

Charles Lang – De algum modo, creio que, na pergunta anterior, já avancei no sentido de indicar algumas respostas para essa questão. Uma outra perspectiva que pode nos abrir um outro leque de respostas é a experiência psicanalítica em si, em que o paciente é convidado a dar voz àquilo que o habita, a reconstruir, assim, a sua história, a historicizar-se. Nisso, cada um como analisante, redescobre o que é ter tido um pai, o que significou ter tido, ou não, um pai. A relação com o pai é a primeira relação que cada um estabelece com a alteridade, com o estranhamento, com aquilo que transcende a matéria, o materno. Vale repetir, o

pai com que a psicanálise trabalha não é, necessariamente, o marido da mãe. Lacan jogava com a palavra *dit-mansions* (mansões, moradas do dito) falar em dimensões do pai, em termos de pai simbólico (aquele que a mãe apresenta com sua palavra), pai imaginário (esse pai maravilhoso que todo criança acaba construindo e do qual lamenta o desaparecimento) e pai real (o modo pelo qual alguém ocupa esse lugar designado pela palavra materna). As metamorfoses que a paternidade tem sofrido tem a ver, em primeiro lugar, com a historicidade da paternidade. Historicidade coletiva, mas também historicidade que é percebida, ou não, por cada um. E metamorfose, que também tem a ver com o modo ou com as dimensões em que a paternidade é apreendida. Por exemplo, hoje parece valer muito mais o resultado de um teste de DNA do que aquilo que se pode dizer ou construir acerca de um pai. Essa é uma grande metamorfose. Há uma inflação do pai real, e uma produção em série de pais imaginários. E tudo às custas do pai simbólico, que parece sempre valer menos.

IHU On-Line – No capítulo do livro pelo senhor publicado *A potência materna e o declínio do pai*, como interagem as duas figuras, do feminino e do masculino? Há uma hegemonia de uma sobre a outra?

Charles Lang – No texto citado, me detive na ideia de que as sociedades tradicionais buscavam trabalhar um equilíbrio entre a vida privada, de todo modo entregue à mãe e ao feminino; e a vida pública, pela qual os pais e os homens respondiam, a qualquer preço. Sabemos que as experiências que vivemos nos primeiros anos de nossas vidas, são definitivas, tanto no sentido de que são as mais marcantes quanto de que desenham uma espécie de destino a ser cumprido pela vida adulta. Tenho a impressão de que, na Antiguidade, havia uma intuição acerca disso, e a quase onipresença das mães e das mulheres nos primeiros anos da vida da criança era contrabalçada com uma imagem forte e positiva do pai e do masculino, na esfera pública. Hoje, quando as imagens do pai e do masculino declinam socialmente, estaríamos diante da necessidade de refazer esse equilíbrio

perdido? Em caso positivo, como? Não jogamos pela janela determinadas coisas que continuam sendo importantes e que valeria a pena resgatar?

IHU On-Line – De que modo podemos identificar a figura do pai na cultura política e social brasileira?

Charles Lang – Uma bela resposta a essa pergunta exigiria o prazer de um imenso livro sobre as figuras políticas e sociais do pai em nosso país. Desde o modo como o Brasil foi descoberto e nomeado, e passou a relacionar-se com a paternidade portuguesa, até o modo como foi proclamada a nossa Independência e o ingresso nessa espécie de adolescência que foi o Império brasileiro e a demora em chegar-se à Proclamação da República. Toda a história de nossa dívida, seja ela interna, seja externa, é um capítulo que não poderia ser deixado à parte. De algum modo, sempre nos colocamos como devendo ou dependendo. E a relação do Brasil com seus vizinhos latinos, ou a relação do Brasil com países desvalidos, como o Haiti ou o Timor vai nos mostrando outras faces. Temos desde figuras arcaicas da paternidade,

como aquelas presentes em currais eleitorais brasileiros, até figuras perversas como a de determinados políticos ou de determinados profissionais que buscam aceder a posições em que possam valer-se das leis, sem a elas se submeterem. É claro que, em nosso país, conhecemos pais autoritários e tirânicos, que dominaram a nação sob o pretexto de protegê-la. Um modelo do qual muitos sentem saudades, assim como a plebe, sentimos saudades ou admiramos o poder e a majestade dos grandes reis. Freud nos mostrou o quanto o masoquismo faz parte de nossa relação com o pai: nós suportamos o seu poder, a sua autoridade, em troca de proteção... e da promessa de um dia ocupar o seu lugar (e talvez fazer com outro o que o pai fez conosco, para o bem ou para o mal). Observa-se, em muitos casos, que eleitores pobres votam em candidatos que fazem parte das elites que ou os despreza ou os subjuga. De certo modo, há uma identificação com aqueles que nos fazem sofrer. Para todas as crianças, a mãe é a primeira grande perda. E cada um sabe quem responsabilizar por isso.

“As modificações da estrutura familiar clássica não significam o fim da família”

Entrevista com Mario Fleig

Mario Fleig é graduado em Psicologia, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, mestre em Filosofia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a dissertação *Os esquemas horizontais em Ser e Tempo*, doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com a tese *O tempo é a força do ser – Lógica e temporalidade em Martin Heidegger*, e pós-doutor pela Université de Paris XIII (Paris-Nord), França, em *Ética e Psicanálise*.

“Qual a função da família? Não seria a de estruturar novos sujeitos, fazendo a passagem da mera condição de cria humana pela inserção da linguagem e da fala, por um processo de humanização?”, pergunta o professor e psicanalista Mário Fleig, na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 150, de 15 de agosto de 2005. Pensando a família fora dos padrões tradicionais com que a sociedade se acostumou, Fleig afirma que as modificações que se apresentam não ameaçam a família. E completa: “As novas formas de organização familiar requerem novas formas de pensar o exercício da função materna e da função paterna, não mais simplesmente coladas aos destinos da função biológica”.

IHU On-Line – No texto *A tese do declínio da imago social do pai e o deslocamento da autoridade*,³⁶ o senhor afirma que “as pato-

logias de nossa cultura podem ser compreendidas à luz não tanto do declínio da função paterna, mas de seus deslizamentos”. O que isso implica na concepção de autoridade paterna sob o aspecto da retomada do pai em Lacan?

Mario Fleig – A tese do declínio da função paterna, que situa, na queda do lugar paterno, a causa dos males na pós-modernidade, formulada no âmbito da psicanálise lacaniana, não pode ser aplicada precipitadamente. Caso se aceite esta tese, deveríamos voltar ao regime monárquico ou aderir aos fundamentalismos, que não cessam de afirmar o lugar prevalente da autoridade como sendo exclusivamente paterna. A queixa de que a insuficiência de pai provavelmente tenha atravessado a humanidade e supomos que, em outras gerações, havia mais pai do que hoje pode ser um consolo mítico. Se pai é uma função, como propõe Lacan, a função não pode ser mais forte ou mais fraca. Uma função, no sentido matemático, requer que seja operada. Então, a questão central é saber como se pode operar adequadamente esta função e quando sua operação é impossibilitada. Por isso, caberia, antes, termos uma ideia do que é a função paterna e no que ela importa para a estruturação do sujeito humano. Lacan, em sua investigação acerca do que constitui a organização do discurso psicótico, levanta a hipótese de que o organizador mínimo que carece em tal discurso é, precisamente, a operação da função paterna, ou

³⁶ FLEIG, M. A tese do declínio da imago social do pai e o deslocamento da autoridade. In: *A psicanálise, a educação, e os impasses da subjetivação*, 2000. São Paulo. Anais do II Colóquio do Lugar de Vida/ LEPSi. São Paulo: Editora da USP, 2000. v. 1. p. 185-198. (Nota da **IHU On-Line**)

seja, o significante pai falta na cadeia significativa de tal discurso. E isso ele descreve como sendo a “forclusão” do nome do pai, ou seja, um discurso em que não está, em que não há operação, a referência ao terceiro, o que impede as operações de substituição e deslocamento na fala do sujeito. Os efeitos da ausência da operação da função paterna aparecem na fala e nos modos como se dá o endereçamento ao outro. Poderia ser, então, alguém que fala sem conversar, ou seja, alguém que está situado na linguagem, mas não consegue operar com o terceiro em sua fala, e então fica colado no discurso da certeza. Este é um modo de aparecer uma torção no discurso, com a entrada de uma progressiva impessoalização. Fala-se, mas já não se sabe mais quem fala e para quem se fala.

A desautorização da função paterna

O que proponho como sendo “a progressiva substituição da função paterna pelos modos de operar do discurso da ciência e seus corolários, como a exclusão do sujeito da enunciação” significa a entrada da racionalidade da ciência moderna, que se organiza na autoridade de um conjunto de enunciados acéfalos, isto é, que dispensa quem o enuncia na vida cotidiana. Isso já havia sido descrito por Max Weber³⁷ como sendo o predomínio da racionalidade instrumental e também por E. Husserl³⁸ com sua noção de “mundo vivido” (*Lebenswelt*) com uma tentativa de resgatar um fundamento para enfrentar a crise das ciências europeias. Em outras palavras, a autoridade tende a se deslocar da pessoa que enuncia e que banca algo, no próprio ato de fala, para o funcionamento sem sujeito de um conjunto de enunciados justificados. Na vida cotidiana, significa dizer que algo afirma-

do como científico é tomado por verdadeiro e bom. Ou, quando um pai ou uma mãe querem exercer sua benéfica autoridade sobre o filho, este pede as razões do que é dito, ou os próprios pais o remetem para outro lugar, para a justificação do que dizem, ou para outra instância, a autoridade que poderia autenticar o enunciado. Trata-se, na prática, de uma crescente desautorização da função paterna. São pais que se demitem do exercício de sua função, e essa demissão é veiculada no modo de se endereçar a seu filho.

É interessante ver se esta hipótese permite uma leitura dos sintomas que emergem na contemporaneidade. A progressiva impessoalização do discurso, a crescente instrumentalização das relações, aliada à velocidade da substituição dos artefatos (o instantâneo, a obsolescência programada, o descartável), e outros fenômenos oriundos da entrada do virtual, que efeitos produzem no sujeito e no laço social? Qual a consistência do outro nas relações? Será que a alteridade não estaria entrando também em colapso, na medida em que parece haver uma progressiva equiparação entre o objeto de consumo, rapidamente descartável, e a pessoa de meu semelhante?

Lacan e a paternidade contemporânea

Bem, são questões complexas, para as quais as respostas que conseguimos formular são precárias. O que me parece é que a hipótese lacaniana da função paterna poderia ser pertinente para situar os efeitos das mudanças aceleradas que vivemos e, assim, poder saber com o que estamos operando e como melhor operar. Uma das saídas que está sendo oferecida pela psicofarmacologia não me parece muito promissora: a busca de equi-

³⁷ Maximillion Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. A edição brasileira mais recente foi publicada em 2004, pela Companhia das Letras, Rio de Janeiro. Com o título *Max Weber: a ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Cem anos depois*, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004. De Max Weber o IHU publicou o **Cadernos IHU e m formação** nº 3, 2005, chamado **Max Weber – O espírito do capitalismo**. Em 10 de novembro de 2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrará a conferência de encerramento do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁸ Edmund Husserl (1859-1938): filósofo alemão, principal representante do movimento fenomenológico. Marx e Nietzsche, até então ignorados, influenciaram profundamente Husserl, que era um crítico do idealismo kantiano. Husserl apresenta como ideia fundamental de seu antipsicologismo a “intencionalidade da consciência”, desenvolvendo conceitos como o da intuição *eidética* e *epoché*. Pragmático, Husserl teve como discípulos Martin Heidegger, Sartre e outros. (Nota da **IHU On-Line**)

líbrio e limites por meio do uso generalizado de drogas, administradas a partir da tenra infância, só pode levar ao pior. No mínimo, abrirá de forma violenta a porta, já bastante devassada, que promete a solução dos impasses da vida pelo consumo de um objeto que se coloca boca a dentro, dispensando aquele caminho que as grandes tradições sempre indicaram, o caminho da fala endereçada ao outro. Ficaria, então, a pergunta: e como se opera a função paterna, mesmo no contexto presente marcado por esta nova economia psíquica? Isso seria uma outra conversa.

IHU On-Line – Como podemos definir a questão da autoridade paterna em função das modificações do núcleo familiar moderno, pensando, por exemplo, na união homossexual? Há um deslocamento de autoridade do eixo masculino?

Mario Fleig – As modificações da estrutura familiar clássica não significam o fim da família. Qual é a função da família? Não seria a de estruturar novos sujeitos, fazendo a passagem da mera condição de cria humana por meio da inserção na linguagem e na fala, por um processo de humanização? Neste caso, dadas as novas configurações de família, talvez seja importante ver como se dá a operação de subjetivação e estruturação psíquica e, assim, como ter os cuidados indispensáveis para que isso se dê de modo adequado. Pressupor que a autoridade é um atributo do “masculino” é desconhecer o peso da autoridade do discurso materno. Precisamente contra a onipotência do discurso materno que se faz indispensável, para bem estruturar um sujeito, a entrada da referência terceira, que põe um limite ao Outro materno (também cabe lembrar que, como diz Lacan, *a mulher é o sintoma do homem*, ou seja, que este não se afirma em sua potência a não ser por seu

endereçamento àquela). Contudo, a entrada do terceiro, o *infans*, somente é possível pela hipótese de que o Outro materno tem o mesmo valor daquele que, então, é reconhecido como pai, significante que não está sob o domínio materno. É o discurso da mãe que apresenta ou não um pai para a criança, reconhecendo neste valor e potência. Por isso é que não basta o reconhecimento biológico da paternidade para haver pai, assim como a destruição de um pai pode se dar pelo desreconhecimento feito no discurso materno (É o que se vê diariamente no discurso materno situado na psicose). Deste modo, o problema não se encontra na facticidade do casal hetero ou homossexual, mas em que medida, na relação de casal, há lugar para a disparidade, para a diferença. Ou seja, em que medida a criança não seria tomada como aquilo que faria a completude do casal. Isso significaria uma instrumentalização desta criança, o que não seria mais do que reeditar uma clássica forma de perversão. Ora, os casais ditos heterossexuais não estão livres de produzir uma tal instrumentalização e uso da criança. E também não sabemos, em um caso “homossexual”, como se dá a disparidade sexual, e quem opera a função materna e a função paterna. Trata-se de função, que, para ser operada, precisa corresponder a um argumento justo, e não de papel, figura ou qualquer outra forma de representação.

IHU On-Line – Há que se repensar a questão do pai num mundo em tamanho processo de mudanças como o que vivemos hoje. Em que medida a psicanálise ajuda a entender esse processo de metamorfose?

Mario Fleig – A psicanálise, especialmente na formulação de Lacan, oferece a noção de função (retirada da lógica de Frege³⁹) para tentar uma formulação a respeito de como se estruturam os

³⁹ Lógica de Frege: a grande contribuição de Friedrich Ludwig Gottlob Frege, matemático e filósofo alemão, para a lógica matemática foi a criação de um sistema de representação simbólica (*Begriffsschrift*, ou ideografia) para representar formalmente a estrutura dos enunciados lógicos e suas relações, e a invenção do cálculo dos predicados. Ele parte da decomposição funcional da estrutura interna das frases (substituindo a velha dicotomia analítica sujeito-predicado, herdada da tradição lógica aristotélica, pela oposição matemática função-argumento) e da articulação do conceito de quantificação (implícito na lógica clássica da generalidade), tornando, assim, possível a sua manipulação em regras de dedução formal. (os enunciados “para todo o x”, “existe um x” que denota operações de quantificação sobre variáveis lógicas, têm a sua origem no seu trabalho fundador). Ao contrário de Aristóteles, e mesmo de Boole, que procuravam identificar as formas válidas de argumento, a preocupação básica de Frege era a sistematização do raciocínio matemático, ou dito de outra maneira, encontrar uma caracterização precisa do que é

sujeitos e o laço social. A hipótese básica é que o sujeito se estrutura com base no Outro, ou seja, a socialização da criança se dá fundamentada nos outros privilegiados, fazendo-se necessária a operação da educação, para que se possa articular o real do corpo, a consistência da imagem de si e o simbólico da lei. Cada um de nós necessita uma amarragem destes três registros, e o fio disponível para isso é a linguagem com suas leis e a fala em sua função de endereçamento. Somos seres que se dirigem ao outro, que pedem algo, reconhecimento, atenção, desprezo, agressão etc. e que, além disso, desejam algo que se articula em uma falta de obscuro objeto. Se isso não cessar, continuaremos humanos.

IHU On-Line – Quais as intersecções entre autoridade paterna, responsabilidade e autonomia?

Mario Fleig – O advento da noção de autonomia do indivíduo na modernidade redimensiona o problema da responsabilidade e as condições de imputabilidade dos atos e omissões praticados pelo sujeito. Responsabilidade, que, etimologicamente, significa a capacidade de responder por (do latim, *respondere*), pressuporia um agente que fosse senhor de suas escolhas, isto é, que soubesse e que quisesse seu ato. Entretanto, com o advento da noção de inconsciente, como fica a questão da responsabilidade? Como pode alguém ser responsável pelo ato que realiza sem ter ciência do mesmo e sem ser acompanhado de um ato de volição? Diante da hipótese do determinismo inconsciente de nossos atos, haveria ainda lugar para a noção de responsabilidade? Como podemos, ainda assim, atribuir responsabilidade ao

que fazemos, mesmo não sabendo e não querendo fazer o que fazemos?

Por outro lado, encontramos, na atualidade, uma crescente desresponsabilização, de modo a parecer que não há mais alguém que responda por. Situaríamos aí algo que se pode denominar de *patologias da responsabilidade*. O que se pode pensar disso, que por esta *crise dos enquadres de responsabilidade*: quem responde pelo quê? Que responsabilidade os pais assumem e que responsabilidade a escola assume? Quem é responsável pelos males que assolam a humanidade?

Falar em *patologias da responsabilidade* requer repensar o conceito de *pathos*, formulado na tragédia grega, e em que implica um sofrimento que porta um ensinamento. De que modo a noção trágica do psicopatológico pode nos ajudar a lidar com as *patologias da responsabilidade*? Haveria um tratamento possível para a *desresponsabilização*? Que diferença existe entre o drama e o trágico na constituição da experiência da dor e do sofrimento? As estratégias tiradas da dialética “crime” e “castigo” ainda têm chances de subjetivar a responsabilidade?

Afinal, como é que um sujeito se torna responsável? Que operações são necessárias para que isso aconteça? Seria diferente da subjetivação de outras estruturas, como a dor, o medo, a vergonha, o pudor, a intimidade, a enunciação etc. Em que medida e como a *operação transitivista do golpe de força* (proposta desenvolvida pelos psicanalistas Jean Bergès⁴⁰ e Gabriel Balbo⁴¹), posta em ato por um outro privilegiado, pode instaurar a responsabilização em um sujeito? Seria isso possível? Seria possível interromper o enunciado “*não vai dar nada...*”, característico da desrespon-

uma “demonstração matemática”. Frege havia notado que os matemáticos da época frequentemente cometiam erros em suas demonstrações, pois supunham que certos teoremas estavam demonstrados, quando na verdade não estavam. Para corrigir isso, Frege procurou formalizar as regras de demonstração, iniciando com regras elementares, bem simples, sobre cuja aplicação não houvesse dúvidas. O resultado que revolucionou a lógica, foi a criação do cálculo de predicados ou lógica dos predicados. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴⁰ Jean Bergès: psicanalista francês, autor das obras *Os gestos e a personalidade* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972), *Test de imitación de gestos* (Barcelona: Toray-masson, 1975), *Há um infantil da psicose?* (Porto Alegre: Cmc, 2003), escrito em parceria com Gabriel Balbo, assim como *Jogo de posições da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo* (Porto Alegre: Cmc, 2002). (Nota da **IHU On-Line**).

⁴¹ Gabriel Balbo: psicanalista francês, da Association Lacanienne Internationale. Fundador da École de Psychanalyse de L'enfant de Paris – ALI, com Jean Bergès e Marika Bergès-Bounes, é autor dos livros: *Há um infantil da psicose?* (Porto Alegre: Cmc, 2003), escrito em parceria com Jean Bergès, assim como *Jogo de posições da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo* (Porto Alegre: Cmc, 2002). (Nota da **IHU On-Line**)

sabilização generalizada? Como interromper a vertiginosa escalada de danos em que se lança o sujeito que flerta com o risco? Como conceber um trabalho psicológico e social que vise à redução de danos em indivíduo em situação de risco?

IHU On-Line – Há algum outro aspecto que queira comentar e não foi perguntado?

Mario Fleig – Não há pai sem seu reconhecimento e este começa com a referência introduzida pelo discurso materno endereçado aos filhos. Em retor-

no, é a existência dos filhos que assinala o lugar paterno, assim como os filhos não existem sem o endereçamento que lhe faz um pai. São lugares que se constituem ou se anulam reciprocamente, sem que isso signifique o apagamento da disparidade. Assim, as novas formas de organização familiar requerem novas maneiras de pensar o exercício da função materna e da função paterna, não mais simplesmente coladas aos destinos da função biológica

“Paternidade é uma função, e não um papel derivado da sexualidade”

Entrevista com Luiz Edson Fachin

Luiz Edson Fachin é mestre em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Direito das Relações Sociais, pela mesma universidade, com a tese *Paternidade presumida: do Código Civil brasileiro à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, publicada em livro, e pós-doutor pela *Faculty Research Program in Brazil*. Atua como professor titular de Direito Civil e nos cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFP). Colaborou com o Senado Federal na elaboração do novo Código Civil Brasileiro. Também escreveu dezenas de livros, capítulos de livros e artigos, publicados no Brasil e no exterior.

O jurista Luiz Edson Fachin entende o conceito de família como uma mudança de paradigma. Para ele, “paternidade é uma função, e não um papel derivado da sexualidade”. Na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 150, de 15 de agosto de 2005, Fachin defende a função paterna como sendo muito importante em numerosas facetas, sobretudo “na construção da criança como sujeito de si e do mundo, edificada sob limites e possibilidades”.

IHU On-Line – Quais são os principais aspectos abordados em seu livro *Estabelecimento da filiação e paternidade presumida*? Em que esse estudo influi no conceito de paternidade em nosso tempo?

Luiz Edson Fachin – A obra, fruto de tese de doutoramento, defendida e aprovada perante banca da PUCSP, sustenta que, suplantando um primeiro estágio da paternidade que associava o estado civil dos pais ao casamento (e, por conseguinte, a uma visão matrimonializada da família), a jurisprudência brasileira construiu um critério de estabelecimento da paternidade, superando a rigidez dogmática da exegese estrita do Código Civil de 1916⁴². Tal critério novo, alçado a um segundo estágio nessa matéria, sem desprezar por completo o anterior, que podia ser denominado de nupcialista, abriu as portas para a base biológica da filiação e assim da relação paterno-filial. Ademais, proporcionou, ainda, vencer preconceitos absurdos existentes em relação à condição feminina no âmbito das tradicionais ações de investigação de paternidade, mitigando a presunção *pater id est* e colocando, no centro das relações jurídicas, o melhor interesse da criança. Por último, o texto implica, hoje, a construção do conceito de paternidade socioafetiva. A tese inseriu longa discussão sobre a posse de estado de filho e seus reflexos jurídicos, antevendo o terceiro estágio das relações familiares que, presentemente, se vivencia, que é a dimensão da ética do afeto.

IHU On-Line – A jurisdição brasileira é bastante rigorosa no que diz respeito ao reconhecimento da paternidade e no pagamento

⁴² A constituição cidadã teve sua elaboração deflagrada ainda no século XIX. Foi aprovada em 1916 e entrou em vigor em 1917. É obra do gênio de um dos maiores juristas que o Brasil já produziu: Clóvis Bevilácqua. Regeu a vida privada brasileira por quase um século: do nascimento (ou mesmo antes dele) ao destino dos bens no pós-morte. Ainda assim, o tempo ultrapassou o antigo Código em alguns aspectos, tais como o direito contratual – hoje muito mais diversificado do que aquele que Bevilácqua conhecia – e o direito de família – que, por força da Constituição Cidadã, não mais admite distinção entre filhos. (Nota da **IHU On-Line**)

da pensão alimentícia aos filhos em caso de separação dos pais. Como vê essas leis no aprofundamento da responsabilidade masculina sobre os filhos gerados?

Luiz Edson Fachin – A linhagem patriarcal que se revela nas raízes da antropologia cultural própria das famílias romano-germânicas ocidentais ainda se mantém com forte presença nos valores incorporados pela legislação. Essa formação identificou a sexualidade com a função familiar e, por razões de poder no âmbito do ninho familiar ou da sociedade macrocosmicamente focalizada, deferiu ao homem (e assim, ao marido) papel central na regulação e no exercício de direitos. O Direito assim se fez como lei de exclusão. Mais recentemente, a mudança dos “códigos culturais” como decorrência de novas contextualizações histórico-sociais trouxe alterações nos “códigos da juridicidade” e, desse modo, paulatinamente, se vê o mencionado aprofundamento da responsabilidade masculina sobre os filhos gerados. Vejo, pois, como sinal interessante essa perspectiva que revela a superação de preconceitos e de dogmas, até porque a liberdade e a responsabilidade, que são irmãs siamesas, não têm ascendentes fundados na sexualidade, e sim no afeto.

IHU On-Line – Os métodos contraceptivos e o trabalho longe de casa ofereceram à mulher uma independência antes inexistente nos parâmetros de sociedade patriarcal. Quais as perspectivas de que isso continue a modificar as sociedades e o mundo masculino?

Luiz Edson Fachin – O sujeito e o objeto das relações jurídicas no Direito de Família (e na “família do direito” ocidental) foram moldados pelo olhar masculino. Rupturas que se colocaram e se impuseram para o sistema jurídico são importantíssimas, embora ainda insuficientes para dissociar o modo de ver e aquilo que se vê da formatação patriarcal. É fundamental construir um direito da condição feminina para se contrapor, afirmativamente, a esse vinco de masculinização do ser e do estar, e para atingir, no respeito à diferença, a substancial igualdade entre os que, sendo diversos, são, no fundo, iguais.

IHU On-Line – A questão da masculinidade possui uma ligação direta com a figura do pai. Qual o papel do pai na sociedade de hoje, quando o casamento homossexual, por exemplo, é uma realidade em diversos países? Ainda há espaço para a figura masculina na família pós-moderna?

Luiz Edson Fachin – A questão, tal como formulada, pode conduzir a um viés duplamente equivocado, com o devido respeito da formulação. Vejamos. De um lado, paternidade é uma função, e não um papel derivado da sexualidade. A função paterna é importantíssima, sob diversos aspectos, nomeadamente na construção da criança como sujeito de si e do mundo, edificada sob limites e possibilidades. Contudo, o sujeito (homem ou mulher, ou quem for) que pode exercer tal função remete a outro debate, que abre, por isso mesmo, a legítima possibilidade da união entre pessoas do mesmo sexo. De outra parte, é preciso estar atento para não passar verniz de modernidade no transplantar de modelos, vale dizer, é preciso não querer buscar, com sofreguidão, respostas velhas para problemas novos. Dito ainda de outro modo: os modelos jurídicos da heterossexualidade não devem *tout court* ser importados para outros desenhos do afeto. Até podem ser, desde que assim se edifique na construção concreta da juridicidade de tais relações.

IHU On-Line – Como podemos nos referir à crise e superação da paternidade, o que o senhor chama de “a nova filiação” em trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Direito de Família, em Belo Horizonte, no ano de 1999?

Luiz Edson Fachin – A nova filiação se coloca, no plano sociológico, como um vínculo plural, quer seja biológica, quer seja afetivo, e, no plano jurídico, se institui na principiologia axiológica de índole constitucional que tem assento na Constituição Federal de 1988. Inicia com “desbiologização”, como a denominou o professor João Baptista Villela, e chega à filiação fundada no afeto e no amor, expressões da posse de estado de filho. Além disso, o debate sobre o sujeito, a vida, a

morte e a razão de ser no mundo, como bem analisa a professora Maria Cláudia Crespo Brauner,⁴³ reinstalam na contemporaneidade um debate não superado sobre o sentido e o alcance do prosseguimento geracional da espécie humana e da sociedade em ebulição mutante.

IHU On-Line – Levando em consideração suas afirmações apresentadas na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil em 2003, quando apresentou o trabalho *Direito de família e novas situações sociais: a família da cidadania, quais são as perspectivas que podemos aguardar do novo modelo familiar e da função paterna?*

Luiz Edson Fachin – Há três perspectivas essenciais, a meu ver: a primeira diz respeito à nítida separação entre paternidade e ascendência genética; a segunda concerne ao desnudar do discurso jurídico pela força construtiva dos fatos, como bem acentua o professor Rodrigo da Cunha Pereira⁴⁴; a

terceira diz respeito ao fim dos conceitos apriorísticos de família, de paternidade, de maternidade e de filiação. A família não será, por definição, um conceito adremente dado, e sim um espaço construído ulteriormente e governado por princípios.

IHU On-Line – Há algum outro aspecto que não foi perguntado e considere importante acrescentar?

Luiz Edson Fachin – Quiçá faltou acentuar dois aspectos relevantes: o primeiro, a importância de refletir sobre como se pensa o direito de famílias nas escolas jurídicas e cursos em geral, colocando em debate a manualística repetitiva e pedestre, e abrindo espaço para uma hermenêutica crítica e construtiva, eis aí o desafio pedagógico e metodológico. O segundo diz respeito à valorização da jurisprudência em Direito de Família, a qual, a nosso ver, deve ser elevada à condição de fonte primária do Direito. É isso, talvez mais, mas não menos.

⁴³ Maria Cláudia Crespo Brauner: doutora em direito pela Universidade de Rennes (França); é professora e pesquisadora de direito, bioética e biodireito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos, além de membro da Sociedade Rio-Grandense de Bioética (Sorbi), da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), e do Institut International de Recherche en Ethique Biomédicale (IIREB). (Nota da ***IHU On-Line***)

⁴⁴ Rodrigo da Cunha Pereira: coordenador-geral do curso de especialização em Direito Civil da PUC Minas Virtual e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). (Nota da ***IHU On-Line***)

O olhar teológico sobre a paternidade

Entrevista com João Batista Libânio

João Batista Libânio é licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro; em Letras Neolatinas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e em Teologia, pela Hochschule Sankt Georgen, em Frankfurt, Alemanha. É, também, mestre e doutor em Teologia, tendo cursado o seu doutorado na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Libânio é padre jesuíta e professor de Teologia no Instituto Santo Inácio de Belo Horizonte. Participou do Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II – Marcos, trajetórias, perspectivas, uma promoção do IHU, no dia 11 de agosto de 2005.

Libânio ministrou a conferência “O Lugar da Teologia na sociedade e na universidade do século XXI”, em 2004, no Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI, promovido pelo IHU e publicada no livro **A Teologia na universidade contemporânea** (Neutzling, Inácio (Org.). São Leopoldo: Unisinos, 2005, p. 13-45).

É autor de, entre outros, **Eu Creio – Nós Cremos** (São Paulo: Loyola, 2000), **As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé** (São Paulo: Loyola, 2002), **Introdução à vida intelectual** (São Paulo: Loyola, 2002), **A Religião no início do milênio** (São Paulo: Loyola, 2002), **Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação**. (Valência: Siquem/Paulinas, 2003) e **Olhando para o futuro. Perspectivas teológicas e pastorais do Cristianismo na América Latina** (São Paulo: Loyola, 2003). A **IHU On-Line** entrevistou João Batista Libânio na 103ª edição, de 31 de maio de 2004, e dele publicou um artigo na 136ª edição, de 11 de abril de 2005. Na entrevista que conce-

deu à **IHU On-Line**, publicada na edição 150, de 15 de agosto de 2005, Libânio faz uma análise teológica da função da paternidade, afirmando que “O imaginário popular religioso mistura tanto um Deus Pai como um Deus juiz e eventualmente punidor. Quando acontecem fatos infaustos ou alguma desgraça, o primeiro olhar se volta para algum pecado ou coisa errada que se fez e que mereceu tal castigo de Deus”.

IHU On-Line – Quais são as características de Deus como pai no imaginário da religiosidade popular?

João Batista Libânio – O imaginário popular religioso mistura tanto um Deus Pai como um Deus juiz e eventualmente punidor. Quando acontecem fatos infaustos ou alguma desgraça, o primeiro olhar se volta para algum pecado ou coisa errada que se fez e que mereceu tal castigo de Deus. Por mais que se pregue e se reze o Pai Nosso, a ideia profunda de Pai, que Jesus nos revelou na sua experiência de Deus, não impregnou o inconsciente coletivo religioso do povo. Pesa mais uma mistura de bondade com a experiência humana da correlação entre ofensa e castigo. Projeta-se sobre Deus essa dupla realidade humana. Além disso, uma leitura sincrônica da Escritura, que alimentou a religião do povo desde sempre, coloca a imagem do Deus punidor do Antigo Testamento com a veiculada por Jesus em pé de igualdade e de tempo. Falta passar nas pregações com maior clareza a evolução da própria revelação que corresponde ao momento cultural do povo que a entendeu e transmitiu. A imagem de Deus da parábola do Filho Pródigo é a chave interpretativa última e mais perfeita da paternidade

de Deus, e não as cenas terríveis de um Deus, que afoga cavalos e cavaleiros egípcios nas águas do mar vermelho. No imaginário popular, essas cenas se embaralham na simultaneidade de compreensão, e não num processo histórico de aperfeiçoamento da Revelação. Cada passagem da Escritura vale por ela mesma, independente de qualquer contexto, porque muitas homilias ainda apresentam assim a Revelação. A paternidade de Deus parece mais uma concessão de última hora do que o cerne da imagem mais perfeita de Deus.

IHU On-Line – Qual seria o conceito teológico da paternidade de Deus?

João Batista Libânio – O conceito de paternidade de Deus aprendemos da experiência de Jesus. Em passagens que alguns exegetas denominam *ipsissima verba*, isto é, “as mesmíssimas palavras” de Jesus, ele chama a Deus de “abbá”. Ficou muito conhecida a pesquisa de Joachim Jeremias⁴⁵ sobre essa expressão, embora hoje haja certas reservas sobre seu resultado. Em todo o caso, o exegeta alemão fazia remontar o termo “abbá” ao vocabulário infantil, um Lallwort. Esta expressão alemã é bem forte, pois significa uma palavra que brota do balbúcio da criança. Por trás da experiência de Jesus, existe a matriz de uma criança que, em vendo o pai na sua figura de vigor e ternura, de fonte de sua vida, ensaia os primeiros sons: papai, paizinho. Jesus permitiu que assim nos dirigíssemos a Deus, ensinando-nos o pai-nosso. Daí a importância e beleza dessa oração. Por ser muito recitada, acaba perdendo a originalidade e a gigantesca surpresa que deveria produzir em nós. Não é nada evidente que devamos e possamos chamar a Deus de Pai. Antes pareceria tudo ao contrário. Deus é o infinito Mistério, abismo insondável, Criador onipotente de distância inatingível. Que Ele se deixe chamar e seja Pai de criaturas tão pequenas, isso nos espanta enormemente. Com o termo paternidade, Deus revelou-nos a atitude fundamental que tem em relação às criaturas livres e racionais, mesmo sujeitas às fraquezas e práticas de pecado. Esta é de puro amor que antecede qualquer resposta nossa.

E que permanece mesmo nos momentos em que nos afastamos dele. E que continuará durante toda a eternidade, desde que nossa liberdade aceite esse amor. É tão grande o respeito e amor que nos tem que não nos coage a nenhuma resposta de amor. O amor de Deus é unilateral, gratuito, anterior, providente, generoso, sem precisar de reforço e resposta de nossa parte. Esta, quando vem, lhe agrada porque, no fundo, ele sabe que é a nossa felicidade.

IHU On-Line – Nas últimas décadas fala-se em Deus como pai e mãe, que fatores histórico-sociais influenciaram nessa construção?

João Batista Libânio – Há três razões dessa nova maneira de falar de Deus. Uma bem extrínseca, mas que, no mundo católico, tem relevância. João Paulo I, no curto pontificado de 33 dias, numa de suas alocuções, chamou a Deus de Pai e Mãe. O que vem de Roma, mesmo que seja por meio de uma palavra dita ocasionalmente, ganha ressonância. Qualquer católico pode usá-la. E mesmo se desagradasse a algum corifeu eclesástico, este se sentiria inibido em restringi-la, já que o Papa a usou. Uma segunda razão de cunho teológico se deve ao uso da linguagem humana em relação a Deus. Ela é sempre analógica. Isso significa que exprime de Deus algo correto, de uma maneira incorreta e que, em Deus, ela precisa ser elevada a grau eminente. Afirmção, remoção, excesso. Ao chamar a Deus de Pai, dizemos algo correto, como me referi na resposta anterior. Ele é amor, cuidado, ternura, vigor. Mas, ao mesmo tempo, o fazemos de modo imperfeito, equivocado. Deus não é pai no sentido da geração paterna humana. Nele não há gênero. Portanto, pai em Deus não se opõe a mãe. E, mais ainda, pai em Deus deve ter uma plenitude de amor que a figura do pai terreno não possui. Assim, ao inserir nesse conceito a riqueza da categoria mãe, o faz mais perto da realidade de Deus. Portanto, teologicamente, é mais perfeito dizer que Deus é Pai e Mãe do que só Pai. A realidade divina, que o termo só de pai carrega, é mais bem expressa e completa quando dizemos pai e mãe, pois ambos traduzem

⁴⁵ Joachim Jeremias (1900-1979): exegeta alemão com muitos livros publicados, entre os quais *Abba: Jésus et son Père* (Paris: Seuil, 1972) e *Teologia do Novo Testamento* (São Paulo: Paulus, 2004). (Nota da **IHU On-Line**)

melhor a função criativa de Deus em relação a nós, marcando-a com uma ternura e bondade ainda maior. Uma terceira razão nos é dada por fatores histórico-sociais atuais. A cultura semita foi marcadamente androcêntrica. Era normal nela atribuir a Deus unicamente o termo pai. A teologia cristã seguinte, também ela, praticamente, obra de varões e, quase sempre, clérigos, reforçou tal androcentrismo, sem se dar conta dele. Achava que era a simples revelação. E tal visão androcêntrica terminou por marcar o conjunto da cultura ocidental. E isso entrou fortemente na própria gramática. O movimento feminino tomou consciência desse fenômeno e o denunciou como forma de opressão. E, depois de M. Foucault, sabemos muito bem a relação entre saber e poder. O poder faz o saber, e o saber rege o poder. Ora, um saber machista impôs um poder também machista. O movimento feminino desmascarou tal relação. E, quando a teologia começou a ser trabalhada também por mulheres, e de alto valor, o conceito de Deus sofreu uma despatriarcalização. E um dos seus efeitos é o uso da expressão pai e mãe.

IHU On-Line – O que pode haver de comum entre a paternidade humana e a paternidade divina?

João Batista Libânio – Resumiria em dois binômios, para ser breve: amor e cuidado, vigor e ternura. A figura do pai terrestre, quando realiza realmente a sua vocação, traduz a verdade de quem ama e cuida dos filhos. Ama, porque o filho é gerado num ato de amor. É fruto do amor. Cuida, porque a criança nasce “prematura” e sem cuidado materno e paterno não consegue sobreviver. Deus ama e cuida de todas as criaturas, especialmente das dotadas de liberdade e consciência: os humanos. O pai terrestre conjuga a dupla função de vigor e ternura. Vigor, porque se faz referência estruturante do filho. Ternura, porque veste essa figura com carinho para impregnar ainda mais o mundo inconsciente e consciente da criança. Deus é vigor, porque é a última referência, absoluta e insubstituível da criatura na verdade de sua revelação e no amor de sua ação salvífica. É ternura, porque, ainda quando a criatura não o reconhece no papel de último e definitivo mistério, horizonte, término da vida humana, ele oferece perdão acolhedor e espera paciente. Essa dupla valência do pai terrestre encontra-se no Pai celeste em grau eminente.

A violência tem sexo

Entrevista com Sócrates Álvares Nolasco

Na área de Psicologia, Sócrates Álvares Nolasco é graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e doutor pela Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com a tese intitulada *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*, publicada em livro pela Editora Rocco, em 2001. Escreveu, ainda **A desconstrução do masculino** (Rio de Janeiro: Rocco, 1995) e **O mito da masculinidade** (2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993). A entrevista a seguir foi concedida por e-mail.

Na entrevista que concedeu à **IHU On-Line**, publicada na edição 150, de 15 de agosto de 2005, Nolasco afirma que “A violência não se restringe a uma etnia, idade ou classe social, mas tem sexo”. Afirma também que “hoje, quem for homem, branco e heterossexual corre o risco de ser visto como resquício de algum patriarca desavisado”.

IHU On-Line – Quais são os principais aspectos abordados na sua tese de doutorado *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*, publicada na forma de livro em 2001?

Sócrates Nolasco – A hipótese norteadora de minha pesquisa busca as razões pelas quais os homens se envolvem mais em situação de violência do que as mulheres. Procurei encaminhar esta questão segundo dois planos de análise. O primeiro investiga o significado que este envolvimento tem para sociedades reguladas pela economia e pelo mercado, e o segundo pensa o significado

psíquico para o sujeito empírico do sexo masculino. Os homens têm uma expectativa de vida menor que as mulheres; respondem por cerca de 90% do contingente carcerário; morrem mais em acidentes de trânsito, ingestão de álcool e drogas e cometem mais suicídios do que as mulheres. A violência não se restringe a uma etnia, idade ou classe social, mas tem sexo. Para entender esta questão, iniciei minha pesquisa, avaliando algumas transformações que ocorreram nas sociedades do Ocidente, estabelecendo como fio condutor o modo como se alterou a representação social masculina. Portanto, na passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, analiso um fenômeno sobre o qual foi possível pensar o envolvimento dos homens em situação de violência em sociedades complexas contemporâneas e ocidentais. Este fenômeno pode ser caracterizado por três variáveis: a mudança do eixo social da hierarquia para o indivíduo; a diminuição dos níveis de responsabilidade das sociedades modernas e individualistas na regulação dos modos de reconhecimento e inserção social do sujeito; e, por fim, o impacto gerado por ambos no processo de subjetivação. Desse modo, considero que esta passagem promoveu um processo de mudança na construção da subjetividade e nos processos de subjetivação dos indivíduos do sexo masculino (e feminino) e nos elementos que fundam a representação social do masculino nas sociedades pertencentes à era moderna, que se mantém em andamento nas sociedades contemporâneas. Para executar o estudo desta ideia central, iniciei uma análise de quatro questões. A primeira diz respeito à função do mito nas sociedades da era moderna e sua relação com os padrões de organização só-

cia; a segunda se refere à função do coletivo nas sociedades contemporâneas ocidentais; a terceira trata do desgaste da noção de representação como um dos princípios operadores da cultura moderna; e a quarta analisa as articulações entre subjetividade, cultura e natureza ou, ainda, entre subjetividade, o biológico e o adquirido nessas sociedades.

IHU On-Line – Em que aspecto figuras como Tarzan⁴⁶ e Homer Simpson⁴⁷ auxiliam a cristalização de um imaginário popular calcado na violência masculina?

Sócrates Nolasco – Considero estas duas representações com operadores de cultura. A função destes operadores é viabilizar no plano individual o que é necessário para o funcionamento de uma dada cultura. Soldados e guerreiros foram necessários para expandir impérios ou defenderem fronteiras. Tarzan, um herói dos quadrinhos que circulava anos 1920, ganhou fama um pouco antes da depressão de 1930. Naquela época, milhares de homens estavam desempregados e o estatuto social da masculinidade entrava em declínio. Podemos pensar Tarzan como uma tentativa limitada de revitalizar uma representação social masculina “ultrapassada”. Tarzan é um sobrevivente. A vida na floresta era um modo de escapar da destruição que assolava os homens em uma metrópole decadente, preservando o vigor, a virilidade e a capacidade para vencer desafios. Tarzan, para o imaginário popular, pode ser considerado como uma tentativa de driblar a violência emocional que a depressão gerava sobre os homens. Isso não foi suficiente.

Homer é a consolidação do que a representação de Tarzan procurava dissipar. Ele é a repre-

sentação de um homem perdedor, sem voz e sem vez. Um sujeito desacreditado e inadequado que tem amigos como ele. Estes personagens podem ser pensados como produções defensivas. O primeiro pensa que a violência da natureza não o destruirá como a da metrópole. O segundo sucumbiu à segunda.

IHU On-Line – O modelo de autoridade paterna que a pós-modernidade delineia é menos violento ou se apresenta por meio de outras formas de violência?

Sócrates Nolasco – O século passado foi o que mais assassinou pessoas. A capacidade destrutiva das armas aliada ao seu uso para solução de conflito fez com que o século que decodificou o genoma se tornasse o mais assassino de todos. Foram milhões de pessoas mortas em conflitos armados. As guerras do século XX foram “guerras totais” contra civis e combatentes sem qualquer discriminação. As guerras dos bárbaros dos séculos anteriores eram brigas de rua em comparação a estas primeiras. Eric Hobsbawm⁴⁸ afirma que, sem dúvida, o século passado foi o mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 20, como pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático. A pós-modernidade se consolida com a morte de Deus. Havia, nesta morte, um resquício da esperança iluminista, acreditava-se que, uma vez Deus estando morto, a humanidade encontraria seu próprio caminho na História ou no Psiquismo. Por outro lado, um outro modelo de autoridade se precipitou daí: a humanidade se

⁴⁶ Tarzan: personagem criado por Edgar Rice Burroughs. Apareceu, pela primeira vez, em romance, em 1914 e, posteriormente, em vinte e três continuações. Tarzan é filho de ingleses, porém foi criado por macacos “mangani” na África, depois da morte de seus pais biológicos. Seu verdadeiro nome é John Clayton III, Lorde Greystoke. Tarzan é como os macacos o chamam e quer dizer “pele branca”. Tarzan é uma história moderna que repete a tradição mitológico-literária de heróis criados por animais. Uma destas histórias é a de Rômulo e Remo, que foram criados por lobos e, posteriormente, fundaram Roma. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴⁷ Homer Simpson: personagem do desenho animado criado em 1989 por Matt Groening **The Simpsons**, série de televisão da Fox Network. Homer e sua família (Ele, Marge, Bart, Lisa e Maggie) moram em Springfield, uma cidade norte-americana que ninguém sabe bem onde é. Homer é empregado na usina nuclear de Springfield, mas ele já teve vários empregos, de todos os tipos, desde astronauta até presidente júnior da sua empresa, a CompuGlobalMegaHeartz, empresa de informática criada por Homer. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴⁸ Eric Hobsbawm (1917): historiador britânico de linha marxista. É um dos grandes teóricos do movimento comunista britânico. (Nota da **IHU On-Line**)

colocou no registro simbólico onde anteriormente havia Deus. Desse modo, não será mais Deus que fará o homem à sua imagem e semelhança, mas será o próprio homem que fará o homem à sua imagem e semelhança. Vimos o século da clonagem e da reprodução assistida. A autoridade pós-moderna é trans, como nos lembra Baudrillard.⁴⁹ Ela é assexual. A sexualidade saiu do corpo e migrou para os objetos, a cidade se tornou sexual. Hoje há quem diga que fulano ou beltrano são metrossexuais⁵⁰ sem qualquer crítica do absurdo que é esta afirmação na sua etiologia. A violência hoje está no estatuto do homem se colocando no lugar de Deus. Com isso, tudo passou a ser possível. O indivíduo pode nascer em uma etnia e migrar para outra, e a tecnologia viabiliza a um indivíduo que vem ao mundo como homem se tornar uma mulher. Homem e mulher, hoje, são circunstâncias, a diferença sexual desapareceu. Existe uma autoridade perversa, travestida pelo ideário do politicamente correto que o utiliza como um operador de cultura, para, cada vez mais, viabilizar, a preços altíssimos, os desejos individuais, favorecendo a cada um de nos esquecer de que fomos uma comunidade um dia. Se não há uma representação simbólica de pai, de que autoridade estaria falando?

IHU On-Line – Nos livros *A desconstrução do masculino e O mito da masculinidade*, podemos observar o surgimento de uma mudança de paradigma daquilo que costumamos entender sobre essa figura. Como esse mito e sua desconstrução afetam o pai pós-moderno?

Sócrates Nolasco – Utilizei o termo “desconstrução” que está presente no trabalho de Derrida e o empreguei segundo as considerações deste autor, que quando, ao traduzir Heidegger para o francês, percebeu que a palavra *Destruktion*, ao ser traduzida, acentuaria a ênfase na destruição, ao invés de assentá-la no espírito da questão a que ela se referia – destruição da metafísica. Há romantismo nesta empreitada? Creio que sim. Em meus livros anteriores, eu buscava formular um novo conceito paterno a partir do existente. O pai distante, autoritário e temido, poderia se transformar em alguém amoroso, próximo e participativo. Naquele momento, creio que esperanças românticas e talvez utópicas estivessem presentes. Me deixei tomar por elas. Uma leitura mais crítica me fez perceber que o pai autoritário tem uma função operacional para os anos 1920, tanto quanto o amoroso tem para os anos 1990: sobre ambos se apoiam visões de mundo pelas quais os indivíduos creem que os problemas que devem resolver têm origem em suas subjetividades. Se o mundo endurece, mata e assassina, surge um projeto para fazer homens “flexíveis, macios e amorosos”, como se eles nunca tivessem existido. Recai sobre o indivíduo a missão (impossível) de reverter um programa de extermínio dos ideais coletivos que as democracias de mercado se encarregaram de enterrar.

IHU On-Line – Quais são os principais aspectos de sua dissertação de mestrado, intitulada *Identidade masculina: um estudo sobre o homem de classe média?* Em que me-

⁴⁹ Jean Baudrillard: filósofo e sociólogo. Um dos importantes pensadores ocidentais da atualidade, é autor de vários livros entre os quais destacamos: *A sociedade do consumo* (Lisboa: Edições 70, 2000), *A ilusão vital* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001) e *A troca impossível* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002). De Baudrillard, a *IHU On-Line* publicou o artigo “A máscara da guerra”, na edição 51, de 17-030-2003. O Prof Juremir Machado da Silva apresentou o *IHU Ideias* de 11 de setembro de 2003, intitulado *11 de setembro: Ano III. Uma reflexão a partir de Jean Baudrillard*. Sobre esse tema, Juremir concedeu uma entrevista na 74ª edição da *IHU On-Line*, de 8 de setembro de 2003, sob o título “11 de setembro segundo Jean Baudrillard”. (Nota da *IHU On-Line*)

⁵⁰ Metrossexual: termo originado nos finais dos anos 1990 pela junção das palavras metropolitano e heterossexual. Gíria usada para designar um homem heterossexual urbano excessivamente preocupado com a aparência, que gasta grande parte do seu tempo e dinheiro em cosméticos, acessórios e roupas de marca. A palavra foi usada, pela primeira vez, em 1994 pelo jornalista britânico Mark Simpson e foi aproveitada pelas revistas masculinas britânicas e norte-americanas para fazer desta definição o seu público-alvo. Depois da sua utilização ter decrescido nos EUA, o termo foi reintroduzido em 2000 a par da diminuição dos tabus relativos à cultura gay (e com a qual este termo era frequentemente confundido). A popularização da palavra veio pela ligação que Mark Simpson fez dela com o jogador de futebol David Beckham. (Nota da *IHU On-Line*)

didada a classe social de uma pessoa interage em sua identidade masculina?

Sócrates Nolasco – Neste trabalho, procurei entrevistar um grupo de homens para saber o que, segundo eles, significava ser homem. A classe social oferece um recurso que seria permitir ao indivíduo pensar sistematicamente sobre sua vida mediante a escolarização e, com isso, tentar criar para ele um projeto melhor.

Os homens aprendem a ser homens com outros homens e, na maioria das vezes, aprendem o que devem evitar para não serem considerados homens. Mesmo entre grupos de homens que vivem com outros homens, procuram parceiros que não sejam afeminados. Afinal, o que representa a feminilização para um homem? Certamente, ela representa uma experiência emocional anterior à marca sexual, anterior à noção de si mesmo. Durante as entrevistas, quando eu perguntava o que significa ser homem para cada um deles, as respostas não se referiam ao significado, mas ao que um homem deve fazer. O que dele é exigido. Um homem aprende a ser homem, agindo, tentando positivar sua imagem através deste mecanismo. Um menino cresce tentando evitar experiências de humilhação, discriminação e exclusão. Portanto, é possível para um homem responder o que não significa ser homem, mas o contrário não é verdadeiro. Para responder a esta pergunta sobre o significado, ele precisaria falar de sua experiência de singularização, de diferenciação e de identificação com os homens de sua família e como os encontrou no mundo. Sentir-se seguro para adotar um modelo afetivo do qual se orgulhe e valorize, independente do que isto implique socialmente. Descolá-lo de seu sexo.

IHU On-Line – É possível dizer que existe um modo particular pelo qual os pais brasileiros agem e educam seus filhos?

Sócrates Nolasco – No Brasil, como nos EUA, ainda se criam meninos para fazer sexo com meninas. Crescer para transar. O Canadá e alguns países da Europa oferecem modelos mais “humanizados”. Aqui os meninos estão crescendo sem que os pais considerem necessário que, para suas vidas, valores estejam além do dinheiro e do sexo.

Homer Simpson é a expressão subjetiva deste empobrecimento. Não é de se espantar que as experiências homossexuais começaram a aparecer como sendo um lugar, de sexo, mas onde há contato e algum tipo de troca afetiva. Sem investir e valorizar o crescimento emocional, os meninos estarão sendo colocados em situações difíceis como, por exemplo, saber lidar com frustrações e fracassos. A violência que promovem é uma das consequências disso.

IHU On-Line – A figura paterna é ligada, de imediato, à questão da masculinidade. É possível, diante das mudanças culturais pelas quais a sociedade passa hoje, que a função paterna e a masculinidade não estejam, necessariamente, vinculadas?

Sócrates Nolasco – Creio que estas duas categorias não estejam tão próximas quanto já estiveram em décadas passadas. Mas considero importante pensarmos que significado isso tem para distintos momentos sociais. Quando estavam juntas havia um sentido: reprodução, linhagem e consolidação de visões de mundo. Separadas têm a função de permitir que a tecnologia e o mercado avancem sem restrições. Atualmente, as clínicas de reprodução assistida, as lutas pela adoção entre homossexuais, são exemplos de situações que assumem maior visibilidade, porque não mais existe uma relação estreita entre paternidade e masculinidade. Em um dado momento, nos anos 1960, a diferença precisava ser exaltada para que depois pudesse ser balizada e posteriormente um contexto de permissividade se instaurasse. As democracias de mercado dependem disto, desta relativização permissiva para lançar continuamente seus “novos produtos”.

IHU On-Line – O trabalho fora das lidas domésticas e a pílula anticoncepcional, com outros métodos contraceptivos, concederam à mulher uma independência impensável nos parâmetros antigos de sociedade, calcados no patriarcalismo. Quais são os resultados da liberdade advinda desses mecanismos naquilo que hoje entendemos como o conceito de pai?

Sócrates Nolasco – Houve um momento em que a paternidade era considerada uma questão de fé. Isso acabou. A ciência é quem regula esta dimensão. Testes de paternidade, prova de DNA, tiraram do anonimato qualquer homem que deseje escapar da paternidade.

Hoje, quem for homem, branco e heterossexual corre o risco de ser visto como resquício de algum patriarca desavisado. Todavia a hegemonia de poder no Ocidente cresce e se fortalece exatamente sobre estes pilares. O crescimento dos movimentos de direita no mundo é expressão disso.

Cabe uma pergunta: será que todos os movimentos de emancipação e busca de liberdades individuais contribuíram para que se consolidasse no Ocidente um muro protetor para qualquer tipo de fundamentalismo? Parece não. As mulheres mudaram seu papel social, colocando os homens inicialmente como seus “inimigos”. Contu-

do, o projeto de emancipação das minorias no mundo não foi projetado pensando-se em um outro mundo. As mulheres passaram a reivindicar os mesmos direitos que os homens, os de diferentes etnias, os que pertenciam aos brancos e os homossexuais, considerados exclusivamente dos heterossexuais. O que não pensaram foi que, acoplado a estas reivindicações, estaria o mundo que conferia ao homem, branco e heterossexual, esses benefícios. O presidente dos Estados Unidos foi eleito em um país politicamente correto, berço dos *beatniks*.⁵¹ A liberdade hoje está restrita à ascensão ao poder, e não à sua transformação. Sai vencedor um poder centralizador, autoritário e sem pessoalidade. Portanto, a partir dos anos 1960, os movimentos sociais cresceram na oposição a um “pai opressor” e optaram por adotar um padrinho que lhes ensinaria como tomar o lugar deste “pai”.

⁵¹ Beatnik: movimento iniciado em São Francisco em meados da década de 1950, provocando grandes alterações nas consciências das pessoas e culminando com uma grande vitalidade cultural que desembocou no movimento hippie do final dos anos 1960. (Nota da *IHU On-Line*)

“A paternidade é uma definição cultural”

Entrevista com Carla Almeida

Carla Cristina Lima de Almeida é mestre em Sociologia e Antropologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e doutora em Ciências Sociais, pela Universidade de Campinas (Unicamp), com a tese intitulada Fechando com Chave de Ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares.

Na entrevista que concedeu à IHU On-Line, publicada na edição 150, de 15 de agosto de 2005, Carla Cristina fala sobre o problema da definição biológica e social da paternidade e da maternidade em nossa cultura e sobre o modo de agir dos casais que se encontravam em divergências de interesses quanto ao projeto de ter filhos.

IHU On-Line – Quais são as principais conclusões da sua tese *Fechando com Chave de Ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares*?

Carla Almeida – O encontro com a história de um casal me fez deparar com o cerne de meu trabalho. O parceiro adotava o preservativo como método preventivo, o que despertou meu interesse dada a baixa adesão desse dispositivo entre homens. O casal engravidou. Ela, grávida do quinto filho, numa situação econômica precaríssima, não era, contudo, o exemplo de uma pessoa sem informações ou acesso a tecnologias de anticoncepção. O que a levava a engravidar? Mais do que conhecer quais as práticas para evitar filhos que o

casal efetivava, eu queria entender os sentidos dos filhos na dinâmica desta família. Logo percebi que tais significados estavam ligados a expectativas não apenas do casal, mas de suas redes familiares. Eu tinha, porém, de lidar ainda com opiniões correntes a respeito do aumento das famílias pobres e das implicações sociais deste fato. É difícil não se comover com situações tão complexas que envolvem a reprodução nas classes empobrecidas e que nos levam a indagar, de modo justo, sobre a falta de informação e métodos eficazes para prevenção de gravidez que deveriam ser promovidos pelos programas sociais. No entanto, a questão que se apresenta, a meu ver, é: estas gestações – aos nossos olhos impraticáveis, inconcebíveis, inoportunas, improváveis, ou qualquer outro adjetivo semelhante que se queira dar – são indesejáveis? À tese da “ausência” de anticoncepção entre os pobres, pude contrapor os achados de alguns historiadores como McLaren⁵² e Flandrin,⁵³ os quais revelam que práticas de evitar filhos sempre existiram e envolviam diversos expedientes próprios do contexto particular de cada época. E especialmente as mulheres das classes trabalhadoras sempre utilizaram mecanismos para limitar o nascimento dos filhos. O fenômeno da redução do tamanho da família parece ter sido mais drástico entre as classes superiores, não tanto porque os pobres não fossem numerosos, mas porque, para as elites, o controle dos nascimentos implicou uma remodelação da ideologia familiar.

⁵² Peter MacLaren: canadense radicado nos Estados Unidos, Ph.D. em Educação, avalia que os norte-americanos domesticaram o discurso freiriano, falando ainda da necessidade de abolição da branquidade. Para ele, foi o capitalismo que gerou o racismo. No Brasil, seus últimos livros publicados são: **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação** (Artes Médicas, 1997) e **Multiculturalismo Revolucionário** (Artes Médicas, 1999). (Nota da IHU On-Line)

⁵³ Autor do livro *História da alimentação* (São Paulo: Estação Liberdade, 1998), ao lado de Massimo Montanari. (Nota da IHU On-Line)

A influência da rede de relacionamentos na anticoncepção

Assim, ainda que não se possa generalizar, as histórias que acompanhei mostram que experiências de pessoas próximas da rede de relacionamentos são modelares quando se trata de aderir a um método de anticoncepção. Amigos, vizinhos e familiares opinam, favorecem, desfavorecem as decisões e atitudes a serem tomadas. A mulher não está sozinha quando tem de evitar filhos. Tampouco se trata de um evento exclusivo ao par conjugal. E este é um problema que os discursos sobre responsabilidade masculina no planejamento familiar têm de enfrentar. Tomar os maridos como personagens centrais e únicos destas práticas é não reconhecer outros agentes que compõem as redes de relacionamentos das mulheres. Além de todos esses elementos que interferem na questão do acesso, divulgação e uso das práticas de planejamento familiar, pude identificar a importância dos significados da paternidade e da maternidade nesse processo. Isso ganhou força na tese em que me vi impelida, prazerosamente, a re-visitatar o problema da definição biológica e social da paternidade e da maternidade em nossa cultura e tive de me debruçar sobre o modo de agir dos casais que se encontravam em divergências de interesses quanto ao projeto de ter filhos. Foi por isso que tomei de empréstimo a fala da mulher citada no início, que me disse eufórica o resultado da ultra-sonografia: “É uma menina! Para fechar com chave de ouro!”. Com essa frase, ela me dava o fio tênue que conduzia as decisões sobre a prática de evitar filhos. Nesse caso, o encerramento da vida reprodutiva do casal era uma opção que se articulava de um modo delicado à trama de seus relacionamentos familiares.

IHU On-Line – Em muitas sociedades, o fator biológico continua preponderante na admissão da paternidade. Entretanto, esse entendimento já não é mais unanimidade. Como isso se apresenta no Brasil?

Carla Almeida – Nas entrevistas com os homens, pude perceber que a paternidade é um evento carregado de significados pessoais. Comparei isso à imagem de um interstício, tal como o momento da mudança na passagem de um dia, uma espécie de linha divisória que tem o efeito de afirmar seus lugares no mundo. Bourdieu⁵⁴ cunhou o conceito de ritos de instituição para exprimir a função social dos ritos de passagem. Para muitos deles, a paternidade exerce uma eficácia simbólica real sobre a representação que o grupo (familiar, amigos e outros) tem a respeito deles, assim como sobre a própria representação que eles possuem de si mesmos. Ser pai agrega valores (honra, maturidade) e expectativas sociais (comportamentos) com relação às quais eles se sentem comprometidos de alguma forma. Ocorre que, em nossa cultura, a definição da paternidade está fortemente relacionada ao ato de engravidar uma mulher. Este é um contexto social e cultural que une funções de gerar crianças e cuidar delas em torno de um único homem. Só para efeito comparativo, na descrição clássica que Malinowski⁵⁵ faz dos costumes dos trobriandeses, por exemplo, a reprodução é dividida entre diferentes pares que desempenham funções específicas – mãe e irmão da mãe (par reprodutivo), mãe e marido (par sexual formativo) e mãe e espírito matrilinear (responsável pela concepção e substância do feto). Uma antropóloga inglesa, Marilyn Strathern⁵⁶ observou que é próprio da cultura euroamericana tomar a reprodução como um fenômeno biológico que articula sexo, concepção e nascimento em

⁵⁴ Pierre Bourdieu (1930-2002): sociólogo francês, interessado no estudo da realidade argelina, tomou como foco de suas pesquisas a sociedade cabilda. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵⁵ Bronislaw Malinowski (1884-1942): antropólogo britânico, de origem polonesa. Tornou-se conhecido pelo estudo intensivo da cultura dos povos das ilhas Trobriand, no sudeste do Pacífico (Melanésia), e pelas suas contribuições às teorias da cultura humana. Esforçou-se por ligar os mitos aos fatos socioculturais. Malinowski lecionou na universidade de Londres durante muitos anos e na universidade de Yale de 1939 até sua morte. Escreveu *Argonautas do Pacífico Ocidental, A vida sexual de selvagens do noroeste da Melanésia e Jardins de coral e sua magia*. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵⁶ Marilyn Strathern: titular da cátedra William Wyse de Antropologia Social da Universidade de Cambridge (Inglaterra), *mistress* de Girton College e ex-presidente da European Association of Social Anthropologists. Seus aportes à etnologia melanésia, aos estudos das relações de gênero, à teoria da troca e do parentesco e à antropologia da modernidade tardia fizeram escola e criaram polêmica. Marilyn Strathern, principal responsável pela renovação, a partir dos anos 1980, do programa teórico da antro-

torno de um único par relacional: o par marido e mulher. De tal modo que este modelo confunde relações biológicas e relações sociais, reconhecendo como pai o homem que gerou, e isso tem uma série de implicações jurídicas e sociais.

“Pai não é o que faz, é o que cria”

Olhando para os homens e casais que entrevistei, precisei indagar sobre como eles vivenciavam esses modelos sociais e culturais na sua experiência de paternidade. E pude concluir que a “obsessão” com a paternidade social e biológica emerge de modo muito variado e em diferentes circunstâncias para eles. Em muitos casos, até no nascimento do filho consanguíneo, meus entrevistados se veem como pais de filhos que eles não geraram. A entrada em cena de filhos gerados nas uniões que passaram a contrair tende a acionar um tipo de compreensão da paternidade que confunde relações biológicas e sociais. O mais interessante é ver como cada membro da família elabora seus sentidos sobre o tema. Observei que muitas crianças envolvidas em relacionamentos com padrastos não parecem interessadas em reivindicar o genitor. Para eles, tanto faz se esse pai que gerou “assume” ou não sua paternidade, importa o relacionamento com o marido atual da mãe, este sim o “pai”. É preciso dizer que estou tratando de casos cujas famílias são compostas por crianças bem pequenas. Nesses casos, parece valer a máxima: “pai não é o que faz, é o que cria”. O problema surge quando se espera que estes lugares sejam ocupados por um único homem. As disjunções no vínculo entre parentesco e reprodução, que podem emergir no curso das experiências de vida, são percebidas como necessitando de reparos. É isso que está na base dos conflitos nos relacionamentos entre pais e enteados e em tantas outras formas de exercício da parentalidade que escapam a este modelo. É nesse sentido que é problemático trabalhar com o modelo euroamericano de Strathern. Ele não dá conta do modo como as pessoas podem efetivar concepções tão díspares,

como a que confunde pai e genitor e a que separa paternidade de geração numa mesma experiência. Todos esses arranjos, conflitos e rearranjos desencadeados nos casos que analisei ajudam a mostrar que a relação entre gerar e ser pai não é fixa e pode articular significações distintas para homens e mulheres dependendo das circunstâncias.

***IHU On-Line* – A forma de encarar a paternidade mudou ao longo da história da humanidade. Hoje, levando em consideração a conjuntura social, em permanente mutação, como entende o conceito de pai?**

Carla Almeida – O modelo do pai provedor está cada vez mais abalado, embora não possa ser descartado de todo. É em torno dele que muitas das tensões e conflitos sociais, institucionais e pessoais podem ter explicação. Entretanto, cada vez mais, o pai deixa de ser visto como a figura econômica exclusiva e passa a ser reconhecido como instância afetiva e educacional com os filhos. O conceito de pai é, assim, cultural e estabelecido no jogo das relações sociais de cada época e lugar.

***IHU On-Line* – Antropologicamente, o conceito de pai apresenta diversas angulações. A senhora acredita que a sociedade moderna tem outro olhar sobre a questão do que antes da revolução feminina?**

Carla Almeida – O feminismo foi fundamental para a reivindicação de novas formas de sociabilidade para mulheres e crianças. Isso repercutiu, sem dúvida, para a transformação das expectativas com relação ao desempenho masculino em diversas áreas. Entretanto, o feminismo emerge num contexto em que outras mudanças também aconteciam, como as econômicas e políticas. A sociedade deixou de oferecer determinados lugares para os homens – penso aqui no problema do emprego –, e, ao mesmo tempo, criou outros. As instituições – escola, família – também passaram por mudanças, de modo que o feminismo é parte fundamental de uma dinâmica que envolveu diferentes setores e atores sociais.

pologia britânica, é dona de um estilo analítico denso e original, em que as tradições antropológicas britânica e americana se fundem em uma síntese crítica catalisada pelo contradiscurso feminista. (Nota da *IHU On-Line*)

IHU On-Line – Qual é o papel do homem na decisão da reprodução humana? O que isso implica?

Carla Almeida – Na perspectiva advogada nas Conferências Internacionais de Cairo e Beijing, a participação masculina é valorizada como uma forma de divisão de responsabilidades reprodutivas. Estudos no campo da saúde pública têm enfatizado os ganhos em termos de saúde reprodutiva e sexual para as mulheres e também para os homens, quando os parceiros são envolvidos nas decisões e práticas reprodutivas. A questão, porém, torna-se complexa quando passamos a analisar as experiências cotidianas. Percebi que, em diferentes contextos, as mulheres podem reivindicar e, ao mesmo tempo, rejeitar a presença dos maridos em decisões reprodutivas. Elas sentem o peso de terem de arcar sozinhas com a atribuição de realizar a anticoncepção, principalmente quando estão em jogo problemas de saúde e condições de vida. Todavia, se situações como estas, por um lado, acionam queixas e discursos em prol da participação dos homens, por outro, o ônus da anticoncepção pode vir a ser utilizado de modo favorável. Encontrei casos em que práticas de contracepção à revelia dos parceiros acarretavam margens significativas de poder nos relacionamentos conjugais. É claro que não estou falando de situações em que ocorre violência doméstica ou há impedimentos muito concretos para a ação das mulheres.

Mulheres dispõem de lugar dominante no evento reprodutivo

Do ponto de vista da posição de homens e mulheres no evento reprodutivo, as mulheres dispõem de um lugar dominante, já que, na condição de vivenciarem primeiramente os sinais da concepção, podem decidir sobre manter ou interromper a gravidez. São elas também que, em muitos casos, efetivam a anticoncepção, favorecendo margens de manobra para garantirem a procriação em momentos de indecisão ou reprovação dos parceiros. A condução desse processo, ainda que considerada por eles como algo que deva ser

mesmo do campo feminino, acarreta um poder às mulheres que eles percebem como inerente ao lugar que elas ocupam biologicamente na reprodução. Termos usados por eles para descrever as práticas de anticoncepção evidenciam como se percebem nesse lugar: elas fazem, tomam; eles veem se estão usando algum método, perguntam, lembram, ou seja, circundam as experiências. Diante disso, eles terminam por dimensionar atitudes no intuito de adquirir algum controle que, mesmo limitado, venha a garantir a eles recursos de poder junto às parceiras. Isso é bem precário porque está submetido ao modo como as parceiras constroem suas ações. Há preocupações – elas podem esconder a cartela, simular o consumo de comprimidos ou dizer que estão fora do período fértil – que se traduzem na ideia de que elas podem “manobrar”. Por outro lado, a percepção de que a anticoncepção é uma prerrogativa feminina não impede que muitos casais articulem experiências compartilhadas no plano das decisões, da busca de recursos e do uso efetivo de tecnologias de prevenção masculinas. Isso é para mostrar de que modo o debate da participação masculina na reprodução é vivido de modo ambíguo pelas pessoas envolvidas e atravessado pelos contextos sociais e culturais, particularmente, pelo modo como experimentamos as relações de gênero.

IHU On-Line – Os métodos contraceptivos e o trabalho longe de casa ofereceram à mulher uma independência antes inexistente nos parâmetros de sociedade patriarcal. Quais as perspectivas de que isso continue a modificar as sociedades e o mundo masculino?

Carla Almeida – As transformações no comportamento das mulheres foram importantes para a dinâmica da família e para o trabalho. Entretanto, tais mudanças são parte de um conjunto de alterações sociais e culturais. Por outro lado, é importante sinalizar que as chamadas conquistas femininas não estão livres de tensões, conflitos e ambiguidades. Basta ver o dilema das mulheres contemporâneas para conciliar maternidade e trabalho. Não se trata de uma linha reta, culminando com novas formas de sociabilidade necessaria-

mente melhores que as anteriores. O caso do modelo patriarcal é um bom exemplo. Se este foi um modo dominante na grande maioria das sociedades, em cada uma delas ganhou contornos particulares. Além disso, o modelo patriarcal não foi o único a ordenar os relacionamentos familiares na sociedade brasileira, convivendo com formas alternativas, ainda que subalternas, de interações entre homens, mulheres e crianças. É nesse panorama social rico e complexo que as mudanças vão sendo gestadas.

IHU On-Line – Podemos afirmar que a paternidade é uma função que não é ligada, necessariamente, à sexualidade? Qual a explicação possível através dos olhares das diferentes áreas que estudou (ciências sociais, sociologia, antropologia e saúde pública)?

Carla Almeida – Esta é uma questão cada vez mais patente com as novas tecnologias reprodutivas. A possibilidade hoje de desarticular as diferentes etapas do processo reprodutivo – fecundação, gestação e nascimento – coloca no centro do debate o problema da definição dos termos da relação com o bebê. Quem é o pai? Quem é a mãe? A polêmica do “nascimento virgem”, como ficou conhecida na Grã-Bretanha a situação de mulheres que queriam filhos, mas não queriam relações sexuais, ilustra bem essa disjunção entre paternidade e sexualidade. Isso vem corroborar a ideia de que a paternidade é, antes de tudo, uma definição cultural. Se isso acarreta mudanças para a interpretação teórica em diversas áreas, basta pensar no problema do parentesco para a Antropologia, que implica enormes desafios nas práticas institucionais, jurídicas e éticas.

“Nenhuma mulher está a salvo em uma sociedade patriarcal e misógina”

Entrevista com Montserrat Sagot

Montserrat Sagot é doutora em Sociologia e especializada em Sociologia de Gênero, pela American University, de Washington/Estados Unidos. Atualmente, Sagot é professora na Universidad de Costa Rica. É autora de uma grande variedade de publicações e pesquisas relacionadas ao gênero, à violência contra as mulheres, aos direitos das adolescentes, entre outros. Confira uma entrevista concedida pela professora para o site das **Notícias do Dia** do site do IHU (www.unisinos.br/ihu), em 25 de novembro de 2006, ocasião em que esteve na Unisinos, participando do Seminário Violência Intrafamiliar e de Gênero, que aconteceu entre os dias 23 e 24 de novembro de 2006.

“Mesmo que nas últimas décadas tenha ocorrido um aumento na consciência social sobre a problemática e em quase todos os países da América Latina se tenham implementado programas, leis e políticas, a forma mais comum de uma mulher lidar com a violência é mantê-la na intimidade ou recorrer a pessoas próximas ou familiares.” A lamentável constatação é da socióloga costarriquenha Montserrat Sagot, em entrevista concedida à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008. Ela explica também o conceito de “rota crítica”, que é “um processo que se constrói a partir da sequência das decisões e ações executadas pelas mulheres afetadas pela violência e as respostas encontradas em sua busca de soluções”.

IHU On-Line – Quais são os principais tipos de violência sofrida pela mulher contemporânea e como ela lida com essas diferentes formas de agressão?

Montserrat Sagot – A violência contra as mulheres possui uma grande diversidade de formas na sociedade contemporânea. Algumas delas são a violência física, a sexual e a psicológica. Mas a forma mais extrema de violência contra as mulheres é o femicídio ou o assassinato misógino. Geralmente, estas formas de violência adquirem o formato de uma espiral. Ou seja, uma mulher que sofre violência cotidianamente em geral experimenta todas as formas de violência e corre o risco de que ela aumente. Há uma relação, também, entre ter sofrido violência na infância e sofrer violência na vida adulta. Uma mulher que foi maltratada quando menina tem três vezes mais probabilidade de sofrer violência na vida adulta do que uma que não sofreu. Mesmo que nas últimas décadas tenha ocorrido um aumento na consciência social sobre a problemática e em quase todos os países da América Latina tenham sido implementados programas, leis e políticas, a forma mais comum de uma mulher lidar com a violência é mantê-la na intimidade ou recorrer a pessoas próximas ou familiares. Ou seja, ainda é uma minoria de mulheres que recorre a algum dos serviços existentes ou denuncia a violência sofrida. As mulheres que mais tendem a denunciar publicamente são aquelas que sofreram violência por parte de um homem com o qual não mantinham uma relação próxima.

IHU On-Line – A senhora conhece bem a realidade da violência contra as mulheres na América Central e na América do Sul. Qual é a especificidade da região nesse tema? A violência sofre diferença de um continente para outro?

Montserrat Sagot – Dadas as condições de grande desigualdade na América Central, a violência contra as mulheres começa a adquirir dimensões realmente alarmantes. Em todos os países, mas principalmente na Guatemala, Honduras e El Salvador, os índices de violência contra as mulheres são dos mais altos do mundo. Só na Guatemala se cometem mais de 700 feminicídios por ano e a forma como as mulheres são assassinadas denota altos níveis de ódio e de sadismo. Nas sociedades com uma história de violência social e política e onde existem grandes desigualdades, como é o caso de muitos dos países da América Central, a violência contra as mulheres também adquire maiores níveis e características mais dramáticas do que em outros países.

IHU On-Line – O que podemos considerar como “rotas críticas” no caso das mulheres enfrentando as violências?

Montserrat Sagot – A rota crítica é um processo que se constrói a partir da sequência das decisões e ações executadas pelas mulheres afetadas pela violência e as respostas encontradas em sua busca de soluções. Este é um processo interativo constituído tanto pelos elementos relacionados com as mulheres afetadas e as ações empreendidas por estas quanto pela resposta social encontrada, o que, por sua vez, se converte em um elemento determinante da rota crítica. O início da rota crítica pode ser considerado como o “romper o silêncio”. Ou seja, as mulheres iniciam sua rota crítica quando decidem revelar sua situação de violência a uma pessoa fora de seu âmbito doméstico ou familiar imediato, como uma tentativa de buscar soluções. Com este conceito se parte do suposto de que existe uma série de fatores que impulsionam ou inibem uma mulher a buscar ajuda, entre eles a informação e o conhecimento que possui, suas percepções e atitudes, os recursos disponíveis, sua experiência prévia, a valorização da situação, e os apoios e obstáculos encontrados. Nesse sentido, a rota crítica envolve as decisões e ações empreendidas pelas mulheres e as respostas encontradas tanto em seu âmbito familiar quanto institucional. No âmbito institucional, os fatores de resposta estão associados ao acesso, disponibilidade e quali-

dade dos serviços, os quais estão determinados tanto por fatores estruturais e normativos quanto pelas representações sociais, atitudes da comunidade em geral e dos prestadores de serviços.

IHU On-Line – Educação e condição econômica favorável são fatores que inibem ou impedem a violência contra a mulher?

Montserrat Sagot – Não se tem conseguido estabelecer uma relação causa-efeito entre esses fatores e a violência contra as mulheres. Os resultados das pesquisas a nível mundial não permitem chegar a conclusões definitivas sobre os efeitos da educação e as condições econômicas. Em alguns países, uma melhor condição econômica e educativa parece pôr ainda mais as mulheres em risco frente à violência. Em outros, esses fatores ajudam a sair da violência. Dadas essas situações, a conclusão a que se chega é a de que a violência ocorre independentemente das condições econômicas e educativas, e que, ainda que essa violência possa adquirir características diferentes segundo o nível educativo, a etnia, a região geográfica, a classe social etc., nenhuma mulher está a salvo em uma sociedade patriarcal e misógina.

IHU On-Line – Quais são os principais danos psicológicos de uma mulher que sofre violência?

Montserrat Sagot – Como resultado da violência, frequentemente, as mulheres maltratadas sofrem dores de cabeça de forma crônica, transtornos sexuais, depressões, fobias e medos. A principal consequência é uma baixa autoestima que não lhes permite buscar ajuda para sair da situação.

IHU On-Line – Nos países que a senhora pesquisou, o Estado apoia as mulheres vítimas de violência? Percebe-se alguma evolução, nesse sentido, na última década, na América Latina?

Montserrat Sagot – Em todos os países da América Latina, se aprecia um avanço considerável na atenção da violência contra as mulheres em relação com o realizado há 15 ou 20 anos. A violência contra as mulheres deixou de ser considerada um assunto privado para passar a ser entendida como

um problema público, sobre o qual os estados devem assumir responsabilidade. Por isso, se tem desenvolvido uma grande quantidade de programas e políticas, tanto setoriais quanto gerais, para enfrentar a violência. Isso representa uma conquista do movimento de mulheres que conseguiu colocar a problemática no debate público e tirá-lo do âmbito do secreto. No entanto, apesar dos avanços, em nenhum país, os estados são capazes de garantir às mulheres uma vida livre de violência e de prevenir a impunidade.

***IHU On-Line* – Como entender o comportamento violento? Ainda vivemos em uma cultura da violência, difundida até dentro das famílias?**

Montserrat Sagot – O comportamento violento é resultado de uma sociedade construída sobre hierarquias sociais, onde se ensina às pessoas que se encontram nos lugares mais altos da hierarquia a controlar e a dominar os que são considerados mais fracos ou até inferiores. A violência é uma das formas mais estendidas para o exercício desse controle e domínio. Na medida em que continuarem existindo as hierarquias sociais, baseadas no gênero, na etnia, na idade, na classe social etc., será muito difícil construir uma sociedade na qual se estabeleçam relações igualitárias e não violentas.

***IHU On-Line* – A senhora já trabalhou em uma ONG que atendia mulheres maltratadas. O que aprendeu de mais marcante com essa experiência?**

Montserrat Sagot – Essa foi uma das experiências mais enriquecedoras de minha vida. Nos grupos de apoio para mulheres maltratadas, aprendi

sobre solidariedade entre mulheres, sobre fortalezas e sobre a capacidade do ser humano, neste caso das mulheres, para resistir à violência e à opressão, inclusive sob as piores circunstâncias. Também aprendi como muitas mulheres são capazes de manter a esperança de uma vida melhor, ainda que tudo a seu redor lhes diz que devem conformar-se e aceitar a violência como um destino inevitável.

***IHU On-Line* – Quais são os passos mais importantes para evitar o femicídio em nossas sociedades? Por que a mulher corre mais perigo de morte ao lado de homens próximos a ela do que de estranhos?**

Montserrat Sagot – A melhor forma de prevenir o femicídio é aceitar a ideia de que para as mulheres o lar é o lugar mais perigoso e a família o grupo social mais violento. É preciso ajudar as mulheres a romper com os mitos de que correm maior perigo diante de estranhos e de que os lugares mais perigosos são as ruas ou os espaços fora de suas casas. A maioria dos atos de violência contra as mulheres, assim como os femicídios, são cometidos dentro das quatro paredes do lar e os principais perpetradores são homens próximos. Por isso, tanto as políticas públicas quanto os programas para prevenir e enfrentar a violência devem partir da premissa de que, para as mulheres, quanto mais próximo, mais perigoso. Isso ajudará as mulheres e suas famílias a estarem preparadas e servirá como um instrumento à polícia e aos operadores de justiça para que compreendam o perigo de morte real que enfrentam as mulheres quando convivem ou têm relações próximas com um agressor.

“A mulher mais pobre é a que mais denuncia a violência”

Entrevista com Yara Stockmanns

Yara Regina Stockmanns é coordenadora do Centro Jacobina de Atendimento e Apoio à Mulher da Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Artista plástica, ela também atua como promotora legal popular e faz parte do Comitê Regional de Educação em Direitos Humanos do Vale dos Sinos.

*Na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008, Yara fala sobre o trabalho do Centro Jacobina e sobre a situação da violência contra a mulher em São Leopoldo e região. Ela constata que, “para muitas mulheres que decidem romper o ciclo da violência, o caminho é difícil, por isso muitas vezes se sentem sozinhas e impotentes”. Constata também que, “por mais que a igualdade constitucional seja uma realidade jurídica, a discriminação de gênero continua presente no cotidiano feminino”.*

IHU On-Line – São Leopoldo é uma das cidades mais violentas do Rio Grande do Sul. Como isso aparece aplicado à violência contra a mulher?

Yara Stockmanns – Os índices de violência contra a mulher no município são uma questão de saúde pública, além de uma violação dos direitos humanos. A violência contra a mulher aparece nos números de atendimentos realizados no Centro Jacobina. No apoio à mulher, desde sua inauguração, em 19 de outubro de 2006, até hoje, o Centro realizou 628 novos atendimentos. A Prefeitura Municipal de São Leopoldo vem construindo políticas públicas que objetivem a melhora das condições de vida das mulheres, sendo estas extremamente necessárias para o fim da violência contra a mulher.

IHU On-Line – Qual é o tipo de violência mais comum e qual o perfil da mulher agredida?

Yara Stockmanns – As mulheres sofrem todos os tipos de violência, mas a mais comum é a violência física associada com a psicológica, seguida pela ameaça. Para muitas mulheres que decidem romper o ciclo da violência o caminho é difícil, por isso muitas vezes se sentem sozinhas e impotentes. O perfil da mulher vítima de violência aparece em todas as classes sociais e todas as faixas etárias. Entretanto, a mulher mais pobre é a que mais denuncia.

IHU On-Line – Qual é a sua opinião, de forma geral, sobre a importância da Lei Maria da Penha?

Yara Stockmanns – Sancionada em 07 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340/06, Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Como uma legislação específica que trata das mulheres em situação de violência, a Lei Maria da Penha é uma ação afirmativa e sua finalidade é acelerar o processo de igualdade entre mulheres e homens, o que se dá a partir do reconhecimento das desigualdades historicamente construídas em nossa sociedade. Essa Lei estabelece uma nova perspectiva para as mulheres brasileiras no enfrentamento da violência doméstica e familiar, especialmente ao reconhecer que todas elas, independentemente de suas muitas especificidades e diversidades, gozam de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Vem para tornar “visível” o que era “invisível” para a sociedade, que é a violência doméstica e familiar.

IHU On-Line – Como tem sido a aplicação da Lei Maria da Penha em São Leopoldo? Quais são os casos que são importantes destacar?

Yara Stockmanns – Em relação à aplicação da Lei Maria da Penha em São Leopoldo, percebe-se que resta muito a ser feito para que se possa passar do discurso legal à prática social, e não somente no que se refere às reformas na legislação, mas no que diz respeito à própria mudança de mentalidade de homens e mulheres. Por mais que a igualdade constitucional seja uma realidade jurídica, a discriminação de gênero continua presente no cotidiano feminino. É preciso que todos aqueles que têm compromisso com a superação da violência contra a mulher exerçam os papéis de fiscalizadores de nossas instituições e garantidores de sua aplicação.

IHU On-Line – Como é o trabalho de acolhimento e apoio às mulheres agredidas? Em que estado psicológico elas costumam chegar ao Centro Jacobina?

Yara Stockmanns – O Centro Jacobina realiza suas intervenções a partir de uma visão integral de atendimento, visando à ruptura da situação de violência e a construção de ações de cidadania. A abordagem no enfrentamento à violência contra a mulher propõe um acolhimento humanizado, construído essencialmente através de uma escuta qualificada, objetivando criar um canal de diálogo com a mulher para informá-la e preveni-la sobre seus direitos por meio de políticas públicas. A mulher vítima de violência doméstica tem seu tempo para romper o silêncio e normalmente quando busca ajuda se encontra sob forte pressão emocional, fragilizada, muitas vezes sofre depressão profunda, experimenta abalos definitivos na sua auto-estima e desenvolve um sentimento de desesperança em relação às possibilidades de conseguir escapar do seu agressor.

IHU On-Line – Como as famílias das mulheres vítimas de violência reagem? Em que sentido a violência contra a mulher abala a estrutura familiar?

Yara Stockmanns – Muitos preconceitos ainda permeiam a violência contra a mulher, tornando mais difícil que as mulheres se reconheçam vítimas desses crimes e os denunciem. Muitas delas sofrem pressões familiares, religiosas e sociais para manter o relacionamento e se sentem responsáveis pela preservação da unidade familiar e outras contam com o apoio familiar ou a rede de relacionamentos, como amigos e pessoas próximas a ela. A violência contra a mulher muitas vezes deixa marcas visíveis no corpo. Em outras situações, as marcas são subjetivas, sendo possível identificá-las em relação não somente à vítima, mas sobre seus filhos, sobre todo o núcleo familiar, promovendo sofrimentos e desajustes psicológicos, além de perpetuar comportamentos agressivos. Portanto, prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher é um compromisso para toda a sociedade.

IHU On-Line – Como você descreve a relação das mulheres agredidas umas com as outras? A relação é de solidariedade? Como se dá esse contato dentro do Centro Jacobina?

Yara Stockmanns – A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e muito mais frequente do que se imagina. A mulher que é vítima de violência quando em contato com outra mulher vítima sente que não está sozinha na busca de ajuda especializada e normalmente são solidárias, pois se colocam no lugar da outra. No Centro Jacobina, são realizados encontros com grupos de mulheres capazes de se reconhecer em sua singularidade e que estão exercendo uma ação interativa com objetivos compartilhados de reflexão. Promove, assim, o empoderamento da mulher, bem como a troca de experiências e informações que garantam a transformação de seus horizontes.

“A violência está em todos os cantos e é em todos os lugares e esferas da vida social que ela deve ser combatida”

Entrevista com Lilia Schraiber

Lilia Schraiber possui graduação em Medicina e mestrado e doutorado em Medicina Preventiva, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora da USP e membro da Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, que tem a USP como instituição responsável.

*“A ideação suicida e a tentativa de suicídio são constantemente associadas ao sofrer a violência. O efeito psicológico é muito grave”, afirma a médica e professora da USP Lilia Schraiber, na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008. Ela fala sobre o problema da violência contra as mulheres sob o viés da medicina preventiva e traz a dificuldade e a falta de preparo psicológico dos profissionais da área da saúde, principalmente os médicos, em tratar pacientes vítimas de violência.*

IHU On-Line – Qual é a sua percepção sobre a violência contra a mulher na sociedade contemporânea? E quais são as origens e motivações dos atos violentos cometidos contra a mulher em pleno século XXI?

Lilia Schraiber – É interessante o fato de você datar, falar “hoje”, marcando a diferença de outras épocas. O que se vê, de forma crescente, é o progressivo interesse nesse tema. Principalmente o que muda hoje em relação a períodos anteriores é a importância que vem adquirindo esse zelo pelos direitos humanos e direitos das mulheres. Apesar de estarmos nessa sociedade do século XXI, ainda temos dificuldades de manter a pauta dos direitos e fazê-la com que seja cumprida. Especificamente em relação às mulheres, a questão da violência se expressa muito como uma questão de desigualdade de gênero. É o resultado de conflitos, na grande maioria das vezes, entre a mulher e seu parceiro íntimo, seja no casamento formal ou no namoro. As relações afetivo-sexuais se encontram em conflito pelas mudanças que, nos últimos anos, tem transformado a identidade social de homens e mulheres. Estamos em um período de muita mudança (e mudança rápida), tanto da introdução da mulher no mercado de trabalho, de forma mais aberta, mais frequente, quanto da nova relação que é preciso ter entre esse mundo do trabalho e a esfera doméstica, tradicionalmente ocupada pela mulher. Todas essas transformações, que são econômicas e têm profundos impactos culturais, tensionam muito as identidades culturalmente tradicionais. Essa tensão é o que especificamente gera a violência contra a mulher adulta. O fato é que não há dúvida de que estamos em uma época de transição. O tema está sendo debatido, e as pesquisas e os grupos de intervenção têm aumentado muito. Acredito que podemos ter esperança no sentido de que estamos participando de um momento de melhoria da realização dos direitos.

IHU On-Line – Como os profissionais da medicina preventiva podem ajudar na compreensão e no combate à violência contra a mulher?

Lilia Schraiber – A medicina preventiva, sobretudo a brasileira, tem discutido e levantado a bandeira da integralidade em saúde, o que não é uma novidade, pois ela vem praticamente com a criação do campo da saúde coletiva. A relação dos

profissionais com a produção científica, mas também com o compromisso social de responder aos movimentos sociais em busca de melhores condições de vida, e em busca da realização dos direitos das mulheres e dos direitos humanos, são aspectos que sempre estiveram presentes na formulação e no desenvolvimento do campo da medicina preventiva. O importante é tentar fazer um movimento contracultural, pois nossa cultura é das desigualdades, no sentido de combatê-las.

IHU On-Line – Qual tipo de violência mais abala psicologicamente uma mulher?

Lilia Schraiber – É muito difícil de discriminar. A violência mais presente e mais difícil de ser estudada é aquela que chamamos de psicológica. Ela se constitui pelas ameaças, pelas restrições de liberdade, pela destruição de coisas queridas positivamente, como matar ou agredir animais de estimação, ou usar as crianças para fazer chantagens no sentido de obter certos comportamentos das mulheres. A violência física está mais ligada às agressões ao corpo físico, e a violência sexual está muito ligada ao sexo forçado e a práticas sexuais humilhantes e degradantes. Acontece que essas formas de violência existem, quase sempre, de forma conjugada. A violência psicológica é aquela que acontece mais isoladamente. As demais (física e sexual) estão bastante superpostas. Uma parte ponderável da violência psicológica também é superposta às demais, e geralmente são os aspectos mais graves da psicológica, como as ameaças efetivas, restrições de liberdade, cárcere privado etc. Então, dizer qual delas tem a maior repercussão psicológica é bastante complicado já que elas interagem muito entre si. E as falas das mulheres também apresentam uma diversidade nessa direção. Por exemplo, quando perguntadas sobre o que é violência para elas, a grande maioria responde que é a violência sexual por estranhos (estupro) ou a violência sexual por parte do parceiro. A noção de violência, que é uma percepção bastante grave e traz repercussões psicológicas, está bastante associada ao tipo sexual. Por outro lado, quando se faz grupos e se discute em entrevistas com as pessoas, elas também alegam que certos tipos de violência psicológica, como

humilhação constante em público e a desqualificação perante os outros, permanentemente, são mais impactantes do que o tapa. Então, a repercussão psicológica é muito grande e eu creio que esteja associada a essas duas pontas: a violência sexual e a psicológica, quando ela é reiterada e desqualificante. Precisamos cuidar, pois chamamos tudo de violência, mas são situações muito diferentes entre si. Temos aquele caso de episódio único, mas muito marcante para a pessoa, que é o caso do estupro. Mas temos também o caso da humilhação, que aparentemente não teria muita importância, mas, como ele é repetitivo, reiterado, prolongado, constante, também traz grandes repercussões psicológicas. A ideação suicida e a tentativa de suicídio são constantemente associadas ao sofrer a violência. O efeito psicológico é muito grave.

IHU On-Line – O que deve fazer parte do preparo psicológico de um profissional da medicina que atende uma mulher vítima de abuso sexual?

Lilia Schraiber – Temos verificado que, embora os profissionais da medicina sejam “adestrados” para lidar com muito sofrimento, quando se deparam com um caso de violência, pela grande sensibilidade desse tema, que traz questões muito próprias da vida privada e íntima, aparentemente, eles têm mais dificuldades de fazer a escuta e tomar decisões. A escuta precisa ser aprimorada, e a perspectiva do que fazer ser melhor definida. A grande reclamação, sobretudo dos médicos, quando estão diante de casos de violência, é que a escuta sistemática de situações delicadas também lhes causa desconforto psicoemocional. Então, é necessário dar um apoio para eles, que também sentem medo do agressor. Assim como a vítima tem medo, quem escuta a história também desenvolve esse sentimento. Muitas vezes, há um sentimento muito humano, mas que deve ser evitado, que é o da vingança, da revanche, e isso é muito delicado. O que fazer? Tem se discutido bastante que existem ações muito concretas ligadas, por exemplo, a abrigar a mulher em risco de morte, procurar auxílio da justiça, da família, de policiais (pois diante da violência, que é crime, a polícia

precisa agir). No entanto, o profissional da saúde fica mais restrito a uma escuta qualificada e à orientação da mulher, para que ela busque esses outros apoios, inclusive o psicológico para ela mesma.

IHU On-Line – Quais são os impactos da violência na saúde das mulheres?

Lilia Schraiber – A literatura mostra muitos e diferentes impactos, o que causa estranheza para o campo, pois se tem a sensação de que não há muito o que fazer, já que são tantas coisas. Mas os principais impactos são os sofrimentos mentais, como a depressão e a ideação ou tentativa suicida. Esses são os exemplos mais dramáticos e graves do ponto de vista clínico. Entretanto, há também os impactos que estão na esfera física, como o desenvolvimento da síndrome do cólon irritado, o desenvolvimento de anginas, de asma, infecções do trato urinário, doenças sexualmente transmissíveis, e, no caso de gestantes, ocorre o baixo peso de recém-nascidos. Alguns estudos mostram repercussões na saúde das crianças, uma vez que as mães são as principais cuidadoras, e, se elas adoecem e têm dificuldades de cuidar de si, têm dificuldades de cuidar das crianças também. E as crianças que testemunham atos de violência possuem repercussões também em termos de sofrimento mental, que podem se manifestar com agressividade na escola, dificuldade de aprendizado, excesso de timidez, retorno a comportamentos já superados na socialização, como a perda de urina na cama. A literatura mostra diferentes tipos de repercussão da violência na saúde das pessoas.

IHU On-Line – Quais são os principais passos para prevenir a violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico?

Lilia Schraiber – É bastante delicado falar em medidas de prevenção na esfera das relações humanas. Da perspectiva das relações de gênero, a desigualdade das relações mostra uma maior autoridade conferida ao homem e um poder que o homem teria de controlar a mulher ou de exercer atos violentos contra a mulher. Isso é legitimado na sociedade de forma bastante alargada e implica em uma mudança cultural muito grande. Não

há uma medida isolada que eu possa sugerir, como no caso de uma doença, para a qual se pode propor uma vacina. Aqui se trata da necessidade de um movimento contracultural, através de campanhas, para tornar muito visível a violência, assim como a progressiva postura antiviolência de diversas líderes sociais. É preciso que todos se posicionem de forma clara. Não pode haver ambiguidade nessa questão. Os juízes, os professores em todos os níveis de escolarização, e os profissionais da saúde precisam se posicionar com firmeza e seriedade, porque a função pedagógica dessas pessoas é muito grande. A violência está em todos os cantos e é em todos os lugares e esferas da vida social que ela deve ser combatida.

IHU On-Line – Mas não há nada na postura da mulher dentro de casa que possa, nesse sentido, prevenir a violência contra ela?

Lilia Schraiber – Você quer que eu recomende: seja mais ativa e lute? O que se tem indicado muito é o pronto-reconhecimento do problema. Em função de que as mulheres estão nesse movimento cultural, com essa introjeção de um lugar determinado seu, elas, por vezes, não percebem que já estão numa teia de violência em formação. Diz-se, de forma geral, que há uma bola de neve na violência e que ela não necessariamente se inicia, de imediato, com uma tentativa de estrangulamento, uma queimadura ou o uso de uma arma de fogo. Mas que ela vem numa sequência de comportamentos altamente controladores. Depois, aparece a violência psicológica, mais tarde ocorre alguma violência física, e isso vai crescendo. Muitas vezes, se a mulher tem reconhecimento de pronto que ela está entrando numa situação desse tipo, recomenda-se que ela, de imediato, busque apoio e orientação sobre o que fazer. Nesse caso inicial, uma tentativa é negociar, pelo diálogo, com o agressor. Essa é uma questão importante, que pode evitar uma situação mais grave. Mas há situações em que a violência se instala logo de forma mais dramática, como o uso de arma de fogo. E, nesse caso, a atitude mais rápida é buscar a polícia e uma solução mais radical e definitiva.

A desigualdade de gênero como constituinte das ações de violência

Entrevista com Martha Narvaz

Martha Narvaz é especialista na área da violência doméstica, pela USP. Concluiu o mestrado em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2005, tendo defendido a dissertação de mestrado intitulada Submissão e Resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. Atualmente, cursa doutorado em Psicologia na mesma universidade. Desenvolve atividades como psicoterapeuta, como professora e supervisora em Centros de Formação em Psicologia e Psicoterapia Familiar, como pesquisadora e assessora na capacitação da rede de saúde e de educação em projetos comunitários de atendimento e prevenção na área da violência, da sexualidade e das relações de poder e gênero. Militante feminista, atua na ONG Coletivo Feminino Plural de Porto Alegre e coordena o Núcleo de Relações de Gênero do Centro de Estudos Psicológicos de Meninos e Meninas da UFRGS. Coordena a Regional Sul do Observatório da Lei Maria da Penha, e sua trajetória profissional vem-se constituindo a partir do trabalho com famílias, mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e de abuso e de exploração sexual.

*“Sabemos pelas estatísticas que a maioria dos casos de feminicídio ocorre justamente quando as mulheres estão tentando se separar. O sujeito que se acha dono não aceita perder a sua escrava. Então ele vai atrás dela e a mata.” A declaração é da psicóloga e psicoterapeuta Martha Narvaz, na entrevista que concedeu à jornalista Gaziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 24 de abril de 2008, na qual fala também sobre a necessidade de mudar o paradigma cultural de gênero na sociedade brasileira. Ao final da entrevista, a professora Martha constata: “Precisamos desconstruir os estereótipos de gênero”.*

IHU On-Line – Como tem se desenvolvido o projeto de articulação e qualificação das universidades gaúchas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e de todas as formas de violência contra as mulheres? Quais são as universidades participantes?

Martha Narvaz – O projeto vem acontecendo informalmente já alguns anos. Somos várias universidades, vários núcleos de estudos de gênero e várias pesquisadoras que não necessariamente têm núcleos estruturados em suas universidades e institutos, mas que já vêm trabalhando com essa temática há muito tempo. Essas pesquisadoras vêm da UFRGS, da PUCRS, da Faccat, de Taquara, da Ulbra, de Torres, do IPA, da Cátedra de Gênero, da Unisinos, da Universidade de Caxias, e outras universidades que estão se agregando a essa articulação. São pessoas que estavam, de alguma forma, um tanto isoladas em suas universidades e fazendo essas parcerias de forma mais pontual, não institucionalizada, mais informal. Então, a partir desses contatos, nós, do Núcleo de Psicologia e Estudos de Gênero da UFRGS, fizemos um convite chamando essas outras professoras e pesquisadoras para uma reunião, para iniciar essa articulação de forma mais institucionalizada. E essas reuniões têm acontecido quase que semanalmente desde o último dia 8 de março, envolvendo os núcleos de universidades e alguns outros parceiros, como o Grupo Hospitalar Conceição. O projeto tem um pouco mais de um mês, mas tem se desenvolvido. Nosso objetivo é que esses núcleos e essas pesquisadoras possam ter um espaço comum, compartilhado, para desenvolver pesquisas. Também queremos estender essa articulação para além das universidades, com os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, que têm trabalho com essa questão de gênero e da violência

contra as mulheres. Trata-se de uma articulação interdisciplinar, envolvendo profissionais da educação, da psicologia, da antropologia, da enfermagem, do direito. Entendemos que para o enfrentamento de todas as formas de violência seja fundamental a articulação de vários saberes.

IHU On-Line – Como a academia pode contribuir para a redução e o combate da violência contra as mulheres?

Martha Narvaz – É preciso falar de todas as formas de violência, não só da violência física, mas das violências simbólica, psicológica e discriminatória. As mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas e idosas sofrem discriminação, que também é uma forma de violência. É importante contemplar essas questões nos currículos das universidades, nas disciplinas, para que todos possam discutir essas questões. Outras iniciativas são a organização de encontros, seminários, debates nas universidades, no sentido de transversalizar por todos os currículos essas questões. É fundamental oportunizar para nossos alunos e alunas campos e locais de estágio, como, por exemplo, as delegacias da mulher e centros de referência ao atendimento às mulheres, e também poder incluir essas questões da violência nas políticas de trabalho dos estágios da área da saúde, nos postos de saúde, nos programas de saúde da família, no trabalho dos psicólogos com a assistência social etc. A ideia é levar para dentro das universidades essa discussão para que os alunos e alunas possam ter conhecimento, possam ampliar a sua reflexão sobre esses tópicos e, além disso, serem instrumentalizados para estarem atuando contra a violência, senão fica algo desconectado da realidade.

IHU On-Line – Qual é a importância da Lei Maria da Penha? Ela tem concretamente ajudado as mulheres vítimas de violência?

Martha Narvaz – A lei é fundamental porque ela vem dar visibilidade e trazer algumas especificidades novas na questão do enfrentamento da violência contra as mulheres. A lei é nova, tem dois anos apenas, mas existe um observatório que está fazendo um monitoramento da implantação dessa lei, do qual eu faço parte, que é constituído por to-

das as regiões do Brasil. Temos nos reunido e implantado algumas técnicas de investigação exatamente para avaliar o que a sua pergunta pede. Não temos ainda dados estruturados no âmbito nacional para poder realmente avaliar a efetividade da lei. O que se tem são alguns resultados parciais, de algumas regiões. Mas posso dizer que, no Brasil, temos uma legislação extremamente bem feita. Em termos de legislação, somos um país de Primeiro Mundo. No entanto, a efetivação e a concretização da lei passam pelos sujeitos, pelas pessoas. Sabemos que no Brasil ainda temos uma cultura muito sexista, machista, que ainda vê as mulheres vítimas de violência de forma preconceituosa, sem uma abordagem complexa e crítica. Os operadores da lei (advogados, juizes, servidores de delegacias e do ministério público), e todos os equipamentos envolvidos e utilizados, ainda têm uma dificuldade da efetivação da lei em função da cultura brasileira. Na medida em que a cultura ainda é machista, a lei tem resistência para ser integrada. O que acontece é que as pessoas ainda têm a visão de que as mulheres acabam voltando para seus companheiros, que no fundo elas não querem separar, e aí surgem tentativas de mediar o conflito do casal, ou seja, de desvalorizar essa queixa da mulher. O imaginário social tem toda uma visão das mulheres como queixosas, como históricas. Mas, apesar disso, com a Lei Maria da Penha, esses aspectos todos voltaram à discussão, estão na agenda.

IHU On-Line – A desigualdade social e cultural entre homens e mulheres contribui para a prática da violência contra a mulher?

Martha Narvaz – Com certeza. Ela não só contribui como é constituinte das ações de violência. O problema não são as desigualdades. Sabemos que homens e mulheres são diferentes, com algumas especificidades, que não passam só pelo corpo, pela genética, mas por uma gama ampla, complexa de jeitos que foram se construindo historicamente, como a forma de se colocar e perceber o mundo e no jeito de comunicar desejos e expectativas. Porém, é preciso lembrar que essas diferenças são transformadas em desigualdades, mas do ponto de vista de hierarquias, ou seja, o

desigual passa não só a ser diferente. Ele se insere numa divisão entre um superior e um inferior, em uma leitura de hierarquia de gênero. Na hierarquia de gênero, fica pressuposto que existem alguns seres superiores e alguns inferiores. E isso, historicamente, condicionou as mulheres a ficarem no pódio da subordinação. É o que vai legitimar alguns sujeitos a abusar, explorar, oprimir e violar os direitos desses sujeitos ditos inferiores, o que fica muito evidente se pegarmos o escravagismo. Os negros e negras, na medida em que não eram vistos como humanos, podiam ser explorados, abusados, como animais. Essa é a mesma lógica que, de alguma maneira, vai aparecer no racismo e no caso de homens e mulheres no sexismo. Na medida em que se acha que alguns humanos são mais humanos do que outros, esses “menos humanos” podem ser oprimidos, e aí está a origem da violência. Cabe destacar que no âmbito da violência doméstica, conjugal, que se dá entre parceiros afetivos, o sujeito (em geral o sujeito masculino) se considera dono, proprietário da sua companheira, mulher, esposa ou namorada. Quando os “sujeitos coisificados”, que no caso são as mulheres, pretendem ter mais autonomia, sair de uma relação, ou trabalhar fora, ou estudar, ou pintar as unhas de vermelho, esses sujeitos que se acham donos, não gostando dessas tentativas de autonomia, praticam a violência física, as ameaças, e inclusive o assassinato. Sabemos, pelas estatísticas, que a maioria dos casos de femicídio ocorre justamente quando as mulheres estão tentando se separar. O sujeito que se acha dono não aceita perder a sua escrava. Então ele vai atrás dela e a mata.

IHU On-Line – As mulheres vítimas da violência costumam sofrer que tipo de preconceito na sociedade em que vivem?

Martha Narvaz – Infelizmente, isso realmente acontece, pois está disseminado na cultura. Elas sofrem uma série de formas de discriminação e uma das questões que dificulta muitas vezes a denúncia é a vergonha. Essas mulheres têm vergonha de denunciar, porque ser uma mulher vítima de violência traz sentimentos de vergonha e de culpa. Ainda circulam na sociedade algumas ideias preconcebidas de que se a mulher apanhou é porque ela fez algo para merecer isso. Há ainda alguns preconceitos que circulam em piadas e discursos machistas, de que as mulheres gostam de apanhar e precisam apanhar para saber quem é o dono, quem é que manda na relação. Isso sem falar quando elas chegam nas delegacias (que não são delegacias da mulher) para fazer as suas queixas. São recebidas, em geral, por homens que acabam também compartilhando dessa visão machista. Elas são olhadas ou como coitadas ou como alguém que fez algo para merecer a violência, ou que elas estão querendo destruir a família por querer se separar, que elas deviam aguentar a pressão. Enfim, há uma série de preconceitos sobre essas mulheres. Muitas delas permanecem muitos anos na situação de violência porque têm medo da crítica e do julgamento social.

IHU On-Line – Que tipo de ação educativa pode ajudar no sentido de prevenção da violência contra a mulher?

Martha Narvaz – Esse é um ponto importante, um dos eixos que o projeto da articulação entre as universidades tem procurado trabalhar. A forma fundamental é incluir o debate na educação, desde o jardim da infância até o pós-doutorado, passando pela mídia, pelos livros educativos e pelos discursos na universidade. Precisamos desconstruir os estereótipos de gênero.

A cada 15 segundos, uma mulher sofre violência no Brasil

Entrevista com Stela Soares de Farias Cavalcanti

Stela Soares de Farias Cavalcanti é especialista em Direito Constitucional, mestre em Direito Público e promotora de Justiça de Alagoas. Atualmente, é pesquisadora voluntária da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com o projeto “Violência doméstica contra a mulher em Maceió”. É membro do conselho editorial da Revista do Ministério Público do Estado de Alagoas e da Revista do Mestrado em Direito Ufal – Universidade Federal de Alagoas.

Na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008, Stela fala sobre as diferentes formas de violência contra a mulher. Ela traz dados estatísticos e afirma que “uma das principais causas da impunidade é o medo da desagregação familiar e a fragilidade do aparelho estatal na apuração e punição da violência doméstica”. Autora do livro **Violência doméstica: análise da Lei Maria da Penha** (2. ed. Salvador: Juspodivm, 2008), Stela considera que os tipos mais conhecidos da violência de gênero em todo o mundo são as violências praticadas em razão do preconceito e da discriminação de raça e sexo, bem como em razão das desigualdades socioeconômicas e culturais existentes entre homens e mulheres.

IHU On-Line – Qual é a diferença entre violência contra a mulher, de gênero e doméstica?

Stela Cavalcanti – A violência contra a mulher geralmente se identifica com a violência doméstica, porém o conceito de violência contra a mulher é mais amplo e inclui, segundo consta no art. 1º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, “qual-

quer ato de violência baseado em sexo, que ocasione algum prejuízo ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, incluídas as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrarias da liberdade que ocorram na vida pública ou privada”. Gênero deve ser entendido com um conjunto de normas, costumes e hábitos sociais que condicionam o comportamento dependendo do que se trate: homem ou mulher. É um termo proposto pelo movimento de mulheres em articulação com os conceitos de classe e raça/etnia, já que as desigualdades são ampliadas quando analisadas segundo estes três eixos. Os tipos mais conhecidos e estudados da violência de gênero em todo o mundo são as violências praticadas em razão do preconceito e da discriminação de raça e sexo, bem como em razão das desigualdades socioeconômicas e culturais existentes entre homens e mulheres. Já a violência doméstica e familiar é, segundo consta no art. 5º da Lei Maria da Penha, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial que ocorra no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

IHU On-Line – Quais são as estatísticas recentes sobre a violência doméstica no Brasil?

Stela Cavalcanti – Uma pesquisa realizada pelo DataSenado/2005 concluiu que, entre as vítimas da violência doméstica, 66% apontaram o marido ou companheiro como autor das agressões. Também foram mencionados parentes e pessoas que fazem parte do ambiente social da vítima. As agressões físicas são a principal forma de manifestação da violência doméstica no Brasil (54%), se-

guidas pela violência psicológica (24%), violência moral (14%) e sexual (7%). A violência doméstica contra a mulher não é um fenômeno isolado ou esporádico. Ela é praticada de forma continuada. Entre as vítimas entrevistadas, 50% afirmaram ter sofrido agressão quatro ou mais vezes. Outras 28% só admitem uma única agressão, e 21% já foram agredidas duas ou três vezes. Do total das vítimas, 16% denunciaram a agressão em uma delegacia comum, enquanto 22% procuraram a delegacia da mulher. Para outras entrevistadas, 25,2% silenciar socialmente foi a decisão tomada, e 22,3% procuraram apenas a ajuda da família. Uma das principais causas da impunidade é o medo da desagregação familiar e a fragilidade do aparelho estatal na apuração e punição da violência doméstica. Os dados estatísticos demonstram que o receio das mulheres em denunciar as agressões ainda é grande e precisa ser combatido, já que é uma das melhores maneiras de interromper o processo de vitimização e combater a violência doméstica.

IHU On-Line – Quais são os mecanismos internacionais e nacionais de proteção às mulheres vítimas da violência doméstica?

Stela Cavalcanti – Desde meados da década de 1970, o movimento de mulheres tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, pelos ideais de direitos humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis quanto nas práticas sociais. A ação organizada do movimento feminista foi decisiva para a especialização dos direitos humanos das mulheres. Nesse contexto, várias convenções e pactos de direitos humanos foram editados pelas ONU e OEA com o objetivo de compelir os países signatários a tomar medidas legislativas e administrativas de promoção da igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres. Como exemplo, temos a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (ratificada pelo Brasil em 1984) e a Convenção de Belém do Pará (inserida no ordenamento jurídico brasileiro em 1995). No Brasil, o sistema de repressão e prevenção à violência doméstica é recente. Teve início em 1988, quando a

Constituição Federal proclamou a igualdade entre homens e mulheres, no art. 5º, inciso I. O art. 226, parágrafo 8º da Constituição Federal, também trata do tema, impondo ao Estado o dever de coibir a violência doméstica, quando diz que “o Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Seguindo esta tendência mundial, foi publicada, em 07/08/2006, a Lei “Maria da Penha”, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo as diretrizes básicas para conter o avanço deste fenômeno no Brasil.

IHU On-Line – Qual é a importância da Lei Maria da Penha? Houve diminuição da prática deste crime após a publicação da nova Lei?

Stela Cavalcanti – A Lei Maria da Penha apresenta uma estrutura adequada e específica para atender a complexidade do fenômeno da violência doméstica ao prever mecanismos de prevenção, assistência às vítimas, políticas públicas e punição mais rigorosa para os agressores. Foi criada com a finalidade de proporcionar um equilíbrio nas relações afetivas violentas, tendo em vista que as mulheres estão em situação de hipossuficiência e são as maiores vítimas nesses casos. É uma lei que tem mais o cunho educacional e de promoção de políticas públicas de assistência às vítimas do que a intenção de punir mais severamente os agressores dos delitos domésticos, pois prevê, em vários dispositivos, medidas de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, possibilitando uma assistência mais eficiente e a salvaguarda dos direitos humanos das vítimas. Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Direitos Humanos da UFAL – Universidade Federal de Alagoas com as delegadas que atuam na Delegacia da Mulher, em Maceió, constatou que houve um aumento das ocorrências, tendo em vista que havia uma demanda contida muito grande em razão do medo de denunciar e que, após a nova lei, as mulheres se sentiram mais seguras para procurar a delegacia e informar a prática da violência doméstica, principalmente em razão da

possibilidade de o agressor ser preso em flagrante delito. A mesma pesquisa também constatou que houve diminuição da reincidência, o que constitui um grande avanço.

IHU On-Line – Em que sentido a violência contra a mulher pode ser considerada violação dos direitos humanos?

Stela Cavalcanti – A Convenção de Belém do Pará já havia afirmado que a violência doméstica constitui violação dos direitos humanos das mulheres, tendo em vista os graves problemas de saúde, físicos, morais, psicológicos, sexuais, reprodutivos e até a morte que as suas formas de manifestação podem acarretar às vítimas. O Estado de Pernambuco constatou, até agosto de 2006, 226 casos, sendo 60% considerados de “proximidade”, ou seja, o agressor era conhecido da vítima, seu parente, marido ou companheiro. A Lei Maria da Penha foi a primeira legislação brasileira a reconhecer a violência doméstica como violação dos direitos humanos, no art. 6º, e não poderia ser diferente, em razão dos altos índices de ocorrência deste crime no Brasil, um a cada 15 segundos.

IHU On-Line – O que ainda é preciso ser feito para conter o avanço deste fenômeno no Brasil?

Stela Cavalcanti – É necessário que a Lei Maria da Penha seja aplicada em todos os seus termos em benefício das vítimas. Também é necessária a

criação, em todos os estados da Federação, de Juizados especializados em violência doméstica e familiar, dotados de toda a estrutura necessária a proporcionar apoio psicológico, assistencial e jurídico às mulheres. Além disso, vejo que é fundamental a criação de políticas públicas de gênero que possibilitem um atendimento completo às vítimas, seus familiares e agressores, através do encaminhamento a programas sociais com prioridade, atendimento médico, psicossocial etc.

IHU On-Line – Como a senhora avalia as políticas públicas relacionadas à violência contra a mulher no Brasil? As brasileiras podem contar com o apoio do Estado?

Stela Cavalcanti – A publicação da Lei Maria da Penha constituiu um grande avanço no combate à violência doméstica no Brasil, já que ela estabeleceu medidas de proteção em favor das vítimas e contra os agressores, bem como a necessidade da criação de Juizados especializados em violência doméstica e familiar, com estrutura necessária à promoção da igualdade de gênero e salvaguarda das vítimas. Além disso, o governo federal e algumas ONGs têm divulgado campanhas educativas apresentado os elevados índices da violência doméstica no Brasil, suas formas de manifestação, os mecanismos de proteção constantes na Lei Maria da Penha e algumas sugestões de como conter o avanço deste fenômeno.

“A melhor fonte de cultivo para a violência é a diferenciação, a assimetria, a desigualdade e a dominação”

Entrevista com Lupicínio Iñiguez Rueda

Lupicínio Iñiguez Rueda é doutor em Filosofia e Letras (Psicologia), pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). É catedrático de Psicologia Social na faculdade de Psicologia, Departamento de Psicologia da Saúde e de Psicologia Social da UAB. Coordenador do Programa de Doutorado em Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona, é também editor da revista ATENEA Digital. Revista de pensamiento e investigación social. Lupicínio Iñiguez participou do 2º Seminário Internacional Rotas críticas – Mulheres enfrentando as violências, no dia 24 de abril de 2008, com a palestra “A importância da perspectiva discursiva para os estudos de gênero”. Também participou do evento Conversando com Lupicínio, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 22 de abril de 2008.

No sentido de contextualizar e tentar entender as origens da violência contra as mulheres, a jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, entrevistou o professor Lupicínio Iñiguez, da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), sobre as relações de gênero, de forma mais geral. Na entrevista sob o título “A melhor fonte de cultivo para a violência é a diferenciação, a assimetria, a desigualdade e a dominação”, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008, Lupicínio declara: “Não participo desse otimismo tão presente hoje em dia que acredita que a dominação e a exclusão relacionada ao gênero já desapareceram ou quase como tampouco compartilho a ideia de que as políticas de igualdade de gênero têm sido sempre bem-sucedidas”. Para ele, “os meios de comunicação e a mídia em geral

contribuem para a legitimação e consolidação das relações de dominação”.

IHU On-Line – Como se constrói o discurso sobre as relações de gênero atualmente?

Lupicínio Iñiguez – Não tenho um conhecimento adequado e suficiente do cenário latino-americano, mas tenho a impressão de que muitos processos sociais têm algumas características bastante similares em diferentes lugares do mundo. É provavelmente o caso das relações de gênero. Estas se caracterizam pela assimetria, pela desigualdade e, com muita frequência, pela dominação dos homens frente às mulheres. Os discursos sobre as relações de gênero se constroem, efetivamente, a partir das práticas específicas que, por sua vez, estão influenciadas pelo discurso que se gera coletivamente.

IHU On-Line – Como o senhor descreve o pensamento da sociedade atual sobre as relações de gênero? Ainda vivemos em uma sociedade patriarcal e machista?

Lupicínio Iñiguez – “Sociedade atual” é um termo bastante amplo, pois existem, sem dúvida, muitas “atualidades” diferentes e muitas sociedades distintas que convivem em um mesmo momento. Não se pode dizer, então, qual é o “pensamento atual” da sociedade, senão como um tópico comum em nossa fala cotidiana. Se fizermos abstração desta dificuldade, eu diria que as sociedades contemporâneas, de maneira muito geral, e, apesar de algumas importantes transformações que se tem operado nas últimas décadas, são pa-

triarcais e machistas em sua maioria. Não participo desse otimismo tão presente hoje em dia que acredita que a dominação e a exclusão relacionada ao gênero já desapareceram ou quase, como tampouco compartilho a ideia de que as políticas de igualdade de gênero têm sido sempre bem-sucedidas.

IHU On-Line – Como a psicologia social ajuda a compreender as relações de gênero contemporâneas?

Lupicínio Iñiguez – Não existe uma única “Psicologia Social”, pois são múltiplas as orientações teórico-metodológicas que convivem em seu interior. Creio, no entanto, que não é errado afirmar que as diferentes psicologias sociais contribuem para a explicação e compreensão de distintos processos intimamente ligados ou implicados nas relações de gênero, como a identidade pessoal e social, a dinâmica dos grupos, os estereótipos e preconceitos, as relações interpessoais, as formas de pensamento social, e, inclusive, as representações sociais e os imaginários coletivos, as relações de poder etc. Em todos esses âmbitos, a investigação ou as práticas de investigação/ação oferecem elementos que permitem uma melhor compreensão das relações de gênero. Creio, no entanto, que a contribuição atual mais notável das ciências sociais em geral, e da psicologia social em particular, tem a ver com a problematização da própria ideia de gênero e com as possibilidades de desconstrução de categorias preestabelecidas de gênero (homem-mulher).

IHU On-Line – Como a imprensa e a mídia em geral mostram e constroem as relações de gênero e o papel de homens e mulheres na sociedade?

Lupicínio Iñiguez – A mídia é o espelho do que acontece e, ao mesmo tempo, oferece elementos cruciais na constituição das práticas sociais. Trata-se, na minha opinião, de uma relação de influência mútua, na qual a mídia se manifesta por meio de interlocutores privilegiados na arena social e a sociedade se converte na matéria-prima mais importante. Neste sentido, creio que a mídia mostra e constrói, ao mesmo tempo, as relações de gênero. Como não sou especialista em comunicação social, não tenho uma opinião formada sobre isso, mas tendo a pensar que os meios de comunicação e a mídia em geral contribuem para a legitimação e consolidação das relações de dominação.

IHU On-Line – E, nos ambientes de trabalho, como o senhor caracteriza as relações de gênero?

Lupicínio Iñiguez – Desconheço a situação no Brasil, mas intuo que não seja muito diferente da espanhola. As relações de gênero no trabalho se caracterizam por ser, junto com as que poderíamos chamar domésticas, claramente discriminatórias. Tanto as condições de carreira profissional quanto as condições laborais e salariais são manifestamente piores no caso das mulheres e, aqui, os dados sobre trajetórias profissionais, sobre a conciliação da vida pessoal e laboral ou sobre os salários são uma prova evidente disso.

IHU On-Line – As diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres podem contribuir para a violência em todos seus aspectos (violência física e psicológica)?

Lupicínio Iñiguez – Sem dúvida. A melhor fonte de cultivo para a violência é a diferenciação, a assimetria, a desigualdade e a dominação. Todas são características que podemos encontrar nas relações de gênero.

“Não basta o socorro físico. É preciso atuar nas causas da violência”

Entrevista com Romeu Gomes

Romeu Gomes possui graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo licenciado em Sociologia e Psicologia, pelo Ministério da Educação. Possui mestrado em Educação, pela Universidade Federal Fluminense, livre docência em Psicologia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e doutorado em Saúde Pública, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente, é professor do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz, sendo responsável pelas disciplinas de Antropologia e Saúde e Pesquisa Qualitativa em Saúde.

Na entrevista que concedeu à jornalista Graziela Wolfart, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008, o professor e pesquisador Romeu Gomes fala sobre o perfil da mulher agredida, e declara que “a violência física aparece com maior visibilidade em alguns estudos com classes populares”. Entretanto, continua, “é bom não descartar a possibilidade de haver mulheres com alto poder aquisitivo que se sujeitam às violências a elas impostas ou que não conseguem defender os seus direitos”.

IHU On-Line – Em que circunstâncias a violência contra a mulher é mais frequente? Essas ações são consequências de uma sociedade patriarcal? Como explicar essas atitudes?

Romeu Gomes – Apesar de ocorrerem várias mudanças sociais, as relações estabelecidas entre homens e mulheres ainda podem sofrer influência de uma mentalidade patriarcal, que vê a mulher como alguém que deve ser subordinada ao homem. O fato de haver maior ou menor influência dessa mentalidade vai depender da situação ou

do contexto em que ocorrem as relações entre homens-mulheres. A violência contra a mulher é mais frequente em situações em que a mulher se sente mais fragilizada. Isso pode ocorrer quando ela se encontra economicamente ou psicologicamente em desvantagem em relação ao homem e quando não possui uma rede de apoio.

IHU On-Line – Percebe-se alguma característica comum entre as vítimas de violência, como idade, classe social, escolaridade?

Romeu Gomes – Em termos nacionais ou regionais, não dá para generalizar características comuns nos casos de violência contra a mulher. Faltam grandes estudos para que se possa seguramente estabelecer conclusões sobre isso. A violência física, por exemplo, aparece com maior visibilidade em alguns estudos com classes populares. No entanto, isso não pode ser generalizado porque não se tem dados sobre as classes economicamente superiores. Nas classes mais privilegiadas, pode haver violência física, mas não se tem essa informação porque as mulheres dessas classes – quando são agredidas – não costumam ir às delegacias de polícia para denunciar seus agressores nem costumam ser atendidas em hospitais públicos. Elas utilizam outras formas e outros espaços para enfrentar a violência, ou às vezes são alvos de outros tipos de violência, sem ser agressões físicas. Entretanto, é bom não descartar a possibilidade de haver mulheres com alto poder aquisitivo que se sujeitam às violências a elas impostas ou que não conseguem defender os seus direitos.

IHU On-Line – No Brasil, a questão da violência contra mulheres já é percebida como um caso de saúde pública? Que políticas

são fundamentais para expandir os tratamentos?

Romeu Gomes – Atualmente, a violência contra a mulher já está na agenda da saúde pública. Já existem políticas de saúde que vêm dando base para que ações sejam desenvolvidas no enfrentamento da violência contra a mulher, tanto no nível da prevenção quanto no âmbito da intervenção. Várias são as ações que devem ser desenvolvidas para que as políticas consigam ter êxito. Uma delas se refere à capacitação do profissional de saúde para lidar com esses casos, uma vez que nem sempre a sua formação o prepara para isso.

IHU On-Line – O atendimento emergencial realizado em hospitais, por exemplo, pode auxiliar as vítimas de agressão? Como a Saúde Coletiva, com as práticas de cuidado e cuidador, pode contribuir para o tratamento das vítimas?

Romeu Gomes – Em primeiro lugar, é importante que, além do atendimento emergencial, seja dada uma atenção mais global às pessoas que sofrem violência. Não basta o socorro físico. É preciso que a área da saúde – em parceria com outras áreas – consiga encaminhar ações que atuem nas causas para que as pessoas não permaneçam sofrendo violência. Também é importante não reduzir as pessoas à condição de vítima, sejam mulheres ou homens. Ações de empoderamento para fazer com que as pessoas sejam sujeitos de suas ações devem ser desenvolvidas.

IHU On-Line – Num de seus estudos, o senhor diz que, do total de mulheres atendidas em hospitais municipais do Rio de Janeiro, a maioria referiu como agressor o companheiro. Como explicar essas atitudes dentro do conjunto familiar? Por que a violência doméstica ganha destaque na sociedade brasileira?

Romeu Gomes – Inicialmente, observo que esse dado não se refere ao total de mulheres atendidas nos hospitais municipais estudados. O estudo foi realizado em dois hospitais municipais do Rio de Janeiro, durante dois meses no ano de 1996. Nesse período, foram atendidas 72 mulheres que foram vítimas de violência doméstica.

Dessas, a maioria referiu como agressor o esposo/companheiro/namorado (69,4%). Esse dado não é atual, mas hoje há vários estudos que confirmam esse fato. Uma das hipóteses explicativas para isso é que no âmbito familiar as relações entre homens e mulheres são reproduzidas e produzidas a partir de modelos culturais de gênero em que se considera que a mulher deve se subordinar ao homem. Quando essa subordinação não acontece, o homem influenciado pelo senso comum de que é ele quem manda pode lançar mão de atitudes violentas para fazer valer o seu poder sobre a mulher. A violência doméstica não ganha destaque apenas na sociedade brasileira. Ela ocorre em vários países, independente do grau de desenvolvimento.

IHU On-Line – Por que o sexo feminino é mais suscetível a agressões violentas? Essas atitudes estão relacionadas à ideia do “sexo frágil”?

Romeu Gomes – No senso comum, ainda há a ideia de que as mulheres devem ser submissas aos homens e, quando os homens são influenciados por essa ideia, eles costumam lançar mão da violência para exercer o seu poder ou frente à ameaça de serem vistos como não homens por não exibirem poder sobre as mulheres. Isso acontece não porque a mulher naturalmente é mais frágil do que o homem, mas porque existem ideologias que vêem a mulher como inferior ao homem.

IHU On-Line – Mulheres vítimas de violência internalizam e reproduzem a agressão de alguma maneira?

Romeu Gomes – Em geral, os homens e as mulheres costumam internalizar e reproduzir modelos de masculinidade e de feminilidade para serem socialmente aceitos em suas culturas. Se o modelo predominante for aquele que associa o masculino ao poder e o feminino à submissão, tanto o homem quanto a mulher poderão exercer esses papéis para serem tidos como homem ou como mulher. Assim, poderá haver uma internalização e reprodução da violência pelos gêneros.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a atuação das mulheres perante as agressões? O

medo ainda é um sentimento presente na hora de denunciar o agressor?

Romeu Gomes – Como já foi dito, nem sempre a mulher se encontra em condição de denunciar. Se ela foi socializada no sentido de depender do homem, o medo de romper com essa dependência poderá ocorrer. São vários medos. Medo de a

denúncia trazer consequências mais violentas; medo de não conseguir sobreviver sem o seu parceiro; medo de não conseguir outro parceiro; medo de iniciar outro relacionamento que poderá também ser violento. Por outro lado, a opressão pode ser tão grande que não sobre espaço para a denúncia.

Jogo de cena – Mulheres contam suas histórias de vida

Por Stela Meneghel

Stela Nazareth Meneghel é graduada em Medicina, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e doutora em Medicina: Ciências Médicas, pela mesma instituição, e pós-doutora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Autônoma, de Barcelona. Foi médica de Saúde Pública da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul por mais de vinte anos, atuando em vigilância epidemiológica e coordenando as atividades de ensino e pesquisa em epidemiologia junto à Escola de Saúde Pública da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, no período 1980 a 1998. Na Unisinos, atuou no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Em 2008, publicou o livro **Epidemiologia: exercícios e anotações** (Porto Alegre: Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul/Escola de Saúde Pública).

Na resenha que escreveu para a **IHU On-Line**, publicada na edição 255, de 22 de abril de 2008, Stela comenta o filme **Jogo de cena** (2008), de Eduardo Coutinho.

Stela comenta que o diretor “Coutinho arma uma composição, aparentemente simples, em que entremeia as diferentes sequências: o relato das mulheres, a encenação das atrizes e, como em um *making off* costurado no próprio documentário, as atrizes relatam as emoções produzidas pela encenação”.

Filme: Jogo de cena, de Eduardo Coutinho, 2007

Ficha técnica

Diretor: Eduardo Coutinho

Gênero: Documentário

Tempo de duração: 106 minutos

Ano de lançamento: 2007 (BRA)

Elenco: Andréa Beltrão, Fernanda Torres, Marília Pêra

Resumo: Mulheres contam histórias de suas vidas, expondo detalhes sobre relacionamentos com homens e com filhos. Ao mesmo tempo, alguns desses depoimentos são reinterpretados por atrizes.

O cineasta Eduardo Coutinho⁵⁷ parte de um anúncio no jornal em que busca mulheres dispostas a contar suas histórias de vida para serem filmadas. 83 mulheres responderam ao chamado, das quais o diretor selecionou 23. Os depoimentos foram filmados no teatro Glauce Rocha, no Rio de Janeiro. Numa segunda etapa, as histórias foram encenadas por atrizes profissionais – Fernanda Torres, Marília Pêra e Andréa Beltrão. Coutinho arma uma composição, aparentemente simples, em que entremeia as diferentes sequências: o relato das mulheres, a encenação das atrizes e, como em um *making off* costurado no próprio documentário, as atrizes relatam as emoções produzidas pela encenação.

⁵⁷ Eduardo de Oliveira Coutinho: cineasta brasileiro, nascido em maio de 1933, na cidade de São Paulo, e considerado um dos mais importantes documentaristas da atualidade. Seu trabalho caracteriza-se pela sensibilidade e pela capacidade de ouvir o outro, registrando sem sentimentalismos as emoções e aspirações das pessoas comuns, sejam camponeses diante de processos históricos (*Cabra marcado para morrer*), moradores de um enorme condomínio de baixa classe média no Rio de Janeiro (*Edifício Master*), ou metalúrgicos que conviveram com o então sindicalista Luis Inácio Lula da Silva (*Peões*). Este filme foi comentado na 123ª edição da **IHU On-Line**, de 16 de novembro de 2004. (Nota da **IHU On-Line**)

Uma das ideias que o filme suscitou foi o paralelo entre fazer um documentário cinematográfico e fazer uma pesquisa acadêmica. Esta similaridade já havia me ocorrido em relação a outros filmes, por exemplo, no *A invenção da infância*, de Suzana Sulzbach, que não difere de uma investigação epidemiológica sobre a mortalidade de crianças menores de um ano ou o trabalho infantil.

No filme de Coutinho, podemos dizer que o percurso metodológico inicia com a seleção de uma amostra de pessoas, que são chamadas através de um anúncio de jornal, do mesmo modo que muitos pesquisadores têm arrecadado os participantes de suas investigações, em anúncios em jornais ou na internet. No filme, 83 mulheres atendem ao chamado e contam as suas histórias de vida, de costas para a plateia vazia do teatro. Em um estudo de teor qualitativo, assim como em um filme, você escolhe algumas narrativas, afinal não temos fôlego para ouvir todas. Ou, podemos ouvir a todas e depois selecionar as mais expressivas, as mais significativas, as mais contundentes.

O pesquisador/diretor ouve atentamente as histórias e vai inquirindo por novos fatos, esclarecendo alguns episódios e passagens obscuras, estimulando a narradora a seguir o relato. Neste ponto, a voz do entrevistador é fundamental, pois ela acompanha as modulações do sentimento da narradora, respeitando-os e dando tempo para relembrar os fatos, para buscar a palavra adequada, para o sentimento que aflora com a memória. Com a voz, podemos pôr tudo a perder, ao fazer uma pergunta precipitada ou exprimir rechaço, preconceito ou desinteresse. E a voz de Coutinho está exatamente no tom que se propõe: expressando entendimento e empatia, às vezes brincalhona, outras intrigada, muitas comovida. Então ele edita o material – a etapa da análise –, onde, diz Lawrence Bardin, “de nada serve contabilizar, se não se cortar a preceito”. Ou seja, tanto no filme quanto na pesquisa é preciso cortar a conteúdo, corte errado e não sai nada, ou fica demasiado longo, ou o expectador/leitor não entende nada.

O corte compreende ainda selecionar o tempo certo de cada cena, suficiente para conferir inteligibilidade ao texto imagético, sem se deter em

detalhes que podem tornar a história cansativa ou repetitiva. Para o pesquisador, a questão é encontrar as categorias mais significativas de um conjunto de textos que constitui o corpus do trabalho e que podem ser filmagens, transcrições de áudio, de entrevistas, grupos ou situações de conversa cotidiana. Filme e pesquisa são construções culturais que seguem um roteiro, partilham um método não tão estranho um ao outro e querem transmitir uma mensagem por meio do texto literário ou científico.

A segunda perspectiva que o filme abre decorre do compartilhamento das histórias de vida destas mulheres. Quem são as mulheres selecionadas pelo diretor? Um grupo diversificado em termos de idade, etnia, ocupação, situação civil, número de filhos e experiências. E o que dizem essas mulheres selecionadas por Coutinho para nos contar suas vidas?

Elas trazem problemas cotidianos e comuns à maioria das mulheres brasileiras: questões relativas às relações de casamento e de parentalidade, perdas, mortes, separações, traições, brigas. Muitas delas enfrentam restrições financeiras graves. Algumas ainda se debatem no luto e na dor pela perda de filhos e outros familiares muito próximos.

Essas mulheres perderam muitas paradas, levaram na cabeça, foram traídas e abandonadas. Vivem situações de profundas desigualdades de gênero, raça e classe social. Mas, como dizem os foucaultianos, onde há poder há resistência, e elas nos deram lições de sobrevivência. Elencaram um sem número de histórias, de estratégias, de estratégias, que incluem desde a capacidade de cuidar de si e dos outros, a espiritualidade, o humor, a arte, a capacidade de regeneração, o uso do poder terapêutico dos sonhos (como negar a intensa compaixão que nos acomete ao ouvir a narrativa da mãe que teve o filho assassinado e nos diz “sonhei que meu filho era um anjo vestido de azul e me dizia que estava bem”).

Vários pesquisadores têm afirmado o poder das narrativas ao recompor linhas de vida interrompidas por situações de guerra, de violências de todo o tipo, de perdas. Ao narrar estes fatos para pessoas que se sensibilizem com o relato, o narrador se sente, enfim, justificado.

Assim como o narrador vai compondo sua história – tecendo, costurando, remendando, fazendo e refazendo, reparando, costurando outra vez –, o diretor acompanha esse movimento, dando voz às mulheres para contar uma, duas, dez vezes a mesma história, contada pela pessoa que viveu, contada pela atriz que encenou, contada por um coro de vozes, ressignificada na polifonia da criação coletiva.

Por que ouvir apenas histórias de mulheres? Poderia responder por meio de um episódio que retrata a importância política que se tem dado à mulher em Cuba, um país que ainda não superou a desigualdade de gênero (algum o conseguiu?), mas tem atingido resultados satisfatórios. Fidel Castro, quando precisou enfrentar a crise energética e econômica provocada pela desintegração da URSS, escolheu o dia 8 de março de 1990 para falar à população. 15 anos mais tarde, novamente em 8 de março de 2005, ele anuncia que o povo cubano começava a sair deste período. Fidel, com sua aguda sensibilidade política e humana, sabia que podia contar com o apoio das mulheres para gerar as estratégias de sobrevivência, que, entre outros fatores, permitiram a Cuba resistir um tempo tão longo e atravessar os momentos de crise e reajuste que tiveram que ser realizados nestes anos.⁵⁸

O terceiro aspecto que gostaria de chamar a atenção é para a clareza e simplicidade do filme, pautado na cotidianidade. Como os neo-realistas no pós-guerra, Coutinho filma com pessoas comuns da população, misturando-as com atores

profissionais, deixando borrosos os limites de até onde vai a história real e onde começa a ficção. Na realidade, não importa se mentira ou verdade, todas as histórias são reais.

O diretor termina o filme com a volta ao teatro de uma das mulheres para dizer que seu depoimento ficou muito pesado, muito triste e que deseja mudá-lo. De certa maneira, pode-se dizer que ela quer refazer o roteiro da sua história, acenando com o poder de refazer a trama de sua própria vida.

Então ela se põe a cantar, sem acompanhamento, sem nada, uma velha canção de ninar, uma música lá do fundo da infância, querendo resgatar a relação conturbada com a filha, querendo reatar laços, curar feridas, como o pai do peixinho Nemo, que ela havia citado na primeira entrevista, brincando com Eduardo Coutinho que não viu o desenho animado (“É claro que você não viu, é um filme americanóide”, diz ela).

A mulher, uma judia turca, é a mais velha do grupo (uma velha sábia?), a única que voltou para complementar o depoimento, para mudar o a rota, para cantar a prosaica canção “Se esta rua fosse minha”.

E o final do filme só poderia ser este mesmo. Uma homenagem à memória que o antropólogo compara a uma velha gaita: “A memória, ou melhor, a percepção daquilo que chamamos de memória, é como um velho acordeom da Martinica – que se abre ou se fecha, encolhendo algumas coisas, aumentando outras e neste processo fazendo música”.⁵⁹

⁵⁸ Pare ver o texto completo, leia: Marta Nunez Sarmiento. El modelo desde arriba y desde abajo: el empleo femenino y la ideología de género en Cuba en los últimos treinta años. In: Lebon, N. & Maier E. (Orgs.). *De lo privado a lo público*. México: UNIFEM, 2006.

⁵⁹ Price, Richard (2004). Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. *Horizontes Antropológicos*. 10(2), 23-312.

O preço do silêncio: mulheres que se calam sofrem consequências violentas nas relações conjugais

Entrevista com Sonia Maria Bley

Sonia Maria Bley é psicóloga, psicanalista e pós-graduada em Filosofia da Linguagem e Teoria do Conhecimento, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É diretora clínica da Associação Clínica Freudiana de São Leopoldo, e tem consultório de psicanálise em São Leopoldo e Novo Hamburgo.

*Na entrevista que concedeu à Bruna Quadros, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 256, de 29 de abril de 2008, Sonia comentou e analisou o filme **O piano** (1993), exibido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 29 de abril de 2008, no evento Cinema e Saúde Coletiva: Mulheres e seus múltiplos desafios.*

*Ao falar sobre o filme **O piano**, Sonia afirmou que “o feminino e o masculino, no filme, manifestam não estarem livres de uma formatação cultural da época. Para o homem se tratava de colocar uma mulher ‘sem voz’, em todos os sentidos, no lugar preconcebido e sem brechas do que seria uma esposa”. E, sobre a mudez da personagem central da trama, Sonia declara: “Onde a voz cala, no sentido do dizer e de suportar escutar o outro, o corpo padece e as relações padecem”.*

IHU On-Line – Em *O piano*, a personagem central decide parar de falar aos seis anos de idade. Podemos atribuir esta opção ao rumo que a sua vida tomou, tendo em vista, também, mais tarde, que ela se submete a um casamento arranjado, o que muda completamente o seu destino?

Sônia Bley – Pode-se pensar que o que vem depois, por exemplo, quando suporta começar a ouvir a sua voz, reordena o destino de até então, que incluía o mutismo co-extensivo ao casamento arranjado. Ou seja, só é possível supor que o seu deixar de falar aos seis anos de idade tenha sido da ordem do emudecimento, diante de algo onde a fala perde o valor, ou fica supervalorizada num “sem-lugar”, a não ser como denúncia de impotência. Nesse sentido, seu destino muda quando ela consegue “desarranjar” o casamento. Porém, essa sua grande expressão, mesmo não veiculada, propriamente por uma fala, cobra seu alto preço.

IHU On-Line – Como você avalia a questão da liberdade feminina que, em *O piano*, ficou sufocada pela opressão exercida pela figura masculina?

Sônia Bley – O feminino e o masculino, no filme, manifestam não estarem livres de uma formatação cultural da época. Para o homem, se tratava de colocar uma mulher “sem voz”, em todos os sentidos, no lugar preconcebido e sem brechas do que seria uma esposa. A ele, portanto, não cabia a liberdade de viver uma relação de trocas com a mulher enquanto sujeito e sim cumprir um protocolo que incluía, igualmente sem furo, uma concepção para si, de homem voltado para suas ambições. Tanto que, para o marido, não fazia diferença se a esposa era muda ou não. Mesmo porque a primeira e única manifestação peculiar a ela, de levar o piano consigo, não teve e, talvez, não tivesse acolhimento, mesmo que ela falasse.

Então, esse silêncio era providencial para sua condição de mulher, dentro daquele modelo de casamento. O lugar estava pronto para ambos, bastava conformar-se a ele. O marido diz, num dado momento: "...eu pretendia amar você...", e tudo iria para seu lugar previamente delimitado. O que desconcerta, no entanto, é que a mulher destoa do cenário pronto, reduzido e montado para o casamento, ou seja, ela fala demais, nesse sentido, mesmo no seu emudecimento. Isso, por não ter lugar de fala nem para o homem, custa a ela ter sido violentamente cortada de uma parte de seu corpo que, de alguma forma, dava seu "toque" de manifestação singular. E quando, minimamente, essa leitura do que seria o desejo dela pôde ser feita pelo marido, ele supôs que isso teria passado por um "sussurro". Algo muda junto a outro homem, onde passa a existir um lugar para o que ela sentia.

IHU On-Line – Assim como em *O piano*, hoje em dia, ainda é comum que as mulheres prefiram silenciar, principalmente diante de circunstâncias de agressão familiar. Ao que se deve este comportamento? Por que as mulheres preferem sofrer, por causa do seu próprio silêncio? Há alguma circunstância em que se calar seja a melhor saída?

Sônia Bley – Existem vários tipos de silêncio. Considerar o silêncio, no sentido do serviço que presta à situação, dependerá do contexto em que ele tem lugar. Em muitas circunstâncias, alguém de fora de uma situação não compreende nem aceita facilmente o pacto silencioso, que é estabelecido com a agressão ou a violência. Obviamente que a alteridade disso seria a tentativa de desfazer esse pacto. Ocorre que, não raras vezes, a pessoa envolvida não consegue perceber ou produzir sozinho uma abertura suficiente, na complexidade do seu cálculo inconsciente, para desaferrar-se de algum ganho ou acomodação que lhe é singular, mesmo no sofrimento. Esse ganho, por mais estranho que seja, é a força mais ativa, mantida na aparente passividade.

IHU On-Line – A música e o piano são duas grandes paixões da protagonista. No entan-

to, para ter de volta o seu instrumento musical, a personagem se rende a uma relação afetiva extraconjugal. Este fato fortalece a ideia de que as mulheres ainda são vistas por alguns homens apenas como objeto de desejo e manipulação?

Sônia Bley – De início, a personagem submete-se a uma espécie de contrato de compra e venda. Porém, algo do desejo que ultrapassa essa relação se impõe. É no momento em que Beines consegue vê-la, não mais como um objeto de satisfação e "manipulação", em que ela se permite expressar, ao mesmo tempo, seu repúdio à proposta anterior e considerar aquilo que nasce para ela enquanto sentimento por ele. Que as mulheres sejam vistas e/ou se pretendam objetos de anseios de completude masculina é sempre uma possibilidade que constatamos através dos tempos. No entanto, o filme possibilita uma virada nisso, quando Beines desiste de mantê-la, por chantagem, naquilo que a situa como "prostituta" e a si mesmo como um "desgraçado" e submete-se ao que pode advir do querer dela: "...se não sentires nada por mim vá...". Aí ela escolhe.

IHU On-Line – A personagem central do filme tem a sua filha como aliada para enfrentar as consequências das suas escolhas. De que maneira a família contribui para o fortalecimento dos indivíduos, principalmente de mulheres vítimas de violência doméstica e que acreditam não haver solução para transformar a sua realidade?

Sônia Bley – Onde a voz cala, no sentido do dizer e de suportar escutar o outro, o corpo e as relações padecem. Às vezes, algum membro do grupo familiar consegue uma distância mínima daquilo que, de outra forma, seria a convivência com a manutenção da violência e apoia na busca de alternativas de auxílio. Um passo importante é conseguir que as pessoas implicadas como agressores e vítimas busquem ajuda para se reposicionarem frente aos seus atos.

IHU On-Line – E quais são os impactos psicológicos para uma criança que acompanha

a violência dentro de casa, na qual a mãe é a vítima?

Sônia Bley – A criança é um sujeito psíquico em constituição, sendo, por isso mesmo, a parte mais frágil no grupo familiar. Disso decorre que, em muitos momentos, ela denuncia, pelo seu comportamento, de forma mais aguda, a sintomatologia familiar. Ou seja, busca mostrar, nos espaços

que se apresentam para suas manifestações aquilo que não vai bem. Um cuidado para com a criança é de que esse apelo possa ser lido de alguma maneira, pois é endereçado para ser considerado pelo outro, por alguma alteridade. Do contrário, pode estar implicado ter como escolha alguma cristalização do lugar de agressor, de vítima e mesmo de espectador da violência.

O cotidiano de uma família brasileira

Por André Dick

André Dick é graduado em Letras – Português, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre em Literatura Comparada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Literatura Comparada, também pela UFRGS. Atualmente, André é revisor das publicações do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Na resenha que escreveu para a **IHU On-Line**, publicada na edição 274, de 22 de setembro de 2008, André Dick comenta o filme **Linha de passe**, de Walter Salles e Daniela Thomas, 2008. Os personagens, uma dona-de-casa e empregada doméstica, com seus quatro filhos, a espera de um quinto, se dividem entre uma casa apertada na periferia e a extensão da metrópole, com seus vazios. “A narrativa, está situada entre a falta de espaço e o que sobra de espaço, entre avenidas, ruas, sinaleiras, muros, calçadas, campinhos e campos de futebol. No entanto, o que sobra de espaço dá a impressão labiríntica de os personagens não saírem dos mesmos lugares nos quais já estavam antes. A vida de cada um é como a pia da casa em que moram, que entope à certa altura”, comenta André.

Filme: *Linha de passe*, de Walter Salles e Daniela Thomas, 2008

Ficha técnica

Título original: Linha de passe

Gênero: Drama

Tempo de duração: 108 minutos

Ano de lançamento (Brasil): 2008

Direção: Walter Salles e Daniela Thomas

Elenco: João Baldasserini (Dênis), Vinícius de Oliveira (Dario), José Geraldo Rodrigues (Dinho),

Kaique de Jesus Santos (Reginaldo), Sandra Corveloni (Cleuza)

Sinopse: Em São Paulo, a dona-de-casa e empregada doméstica Cleuza (Sandra Corveloni) cuida de quatro filmes e espera um quinto, em meio aos sonhos e problemas do dia-a-dia.

O cineasta Walter Salles é especialista no que se refere a retratar o cotidiano de uma família brasileira. No entanto, ele não cria estereótipos nem encobre imperfeições de seus personagens. O seu filme mais recente, dirigido em parceria com Daniela Thomas – com quem dividiu as câmeras antes em *Terra estrangeira* e *O primeiro dia* –, intitulado *Linha de passe*, é o retrato dessa sua maior qualidade. No entanto, ao contrário, por exemplo, do excelente *Central do Brasil*, esse filme não é fechado, ou seja, o que se passa nele não se direciona a um final redentor, em que o personagem central se descobre plenamente, ao encontrar sua família no interior do Nordeste. Em *Linha de passe*, pelo contrário, a falta de redenção é o mote para cada um dos personagens que acompanha.

Não há, por isso, pelo menos claramente, como nos outros filmes de Walter Salles, uma linha narrativa clara. As ações vão se sucedendo de forma vertiginosa na imensa São Paulo. Mesmo o trecho inicial do filme representa esse movimento ininterrupto. Enquanto a mãe, Cleuza (Sandra Corvelini premiada com a Palma de Ouro de melhor atriz em Cannes/2008), está no Morumbi assistindo a Corinthians e São Paulo, o filho Dinho (José Geraldo Rodrigues) se encontra num culto rezando com outros fiéis. Ao mesmo tempo, Dario (Vinícius de Oliveira), a promessa financeira da família, participa de uma “peneira” de futebol, e seu irmão Dênis (João Baldasserini) anda com sua

moto pela cidade para entregar encomendas e tentar juntar dinheiro para dar ao filho.

No entanto, Salles e Thomas não se comprometem com uma percepção sociológica. Seu retrato é, sobretudo artístico, universal e não restrito a uma localidade. Ambos estão em busca do ritmo impresso pela cidade grande e daí o aspecto urbano ser tão forte, violento, ao longo da narrativa. Os personagens se dividem entre uma casa apertada na periferia e a extensão da metrópole, com seus vazios. A narrativa, assim, está situada entre a falta de espaço e o que sobra de espaço, entre avenidas, ruas, sinaleiras, muros, calçadas, campinhos e campos de futebol. No entanto, o que sobra de espaço dá a impressão labiríntica de os personagens não saírem dos mesmos lugares nos quais já estavam antes. A vida de cada um é como a pia da casa em que moram, que entope à certa altura. Nesse sentido, a sequência em que Dario fica dopado e sai, na madrugada, pelas ruas de São Paulo, revela essa ponte entre o apartamento (apertado) e o labirinto de uma cidade imensa. Ao mesmo tempo, os personagens se amontoam em pequenos lugares (a família na pequena casa de periferia, os motoboys numa sala à espera de encomendas para entregar, o filho religioso no posto de gasolina, a torcida de futebol espremida na arquibancada, os aspirantes a jogador num banco de reservas apertado). Este choque entre o grandioso, o imenso, e o pequeno, o apertado, é o que mais cria desconforto em *Linha de passe*. A “luz no fim do túnel” é o pequeno guichê da bilheteria por onde os jovens que querem jogar futebol dizem o nome e a idade – formando uma fila de pessoas como aquela que pede a Dora (Fernando Montenegro), de *Central do Brasil*, para escrever cartas. O futebol, nesse caso, é o acesso mais rápido ao ganho que as escolas e as profissões não dão. E o sonho cabe entre as traves da goleira. No entanto, o nascer do sol, na periferia, é tão melancólico quanto um dia de chuva, e todos os personagens estão presos, não tendo nem mesmo a mobilidade dos retirantes, nem o céu azul do sertão.

Por isso, o caso mais emblemático é, sem dúvida, o de Dario, vivido pelo ator Vinícius de Oliveira. É inevitável pensar por que Walter Salles es-

colheu o mesmo menino que interpretou em *Central do Brasil*. O que se percebe ao longo do filme é que ninguém poderia estabelecer um eixo melhor entre *Linha de passe* e *Central do Brasil*: o salto de um país que poderia dar certo – sobretudo, em *Central*, na fuga para o interior, em que o folclore é respeito, ao contrário da cidade grande, em que as culturas se perdem e se tornam em certa medida anódinas – para um país que, em grande parte, evidentemente fracassou na sua tentativa de mudança mais ampla, no filme mais recente. A figura de Dario, um jogador de futebol talentoso que tenta a sorte em várias “peneiras”, é significativa porque ele acaba sempre acusado, em campo, de ser individualista. A pergunta: seria diferente diante da condição em que vive? Esse personagem acaba estabelecendo a ponte com o sonho mais forte visto na trama: o de ajudar a mãe. Mas o que chama atenção, sob esse ponto de vista, é que Salles e Thomas ainda procuram imprimir a mudança em cada um dos personagens. Todos, por meio desse sonho, querem se libertar da sua condição atual. O filho mais novo, Reginaldo (vivido com talento impressionante por Kaique de Jesus Santos), é, por exemplo, talvez mais do que os outros, o retrato dessa procura. Desconfiado de que o pai é o motorista de ônibus que costuma levá-lo à sua escola, ele sonha em aprender a dirigir na Kombi que enferruja no pátio da casa onde vive. A história poderia soar previsível, mas foge ao estereótipo, pois o sonho do menino está ligado diretamente à vida da mãe.

A figura materna no núcleo da família

A presença da mãe, que é totalmente contrária a ganhar qualquer coisa por meios escusos em *Linha de passe*, é peça-chave para qualquer uma das narrativas de Walter Salles. Em *Terra estrangeira*, o personagem principal, Paco, viajava para Portugal depois de perder a mãe, vitimada pelo susto do confisco do Governo Collor em 1990. Em *Central do Brasil*, a figura materna se fazia presente por meio da ausência, e por seu reflexo na personagem de Fernanda Montenegro, e, em *Abril despedaçado*, ela representava a submissão

ao homem, no interior do sertão. Mesmo na incursão pouco instigante de Walter Salles em Hollywood, com o suspense *Água negra*, a mãe vivida por Jenniffer Connelly tinha problemas no que se referia à infância e os reproduzia na filha pequena. Em *Linha de passe*, essa mãe, que cria os quatro filhos trabalhando como empregada e espera o quinto – sem saber quem é o pai –, é o retrato de uma classe submetida à pressão do abandono diário. Isto é, não há via de escape para o que ela sente: a realidade que a cerca é absoluta e única. É ao redor da figura materna que os personagens circulam e são fortalecidos. Ela se divide entre o periférico – a casa em que vive – e o centro – na casa onde trabalha como empregada doméstica. Não há uma distinção clara entre classes, mas apenas o pedido de se “olhar” para o que é periférico. Isso porque os personagens fazem parte de um país, mais do que marginalizado, esquecido.

Essas divisões são comuns nos filmes de Walter Salles, sobretudo em *Central do Brasil* – na ida para o interior do Brasil – e em *Abril despedaçado* – em que o jovem preso no sertão descobre o circo e o mar. No entanto, em *Linha de passe*, existe uma presença que se via apenas nas entrelinhas de *Central do Brasil*: a fé. Na mais perfeita analogia que mostra o filme, Walter Salles e Daniela Thomas filmam a torcida do Corinthians, na qual está a mãe, torcendo para que o goleiro do São Paulo, Rogério Ceni, chute a bola para longe do gol, enquanto seu filho está num culto rezando com as pessoas e o pastor. Como se diz, a “fé move multidões”. Porém, em *Linha de passe* seria mais plausível afirmar que a “fé move solidões”, pois todos os personagens estão desamparados. Eles buscam um núcleo que unifique a família, como o menino Reginaldo, em busca do pai, mas

essa busca é sempre solitária, mesmo que em meio à multidão. A torcida de futebol encoberta pela bandeira imensa do time, e os fiéis, de certo modo, são movidos por uma fuga da realidade, mas, ao mesmo tempo, elas representam o encontro com a própria subjetividade, independente, aqui, do sentido especificamente religioso. Assim, apesar de o futebol ainda ser o “ópio do povo” e a religião mostrar um certo distanciamento da realidade, com a promessa do milagre por meio da fé, o que eles anunciam é uma via de escape da realidade agressiva. O espectador não fica estarecido quando um dos irmãos vira assaltante ou a mãe gasta dinheiro no bar bebendo em razão das derrotas de seu time. O fracasso é justificado pelo contexto em que os personagens se inserem. No entanto, não há demagogia: se enxerga o filme como um documento que apenas aparenta ser distante, mas revela uma brutalidade na aceitação que temos ao observá-lo.

A maneira como esses detalhes são filmados é extremamente fiel aos personagens. Ou seja, nada foge à rotina, o que não significa uma falha, antes pelo contrário: há um sentido de documental na narrativa, mas acompanhado por uma desesperança que só a mão artística do cinema consegue transpor para um plano mais completo, revitalizado. De certo modo, todos os personagens são retratos fiéis de uma realidade urbana cada vez mais opressora. Tal qualidade é, sem dúvida, comum no cinema brasileiro, a exemplo de outros filmes referenciais, como *Cidade de Deus*. Mas parece que em *Linha de passe* não há uma divisão mais clara entre o sonho e a realidade, pois mesmo no sonho é possível sentir a pancada mais forte e, conseqüentemente, a mais crua realidade.

“Não estamos numa guerra de sexos com a nossa luta feminista”

Entrevista com Renata Pimenta Domingues

Renata Pimenta Domingues é graduada em Psicologia, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e mestre em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, atua na área de Psicologia Clínica e Institucional. Vinculada a uma cooperativa de profissionais de saúde em Porto Alegre, realiza atendimentos individuais e grupais, além de elaborar projetos de trabalho em comunidades e instituições, tanto educacionais como de vulnerabilidade social. É também coordenadora pedagógica das oficinas de arte-educação da Secretaria Municipal de Cultura, de São Leopoldo.

Na entrevista que concedeu à Bruna Quadros, da equipe de comunicação da **IHU On-Line**, publicada na edição 260, de 2 de junho de 2008, Renata comenta e analisa o filme **Pão e tulipas**, exibido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no dia 3 de junho de 2008, no evento Cinema e Saúde Coletiva: Mulheres e seus múltiplos desafios.

Ao analisar a postura da figura da mulher, frente às transformações culturais e morais da sociedade, Renata ressaltou que a relação do feminino com os dispositivos sociais fazem funcionar as relações de poder, nas quais se inserem as relações de gênero. Para ela, a questão recorrente não é mais a abertura de espaço para a participação feminina, mas, sim, perceber em que condições se dão as inserções em tais espaços. Ela afirmou também que na sociedade atual “há uma flexibilização e multiplicação das formas de se compor enquanto mulher no cenário atual, embora seja possível problematizar os efeitos destas novas configurações e seus enraizamentos”.

Filme: Pão e tulipas, de Silvio Soldini, 2000

Ficha técnica

Título original: Pane e tulipani

Título em inglês: Bread and tulips

Direção: Silvio Soldini

Ano de lançamento: 2000

País: Suíça, Itália

Gênero: Comédia, Romance

Tempo de duração: 114 minutos

Elenco: Bruno Ganz, Vitalba Andrea, Licia Maglietta, Giuseppe Battiston, Antonio Catania, Marina Massironi, Felice Andreasi, Tatiana Lepore, Daniela Piperno, Tiziano Cucchiarelli

Sinopse: Uma mãe de família italiana, que está fazendo uma *tour* turística, perde a paciência quando é esquecida numa parada. Decide ir para Veneza, onde trabalha numa floricultura, namora um garçom da Islândia e reinicia nova vida – para desespero da família.

IHU On-Line – Como você percebe a luta pelo empoderamento e emancipação feminina nos dias de hoje? Quais são os principais resultados deste esforço?

Renata Domingues – Trata-se, antes de tudo, de um processo em construção e sem perspectiva de estar pronto ou acabado. Entendo a relação do feminino com os dispositivos sociais que fazem funcionar relações de poder, nas quais se inserem as relações de gênero. Neste sentido, temos um *devir-mulher* funcionando nas diversas malhas da sociedade: econômica, política, religiosa, estética,

cultural. Os devires, para Deleuze e Guattari, são potências de diferenciação que se produzem no encontro das diferenças, gerando multiplicidades, forças de afirmação da vida que compõem as construções das subjetividades femininas atuais. Temos uma flexibilização e multiplicação das formas de se compor enquanto mulher no cenário atual, embora possamos problematizar os efeitos destas novas configurações e seus enraizamentos. Neste sentido, podemos questionar as formas de opressão que se repetem e também as apropriações que o capitalismo faz das invenções e suas potências de transformação da realidade. Potência é diferente de poder, e talvez pudéssemos analisar com cautela o termo empoderamento.

IHU On-Line – Podemos dizer que a autonomia feminina seja um reflexo da modernização da sociedade, que também passou a conviver com outras culturas e conceitos? Que outros fatores influenciam neste processo de reconfiguração do papel da mulher?

Renata Domingues – O sistema capitalista, ao contrário do feudal ou monárquico, apresenta uma abertura para o acesso, a circulação e a apropriação de informações numa velocidade global. Neste sentido, é possível agregar uma diversidade de elementos culturais, gastronômicos e estéticos (antes impensáveis) nas formas como nos construímos enquanto mulher. Conhecer a realidade das mulheres muçulmanas, indianas, norte-americanas, tanto nas diferenças quanto nos elementos comuns, no que se refere ao comportamento de gênero, aos objetivos de vida, aos sonhos, às metas, à relação com os filhos, à casa e ao vestuário, nos permite problematizar o lugar da mulher na cultura em que vivemos. Delineia-se a possibilidade de participação em movimentos sociais internacionais, via internet, de alugar uma casa sozinha, de a maternidade acontecer em produção independente, de haver o controle da concepção, de ocupar os mesmos cargos que os homens, enfim, uma série de elementos que abrem possibilidades que nos distinguem das gerações anteriores. Entretanto, como define Michel Foucault, temos um movimento de liberação que aconteceu e

nos permitiu diversas conquistas. Já a liberdade é um processo constante de lutas pela igualdade nestes espaços todos que foram conquistados. Não se trata mais de abrir espaço, mas de como, em que condições e com que efeitos, sobre nós mesmas e nossas relações, estamos inseridas nestes espaços.

IHU On-Line – Diante de um contexto social, em que as mulheres têm cada vez mais visibilidade, seja pelas relações sociais ou de trabalho, como o homem se sente? O seu papel também se modifica? Quais os impactos para o homem nesse sentido? Há uma crise da identidade masculina, baseada no patriarcalismo?

Renata Domingues – É possível que as próprias mulheres também não saibam como se sentem nesta reconfiguração. Muitas vezes, há o conflito entre o espaço doméstico e o espaço público, a dupla jornada de trabalho e a mesma inserção num esquema de produtividade, que implica no empobrecimento da vida pessoal e familiar (espaço em que as mulheres eram tidas como referência de sustentação afetiva e de coesão dos laços do núcleo familiar). Ao mesmo tempo, talvez os homens se sintam mais “autorizados” a serem pais de uma forma mais flexível. Isso porque faz cada vez menos sentido, nas configurações da subjetividade, o modelo patriarcal, do homem provedor, herói, rígido, responsável pelos limites, cujo contato afetivo com os filhos era restrito. Parece haver algumas tentativas de reinventar este papel do homem contemporâneo na relação com as mulheres, seja no sentido de compartilhar o espaço doméstico, de forma mais igualitária (divisão das tarefas), seja na proliferação de guardas compartilhadas pelos casais. As famílias caracterizadas por um segundo casamento envolvem uma complexidade de novas relações entre homens e mulheres, filhos e enteados, que multiplicam as possibilidades de identificação das crianças com o feminino e o masculino, não mais composto apenas pela figura do pai ou da mãe, uma vez que agora temos a figura cada vez mais recorrente dos novos companheiros dos pais.

IHU On-Line – O que representa a emancipação feminina no âmbito familiar? Os filhos também passam a ter mais autonomia, tendo em vista que as mães passam mais tempo fazendo tarefas externas às do lar?

Renata Domingues – Por um lado, percebo uma preocupação das mães em qualificar o tempo que passam com seus filhos e, por outro, há uma distribuição da responsabilidade com os cuidados infantis. Há, hoje, mais pais com crianças no colo na rua, participando de reuniões escolares, e, às vezes, disputando na justiça mais tempo com os filhos. Há que se considerar, por diversas perspectivas, a questão da autonomia das crianças que nascem numa era de tecnologia, cercadas por diversos estímulos midiáticos, de jogos interativos, computadores e eletroeletrônicos, das mais diversas ordens. Eles sabem utilizar com mais facilidade que os avós, e os ensinam a operar muitas vezes. As escolas vêm buscando também trabalhar com pedagogias que incluem esta nova criança contemporânea. Do outro lado da moeda, estão crianças estressadas com muitos compromissos e contextos em que os pais pouco participam e terceirizam seu papel com a televisão, os jogos, a escola e as atividades extraescolares.

IHU On-Line – O que representa para a sociedade a participação feminina em lideranças de movimentos sociais, trabalhistas? Em comparação com movimentos coordenados por homens, quais as principais diferenças?

Renata Domingues – Representa, antes de tudo, um tensionamento de estruturas rígidas e arraigadas no patriarcado, a partir das quais se construíram historicamente diversas instituições sociais. Temos a valorização da importância da mulher nestes espaços, aparecendo em diversas esferas da vida pública. Mas este lugar não é tranquilo. Estes espaços são, por natureza, feitos de muitas disputas e nestas, por vezes, cada lado lança mão das armas de que dispõe. E a ordem do patriarcado gera um *quantum* de poder efetivo ao qual se recorre em momentos de intensificação destas disputas. Mesmo os movimentos sociais mais libertá-

rios precisam incluir com seriedade, ainda na sua pauta de discussões, as questões de gênero, bem como a diversidade cultural. Tais temáticas vêm sendo tratadas de modo secundário ou como foco específico de certas minorias. Seria perigoso traçar um perfil dos movimentos coordenados por mulheres, correndo o risco de cairmos num essencialismo que mais nos enreda que amplia. Mais preciso seria dizer que temos múltiplas formas de se coordenar e liderar que aparecem com a entrada das mulheres nestes postos de trabalho. A questão do cuidado com as crianças passa a atravessar cada vez mais as organizações, seja pelas demandas destas enquanto trabalhadoras que têm filhos, seja pela intensificação da abordagem desta temática nos mais diversos campos do conhecimento.

IHU On-Line – Qual é a sua visão sobre a frase “As almas, como os corpos, podem morrer de fome: dê-nos pão, mas dêem-nos também rosas”, lema de ordem de um grupo de operárias americanas em greve, que serviu de inspiração para *Pão e tulipas*? De que forma este lema se insere no atual contexto social feminino?

Renata Domingues – Esta frase tão tocante incita-nos a um paradoxo da luta pela igualdade de gênero: por um lado, há um caráter de reivindicação e disputa que implica numa firmeza de objetivos e ações consistentes pela causa. Por outro, a condição feminina também carrega consigo uma poesia, delicadeza, sensibilidade e afetividade que se inserem em todos espaços marcados pela presença do feminino. Nós também somos mães de meninos, temos irmãos ou pais, avós. Não estamos numa guerra de sexos com a nossa luta feminista. Há muito amor e vínculos afetivos envolvidos nestas relações, que, em certos aspectos, também oprimem. E o grande desafio é enfrentar o machismo enquanto forma de delimitar o espaço feminino e masculino, sem com isso travar uma batalha contra os homens. Porque localizar neles unicamente a questão seria jogar-nos num determinismo, vitimismo e ser míope ao papel que temos na construção ou enfrentamento desta desigualdade. É preciso, mais do que isso, rever

ações, sentimentos, pensamentos, políticas públicas, conhecimentos, livros, sistemas educativos e organizacionais e cada um de nós, no que diz respeito a esta legitimação da desigualdade. Enfim, nos alimentamos de outras formas de tecer a vida (pão), podendo lidar com estes movimentos sem

maniqueísmos, a partir da figura das rosas: perfume, beleza e espinhos compõem a mesma flor. E quem sabe sermos tulipas, flores que nascem em situações adversas e enfrentam ambientes hostis, intempéries, sem perder o encanto, o colorido, a delicadeza.

Os componentes do amor e a satisfação com o relacionamento conjugal

Entrevista com Maycoln Leôni Martins Teodoro

Maycoln Leôni Martins Teodoro é graduado em Psicologia e mestre em Psicologia Social, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com doutorado em Psicologia da Família e do Desenvolvimento com a tese *Untersuchung zu familiären Beziehungen unter verschiedenen Perspektiven und Kontexten*. Cursou pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É autor de ***Kognitive Repräsentationen familiärer Beziehungen. Methodenkritische Untersuchungen zu Kohäsion und Hierarchie innerhalb des familiären Systems*** (Hamburg: Verlag Dr. Kovac, 2005) e um dos organizadores de ***Psicologia do desenvolvimento: contribuições interdisciplinares*** (Belo Horizonte: Editora Health, 2000). Atualmente, Maycoln é professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

“Uma análise da satisfação com o relacionamento indica que grande parte dos seus componentes está relacionada à comunicação do casal e à demonstração da afetividade. Dizer que um casal precisa saber se comunicar para ser feliz parece extremamente óbvio. Entretanto, esta é uma das causas mais comuns de problemas conjugais. A boa comunicação é importante para a resolução de problemas e para o planejamento familiar, evitando o aparecimento dos conflitos conjugais”, afirma o psicólogo e professor Maycoln, na entrevista que concedeu à ***IHU On-Line***, publicada na edição 234, de 3 de setembro de 2007.

IHU On-Line – Quais são os principais componentes que envolvem amor e satisfação com o relacionamento conjugal?

Maycoln Leôni Martins Teodoro – É importante deixar claro que o estudo das dimensões psicológicas se baseia em modelos teóricos que selecionam somente as principais características de cada construto. Esta estratégia de investigação é importante para evitarmos um número demasiadamente grande de componentes explicativos. No caso do amor, existem diversas teorias que vêm sendo desenvolvidas nas últimas três décadas. A principal delas é a Teoria Triangular do Amor (Sternberg, 1986, 1988) que divide este sentimento em três componentes: a intimidade, a decisão/compromisso e a paixão. A intimidade é caracterizada pelo sentimento de proximidade, afetividade e conexão no relacionamento. A decisão/compromisso refere-se à vontade de manter o relacionamento em longo prazo, oferecendo suporte, fidelidade, consideração e devoção. É a certeza de amar e ser amado. Finalmente, a paixão é o componente responsável pela atração física e sexual, pelo romance e o desejo de estar juntos. A experiência da paixão é composta pelo romantismo e pela intimidade sexual. Seguindo esta perspectiva, o chamado amor pleno teria que contar com todas estas características.

Já a satisfação com o relacionamento é um construto mais amplo, que engloba um número muito grande de componentes. Os principais são a capacidade de estabelecer consenso nas decisões entre o casal, a satisfação sexual, o grau de proximidade entre o casal e a capacidade de expressar o afeto. Existem também evidências de que a satisfação com o relacionamento está ligada ao uso de estratégias adequadas na resolução de problemas pelo casal e boa habilidade de comuni-

cação. Obviamente, a satisfação com o relacionamento está diretamente ligada ao o amor do casal: quanto mais intenso e pleno for o amor, maior será a satisfação.

IHU On-Line – E quais seriam as maiores dificuldades para atingir essa satisfação?

Maycoln Leôni Martins Teodoro – Uma análise da satisfação com o relacionamento indica que grande parte dos seus componentes está relacionada à comunicação do casal e à demonstração da afetividade. Dizer que um casal precisa saber se comunicar para ser feliz parece extremamente óbvio. Entretanto, esta é uma das causas mais comuns de problemas conjugais. A boa comunicação é importante para a resolução de problemas e para o planejamento familiar, evitando o aparecimento dos conflitos conjugais. Comunicar-se bem significa conversar claramente sobre o que está sentindo e pensando com o parceiro. Já a demonstração da afetividade está relacionada à expressão do sentimento. Não basta gostar; é necessário demonstrar o carinho pelo parceiro.

IHU On-Line – Como os componentes cultural e de gênero influenciam nas expectativas do casal?

Maycoln Leôni Martins Teodoro – A cultura exerce uma forte influência na relação do casal por meio da definição dos papéis de cada um na relação amorosa. Infelizmente, não existem muitas pesquisas comparando o relacionamento conjugal em diferentes culturas. Pode-se, no entanto, supor que as expectativas do casal dependerão da organização da sociedade com relação à estrutura familiar, como a divisão do poder dentro da família e a maior ou menor independência dada aos filhos. Por exemplo, se imaginássemos o desenvolvimento de um romance, poderíamos pensar, primeiramente, que dois adolescentes se conhecem e se apaixonam. Após este início fulminante, começa a aparecer a intimidade entre eles, com o companheirismo e a amizade. Surge, então, a decisão em manter o compromisso por um tempo mais longo. Este raciocínio, entretanto, não é válido para as sociedades nas quais o casamento é arranjado. Nestas, o relacionamento se inicia pela

decisão/compromisso e só assim segue-se a intimidade e paixão.

As diferenças de gênero nas expectativas do casal também estão diretamente vinculadas à cultura. As expectativas dos papéis de homem e mulher dependerão do ambiente onde eles cresceram. Em algumas sociedades, por exemplo, a diferença de poder entre homens e mulheres em uma relação amorosa é esperada. Por outro lado, a grande maioria das pesquisas não aponta para diferenças de gênero entre os componentes do amor e na satisfação com o relacionamento. Isto significa que a percepção da intensidade de intimidade, decisão, paixão e satisfação não difere entre homens e mulheres.

IHU On-Line – Por que tantos relacionamentos se deterioram? Que elementos costumam haver por trás desses rompimentos?

Maycoln Leôni Martins Teodoro – Uma relação duradoura e bem-sucedida pode ser caracterizada como aquela que, além do amor pleno, possui um padrão claro de comunicação entre o casal. Além disso, é importante que os parceiros tenham flexibilidade com relação à estrutura conjugal, variando a estrutura de poder em momentos de crise. Todas estas características levam à satisfação, servindo de proteção para a relação conjugal.

Especificamente para o amor, é importante pensar que a relação normalmente se inicia com altos índices de paixão e baixos escores de intimidade e decisão. À medida que o tempo passa, estes dois componentes vão ficando mais fortes nas relações bem-sucedidas. Uma deterioração do relacionamento amoroso está vinculada à não construção ou perda da afetividade, amizade e paixão entre o casal. Estes fatores acabam levando à falta de compromisso e decisão dos parceiros em manter a relação.

IHU On-Line – Antigamente os casamentos duravam mais, porém muitos se sustentavam em função de convenções sociais, para manter aparências, por exemplo. Atualmente, as pessoas têm se dado mais ao direito de errar e acertar e de solidificar apenas os relacionamentos que podem dar certo?

Maycoln Leôni Martins Teodoro – Antigamente, em virtude de pressões sociais para a não-dissolução do casamento, supõe-se que diversos relacionamentos sobreviveram sem intimidade e sem paixão. Estas relações seriam sustentadas pelo terceiro componente do amor, a decisão/compromisso, e conhecidas como “amor vazio”. Hoje em dia, existem diversos fatores que colaboram para que os parceiros se conheçam melhor e decidam pelo investimento ou não na relação. Alguns deles são o aumento da idade do casal no primeiro casamento, o aumento da importância da carreira profissional para homens e mulheres,

uma maior liberdade para conhecer o parceiro e a maior aceitação do divórcio. Por outro lado, pode-se imaginar que muitos relacionamentos possam estar terminando hoje em dia por falta do componente decisão/compromisso.

Referências bibliográficas

- STERNBERG, R. J. (1986). *A triangular theory of love*. *Psychological Review*, 93, p. 119-135.
- STERNBERG, R. J. (1988). *The triangle of love*. New York: Basic Books.